

Diário do Legislativo de 27/02/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.2 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 14ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular, em 11/12/2003

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Márcio Passos e Sidinho do Ferrotaco (substituindo este ao Deputado Mauro Lobo, por indicação da Liderança do BPSP), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sidinho do Ferrotaco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão, em que solicita seja realizado debate público com o tema "Participação Popular no Poder Legislativo". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2004.

André Quintão, Presidente - Leonardo Quintão - Mauro Lobo.

ATA DA 31ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, em 17/12/2003

Às 9h44min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Adalclever Lopes, Leonídio Bouças, Weliton Prado e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Sidinho do Ferrotaco, por indicação da Liderança do BPSP), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Paulo Piau. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Ana Maria Resende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 177/2003 na forma do vencido no 1º turno; e 473/2003 na forma do vencido no 1º turno com as Emendas de nºs 1 a 3 (relator dos projetos: Deputado Weliton Prado); e os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 15/2003 com a Emenda de nº 1 na forma da Subemenda nº 1, apresentada pelo relator, e a Emenda de nº 2, da Comissão de Constituição e Justiça; 271/2003 e 1.084/2003 com a Emenda de nº 1, (relator dos projetos: Deputado Leonídio Bouças); e 120/2003, 303/2003 na forma do Substitutivo nº 2, apresentado pelo relator, rejeitando-se o Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça e 815/2003 na forma do Substitutivo nº 1 (relator dos projetos: Deputado Weliton Prado). Os Projetos de Lei nºs 215, 727, 728, 831, 1.160 e 1.206/2003, a requerimento dos relatores, Deputada Ana Maria Resende e Deputados Leonídio Bouças e Weliton Prado, são convertidos em diligência à Secretaria de Estado da Educação. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, os Projetos de Lei nºs 334/2003 (relator: Deputado Weliton Prado) e 437/2003 (relator: Deputado Leonídio Bouças), que receberam parecer pela aprovação. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 2.038, 2.052, 2.058,

2.061, 2.062, 2.063, 2.065, 2.068 e 2.098/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados quatro requerimentos: de autoria do Deputado Adalclever Lopes e da Deputada Maria Tereza Lara, solicitando voto de congratulações com as entidades que se opuseram à construção de uma penitenciária tradicional em Três Corações e solicitando ao Governador do Estado que acolha proposta da UNINCOR para a implantação de projeto de reeducação de detentos; um, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando audiência pública em São Gonçalo do Sapucaí, para se debater a implantação de uma unidade de ensino do SENAI; um, do Deputado Doutor Viana, solicitando reunião para debater o Projeto de Lei nº 1.294/2003, que trata das carreiras dos profissionais da educação básica. Este último requerimento, por decisão do Presidente, é anexado a requerimento do Deputado Chico Rafael aprovado na última reunião. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2004.

Adalclever Lopes, Presidente - Ana Maria Resende - Sidinho do Ferrotaco - Weliton Prado.

ATA DA 35ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, em 17/12/2003

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Cesar, Maria Olívia e Biel Rocha, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Cesar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Márcio Fortes de Almeida, Ministro interino do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, prestando informações a respeito do Requerimento nº 1.251/2003, desta Comissão, e encaminhando cópia de nota técnica da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério referente ao assunto. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.207/2003 no 1º turno e comunica que designou o Deputado Chico Rafael para relatá-lo. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.121/2003 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento da Deputada Maria Olívia, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.057, 2.059, 2.060 e 2.095/2003. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2004.

Paulo Cesar, Presidente - Biel Rocha - Maria Olívia.

ATA DA 6ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, em 17/12/2003

Às 15h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Padre João e Doutor Viana e a Deputada Ana Maria Resende, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Vice-Presidente, Deputado Padre João, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Ana Maria Resende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta e comunica o recebimento dos Ofícios nºs 83/2003, do Sr. José Claudenor Vermöhlen, Coordenador-Geral de Relações Públicas da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e 3.150/2003, do Sr. José Ivo Vannuchi, Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda, publicados no "Diário do Legislativo" de 6/12/2003. A Presidência acusa o recebimento do Projeto de Resolução nº 1.214/2003 no 1º turno e comunica que designou o Deputado Gil Pereira para relatá-lo. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.074, 2.075 e 2.097/2003. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2004.

Gil Pereira, Presidente - Padre João - Luiz Humberto Carneiro - Doutor Viana.

ATA DA 18ª REUNIÃO Extraordinária da comissão do trabalho, da previdência e da ação social, em 17/12/2003

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alberto Bejani, Chico Simões (substituindo este ao Deputado André Quintão, por indicação da Liderança do PT) e a Deputada Marília Campos, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alberto Bejani, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Simões, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 898/2003, com as Emendas nºs 1 a 3 ao vencido no 1º turno (relatora: Deputada Marília Campos). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Alberto Bejani transfere a Presidência à Deputada Marília Campos e apresenta requerimento em que solicita à Mesa da Assembléia cópia do contrato efetivado entre o Estado e a firma Mercedes-Benz, sediada em Juiz de Fora. Submetido a votação, o requerimento é aprovado. Reassumindo a direção dos trabalhos, o Deputado Alberto Bejani submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 58, 469, 575, 734, 742, 749, 791, 952, 954, 963, 965, 980, 1.009, 1.012, 1.014, 1.022, 1.043, 1.049, 1.054, 1.055, 1.060, 1.064, 1.066, 1.069, 1.076, 1.077, 1.086, 1.106, 1.107, 1.119, 1.120, 1.123, 1.129, 1.135, 1.138, 1.141, 1.169, 1.171 e 1.209/2003. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2004.

Alberto Bejani, Presidente - Marília Campos - Biel Rocha.

ATA DA 12ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, em 17/12/2003

Às 15h36min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Lúcia Pacífico, Vanessa Lucas e Maria Tereza Lara e o Deputado Antônio Júlio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Lúcia Pacífico, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Vanessa Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Renato Franco de Almeida, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor,

publicado no "Diário do Legislativo" em 12/12/2003; e requerimento do Deputado Domingos Sávio, Presidente da Comissão de Administração Pública, em que solicita, a requerimento do Deputado Paulo Piau, seja realizada análise técnica de documentação sobre as condições da Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Iturama - CAPRIL - como contribuinte do Estado. A Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 2º turno, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 375/2003 (Deputada Lúcia Pacífico) e 982/2003 (Deputado Antônio Júlio). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 810/2003 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Maria Tereza Lara). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2003.

Lúcia Pacífico, Presidente - Maria Tereza Lara - Antônio Júlio.

ATA DA 26ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, em 18/12/2003

Às 9h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bonifácio Mourão, Gilberto Abramo, Ermano Batista, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira, e Sidinho do Ferrotaco (substituindo, este ao Deputado Ermano Batista, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bonifácio Mourão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.288, 1.291, 1.301 e 1.308/2003 (Deputado Gilberto Abramo); 1.290, 1.298 e 1.305/2003 (Deputado Leonardo Moreira); 1.061, 1.289, 1.297, 1.300 e 1.309/2003 (Deputado Leonídio Bouças); 1.292 e 1.210/2003 (Deputado Gustavo Valadares); 1.296, 1.302 e 1.303/2003 (Deputado Durval Ângelo); 1.304 e 1.307/2003 (Deputado Ermano Batista); 1.294, 1.295, 1.299 e 1.306/2003 (Deputado Bonifácio Mourão). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela antijuridicidade, pela ilegalidade e pela inconstitucionalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.095 e 1.226/2003 (relator: Deputado Ermano Batista, o primeiro em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 26, 235 e 307/2003 (relator: Deputado Leonardo Moreira, o primeiro em virtude de redistribuição); 341 e 360, ambos com a Emenda nº 1, 359 na forma do Substitutivo nº 1, 431/2003 (relator: Deputado Ermano Batista); 438, 735, 736, 737, 1.222/2003 (relator: Deputado Gustavo Valadares, em virtude de redistribuição). Nesse momento, o Deputado Bonifácio Mourão retira-se do recinto. Registra-se a presença da Deputada Maria Olívia que substituiu o Deputado Bonifácio Mourão, por indicação da Liderança do PT. São aprovados requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Governo e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o Projeto de Lei nº 1.254/2003 (relatora: Deputada Maria Olívia); 1.263/2003 à Secretaria de Estado de Governo e à Prefeitura Municipal de Comendador Gomes (relatora: Deputada Maria Olívia); e 1.265/2003 à Secretaria de Estado de Governo e à Prefeitura de Mariana (relator: Deputado Gilberto Abramo). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 195 e 301/2003 deixam de ser apreciados em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo relator, Deputado Gustavo Valadares, em virtude de redistribuição. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.230, 1.231, 1.237, 1.243, 1.248, 1.236, 1.258/2003 (relator: Deputado Gustavo Valadares, os cinco primeiros em virtude de redistribuição); 1.232, 1.233, 1.234, 1.235/2003 (relatora: Deputada Maria Olívia, em virtude de redistribuição); 1.241 com a Emenda nº 1, 1.246, 1.257/2003 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 1.251, 1.252 com a Emenda nº 1, 1.256, 1.259 e 1.272/2003 (relator: Deputado Sidinho do Ferrotaco, em virtude de redistribuição). São aprovados os requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 1.245 (relator: Deputado Leonídio Bouças); 1.242 e 1.274/2003 (relator: Deputado Ermano Batista). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2004.

Ermano Batista, Presidente - Maria Tereza Lara - Gustavo Valadares - Ana Maria Resende.

ATA DA 33ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde, em 18/12/2003

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ricardo Duarte, Fahim Sawan e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ricardo Duarte, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 814, 1.089 e 1.221/2003 no 1º turno e comunica que designou para relatá-los os Deputados Ricardo Duarte, Fahim Sawan e Carlos Pimenta, respectivamente. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 472, 561, 903, 918, 970, 1.052 e 1.175/2003. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Fahim Sawan, em que solicita seja enviado ofício ao Governador do Estado com vistas a que encaminhe a esta Casa o projeto de lei que institui o plano de carreira dos servidores públicos estaduais de saúde; do Deputado Célio Moreira, em que solicita seja enviado ofício à Secretaria Municipal de Saúde com vistas à obtenção de informações sobre as ações dessa Secretaria em relação à leishmaniose visceral; do Deputado Ricardo Duarte, em que solicita seja enviado ofício à Secretaria da Saúde, com vistas à obtenção de informações sobre as ações dessa Secretaria em relação à leishmaniose visceral. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2004.

Ricardo Duarte, Presidente - Neider Moreira - Fahim Sawan.

ATA DA 45ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública, em 18/12/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Dalmo Ribeiro Silva e Fábio Avelar e a Deputada Jô Moraes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Jô Moraes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na oportunidade, a Presidência suspende a reunião por alguns minutos. Reabertos os trabalhos, após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 21/2003 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva) e 43/2003 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Domingos Sávio). O Projeto de Lei nº 376/2003 deixa de ser apreciado em virtude de prorrogação de prazo solicitado pelo relator. Os Projetos de Lei nºs 585 e 1127 são retirados da

pauta por determinação do Presidente, por terem sido apreciados em reunião anterior. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2004.

Domingos Sávio, Presidente - Leonardo Quintão - Maria Tereza Lara - Fábio Avelar.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 15 horas do dia 2/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 1.214/2003, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.204/2003, do Deputado Dilzon Melo.

Requerimentos nºs 2.158, 2.159 a 2.163/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira; 2.204/2004, do Deputado Domingos Sávio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/3/2004, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de averiguar, em audiência pública, o desaparecimento de sacas de café de propriedade de pequenos cafeicultores sob a guarda de empresas e cooperativas, ocorrido na Região Sul de Minas.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2004.

Sergento Rodrigues, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 15.782, 15.898, 15.914, 15.925 e 15.927

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Domingos Sávio, Leonardo Moreira e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2004, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designarem os relatores.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2004.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 15.843, 15.855, 15.902 e 15.922

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bonifácio Mourão, Doutor Viana, Fábio Avelar e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2004, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designarem os relatores.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2004.

Maria José Haueisen, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Leonídio Bouças, Márcio Passos e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/3/2004, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2004.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/3/2004, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apurar o desvirtuamento da finalidade pública da PMMG que ter-se-ia verificado na celebração de convênio entre essa corporação e as entidades de representação dos produtores rurais desse município, convênio esse relativo à chamada "patrulha rural".

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sargento Rodrigues, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da Comissão de Segurança Pública; Marília Campos, Alencar da Silveira Jr, André Quintão e Elmiro Nascimento, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, para a reunião a ser realizada em 4/3/2004, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, as circunstâncias em que ocorreu o assassinato de quatro servidores do Ministério do Trabalho, ocorrido no Município de Unai, e verificar o andamento das investigações referentes ao fato.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2004.

Alberto Bejani, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.173/2003

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Fahim Miguel Sawan, o projeto de lei em epígrafe "autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Combate à Violência contra a Mulher e dá outras providências".

Publicado em 16/10/2003, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde. Preliminarmente, vem o projeto a esta Comissão para ser analisado quanto aos seus aspectos jurídicos, constitucionais e legais, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Combate à Violência contra a Mulher, com a finalidade de prestar assistência à saúde física e mental das mulheres vítimas de violência, e estabelece atribuições para o Poder Executivo.

Em que pese à intenção do legislador, o projeto apresenta problemas de natureza jurídica e constitucional, conforme veremos a seguir.

A elaboração e a execução de programas são temas eminentemente administrativos que se enquadram no rol das competências atribuídas ao Poder Executivo pela Constituição Federal, haja vista o disposto no seu art. 23, inciso II, que inclui o cuidado com a saúde e a assistência pública. A Constituição mineira, por sua vez, no seu art. 11, que relaciona a competência material do Estado, faz igual previsão também no inciso II desse artigo. Esses dispositivos demonstram a impropriedade do instrumento normativo legal utilizado com crescente frequência pelo Legislativo mineiro, consistente na apresentação de projetos de lei meramente autorizativos, com o objetivo, tão-somente, de trazer para a agenda política propostas cuja implementação constitui atribuição típica do Poder Executivo, detentor da competência constitucional para realizar tais ações de governo. É o que ocorre com o projeto que ora analisamos, que apresenta um comando para o Poder Executivo implementar uma ação que já está incluída entre as de sua competência, o que denota o caráter inócuo da lei.

É importante ressaltar que o Poder Legislativo pode e deve atuar na discussão das políticas públicas a serem implantadas em nosso Estado, entretanto, o momento jurídico-político próprio para os parlamentares intervirem na gestão administrativa do Estado dá-se quando da apreciação, da discussão e da modificação da Lei Orçamentária Anual, ocasião em que emendas introdutórias ou ampliativas desses tipos de programas e projetos podem ser apresentadas pelos Deputados Estaduais. Esse é o momento e o caminho corretos para que sejam criados programas e projetos de iniciativa legislativa, sem sobrecarregar o nosso ordenamento jurídico com normas de efeito inócuo e, muitas vezes, sem a menor condição de ser implementadas, por falta de recursos. Ora, as rubricas orçamentárias dos diversos órgãos administrativos do Estado encontram-se totalmente comprometidas com programas e projetos prioritários e já definidos na Lei do Orçamento. Custear novas ações com as mesmas rubricas é prejudicar, ou mesmo inviabilizar, medidas prioritizadas e já em fase final de implementação no exercício

financeiro.

O Supremo Tribunal Federal, reafirmando que o nosso sistema jurídico se baseia no princípio da separação dos Poderes e que cada Poder tem funções e prerrogativas próprias, definidas pela Constituição Federal, decidiu que apenas os programas previstos na Constituição, bem como os que impliquem investimentos ou despesas para ente da Federação, necessariamente inseridos nos seus respectivos orçamentos, devem ser submetidos ao Legislativo. Dessa forma, com exceção das hipóteses citadas, nenhum plano ou programa devem ser submetidos pelo Poder Executivo ao parlamento, seja porque muitos deles são atividades típicas da administração, seja porque ficaria inviabilizado o exercício das funções daquele Poder.

Há, ainda, que se ressaltar a questão da viabilidade orçamentária na hipótese da implantação desse projeto. Caso o programa viesse a ser implementado, haveria geração de despesas. Entretanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal, editada em 4/5/2000, trouxe para o nosso ordenamento jurídico uma questão de extrema importância, que é o planejamento dos gastos públicos. Assim, ela prevê, em seu art. 16, que a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem aumento de despesa deverão ser acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subseqüentes e de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. De acordo com a citada lei, consideram-se não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou a assunção de obrigação que não atendam às exigências citadas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas.

Assim, devem ser observados os imperativos da Lei de Responsabilidade Fiscal e deve ser fortalecida a atuação parlamentar no que respeita à lei orçamentária, que passa obrigatoriamente pelo exame desta Casa. A discussão da lei orçamentária é o momento certo para que os Poderes, harmonicamente, definam a alocação dos recursos públicos e priorizem as metas que pretendem alcançar. Esse é o caminho para que os programas ultrapassem o texto da lei e se tornem uma realidade social, em condições concretas de implementação. Ao contrário, a aprovação por esta Casa de projeto de lei meramente autorizativo apenas esvazia o papel do parlamento e coloca no mundo jurídico mais uma norma sem condições de aplicabilidade, por falta de previsão orçamentária.

Inconstitucionalidades pontuais são igualmente flagrantes: estabelecer atribuição para o Poder Executivo, por exemplo, é matéria de ordem constitucional, jamais do âmbito da lei ordinária, e tem sede na Constituição Federal. Atribuir competência para secretaria de Estado fere o princípio da separação dos Poderes. É o que se verifica a partir da leitura dos arts. 2º e 3º do projeto, que estabelecem atribuições para órgãos pertencentes ao Poder Executivo e diretamente subordinados ao Governador do Estado.

Outra inconstitucionalidade que vislumbramos na proposição consiste na ausência de novidade jurídica no projeto, característica essencial da lei, como aponta a doutrina do Direito. Ocorre que a preocupação do legislador com a violência contra a mulher já existe há algum tempo. Tanto assim é, que em 1999 foi editada a Lei nº 13.188, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado e dá outras providências, norma cujo alcance é mais justo, porque mais abrangente, uma vez que busca atender a pessoa vítima de violência, seja homem, seja mulher. A referida lei prevê a reparação de danos físicos e materiais sofridos pela vítima, o plano de auxílio e de manutenção econômica para as vítimas, testemunhas e seus familiares sob ameaça, o fornecimento de alimentação para lesionados com dificuldades econômicas e seus dependentes enquanto durar o tratamento e o apoio a programas pedagógicos para readaptação social ou profissional da vítima, entre outras providências. Além dessa, foi editada a Lei nº 13.432, também de 1999, que prevê a criação do Programa Estadual de Albergues para a Mulher Vítima de Violência, com a finalidade de oferecer às mulheres vítimas de violência e a seus filhos menores abrigo e alimentação, assistência social, médica, psicológica e jurídica.

À luz da fundamentação apresentada, constatamos que o projeto de lei em análise não encontra respaldo para a sua aprovação no arcabouço jurídico atualmente em vigor.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela antijuridicidade, pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade do Projeto de Lei nº 1.173/2003.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2004 .

Bonifácio Mourão, Presidente - Gustavo Valadares, relator - Maria Tereza Lara - Ermano Batista.

Parecer sobre o Requerimento Nº 2.082/2003

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria da Comissão de Administração Pública, em atendimento a requerimento do Deputado Paulo Piau, a proposição em exame solicita ao Secretário de Estado da Fazenda que ponha fim ao processo fiscal contra a Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Iturama Ltda. - CAPRIL -, conforme acórdão 15.285/01/1ª, do Conselho de Contribuintes dessa Secretaria.

Distribuída a matéria a este relator, passamos a emitir nosso parecer.

Fundamentação

O objetivo da proposição em análise é a formulação de apelo ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Secretário de Estado da Fazenda, para que se ponha fim ao Processo Tributário-Administrativo (PTA) contra a CAPRIL, com base em acórdão do Conselho de Contribuintes. O Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais, órgão colegiado de formação paritária, com representantes da Fazenda Pública estadual e de entidades de classe de contribuintes, tem por objetivo a revisão do lançamento fiscal, nos casos e prazos previstos na Consolidação da Legislação Tributária Administrativa do Estado de Minas Gerais - CLTA-MG.

Sobre o contencioso administrativo, o art. 133 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, estabelece:

"Art. 133 - Quanto ao procedimento contencioso, o Processo Tributário-Administrativo desenvolve-se, ordinariamente, em duas instâncias organizadas na forma desta lei, para instrução, apreciação e julgamento das questões surgidas entre os contribuintes e a Fazenda Estadual, relativamente à interpretação e aplicação da legislação tributária.

Parágrafo único - A instância administrativa começa pela instauração do procedimento contencioso tributário e termina com a decisão irrecurável exarada no processo, o decurso de prazo para recurso ou a afetação do caso ao Poder Judiciário".

O acórdão do Conselho de Contribuintes no qual se fundamenta o requerimento se refere ao julgamento de impugnação apresentada pela cooperativa contra atuação realizada pelo Fisco, relativa à constatação da manutenção de um estabelecimento, no Município de Gurinhatã, não inscrito no cadastro estadual de contribuintes do ICMS. Por decisão unânime da 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Contribuintes, em 17/10/2001, foram excluídas das exigências fiscais o ICMS e a Multa de Revalidação, e cancelada a Multa Isolada, mantendo-se, no entanto, a aplicação da penalidade prevista no art. 54, inciso I, da Lei nº 6.763, de 1975, referente à falta de inscrição estadual.

Contudo, a Fazenda Pública estadual interpôs Recurso de Revista contra essa decisão. Em 27/5/2002, a Câmara Especial deu provimento ao recurso, restabelecendo as exigências fiscais do ICMS, da Multa de Revalidação e da Multa Isolada - Acórdão nº 2.620, de 2002, da Câmara Especial.

A CLTA-MG, aprovada pelo Decreto nº 23.780, de 10/8/84, estabelece:

"Art. 89 - Põem fim ao contencioso administrativo fiscal:

I - decisão irrecurável para ambas as partes;"

Posteriormente, a CLTA-MG define:

"Art. 134 - São irrecuráveis, na esfera administrativa:

III - a decisão da Câmara Especial que julgar o mérito da questão ou questão prejudicial de conhecimento, em grau de recurso de revisão, de ofício ou de revista;"

Sendo, portanto, irrecurável o acórdão da Câmara Especial, é finalizado o contencioso administrativo, devendo o crédito tributário ser inscrito em dívida ativa, nos termos do art. 186 da CLTA-MG. Finda a fase administrativa, o contribuinte tem ainda a oportunidade de discutir o crédito tributário na esfera judicial.

Pelo exame da legislação pertinente, verifica-se que não cabe ao Secretário de Estado da Fazenda interferir em Processo Tributário-Administrativo ou em decisões finais do Conselho de Contribuintes.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 2.082/2003.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2004.

Ermano Batista, Presidente - Sebastião Helvécio, relator - Mauro Lobo - Doutor Viana - Jayro Lessa (voto contrário).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/2/2004

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, colegas Deputadas e Deputados, primeiramente gostaria de me congratular com todos nesta primeira reunião ordinária e reiterar a importância deste ano legislativo para todos nós. A Assembléia de Minas Gerais, no ano passado, cumpriu um importante papel ao analisar, com retidão e seriedade, projetos importantes para o Estado, ainda que apresentássemos, no caso do Bloco PT-PCdoB, divergências de conteúdo, como no caso dos projetos que compuseram a reforma administrativa do Governador Aécio Neves. Foi um processo de amplo e intenso debate, com proposições apresentadas pelos próprios Deputados e Deputadas. Houve um trabalho exaustivo de todas as comissões permanentes desta Casa, análise de projetos estruturadores, como o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, o Plano Plurianual de Ação Governamental, a lei orçamentária e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em especial, destaco os projetos que estruturam as prioridades para o Estado para os próximos quatro anos, no caso do PPAG, e até 2020, no caso do PMDI.

Portanto, tivemos um ano frutífero e exitoso. Agora retornamos ao Plenário; a rigor, muitos, senão a totalidade dos Deputados e das Deputadas, não restringem o seu trabalho à participação nas reuniões ordinárias ou das comissões, até porque faz parte da característica e da missão do exercício do mandato legislativo o papel de contato permanente com lideranças sociais, com os movimentos organizados, com os municípios, enfim, com a sociedade civil organizada de Minas de maneira geral. Voltamos para as reuniões ordinárias em um semestre muito importante. Há grande expectativa do povo mineiro, especialmente dos servidores públicos, na análise dos planos de carreira.

É bom que se diga que esta foi uma conquista desta Assembléia e dos servidores, exatamente no processo de análise da reforma administrativa proposta pelo Governador Aécio Neves. Foi resultado da negociação nesta Casa a inclusão, na Constituição, da obrigatoriedade das remessas desses planos de carreira. Não podemos vincular os planos de carreira somente aos interesses, ainda que legítimos, do servidor público. Pelo contrário, o servidor público é o instrumento de atendimento do cidadão. Portanto, o servidor público valorizado, estimulado na sua qualificação, com certeza prestará melhores serviços à população mineira. Daí a importância estratégica de esta Assembléia, neste primeiro semestre, aprovar, com avanços, esses projetos, porque os próprios servidores, por meio de suas entidades representativas, já apontam limitações em algumas das propostas enviadas a esta Casa. É fundamental também fazermos a discussão dos planos de carreira vinculados à tabela de salários. Não queremos uma melhoria virtual para o servidor e para o serviço público de Minas Gerais. Queremos a necessária compatibilização dos mecanismos de progressão e ascensão decorrentes de avaliação de desempenho, tempo de serviço, qualificação do próprio servidor e cumprimento de metas, com a justa remuneração, em especial num momento em que o servidor público enfrenta anos de políticas que não comportam nenhum tipo de reajuste salarial.

Neste início, gostaria de destacar a importância do esforço conjunto da Assembléia Legislativa para aperfeiçoar e aprovar, vinculados a uma tabela justa de remuneração e salários, os planos de carreira enviados a esta Assembléia, decorrentes do acordo feito nesta Casa e da mobilização dos servidores do Estado de Minas Gerais.

Queria dizer também, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, que, em que pese a este ser um ano eleitoral, tenho certeza de que a Assembléia Legislativa saberá compatibilizar o pleno funcionamento das comissões, do processo legislativo, a realização das reuniões de Plenário e de comissões com o calendário eleitoral. A democracia brasileira, num sinal de amadurecimento, tem eleições de dois em dois anos, e não seria justa, correta e muito menos ética a paralisação institucional, seja em que nível for, principalmente legislativa e executiva, em decorrência dos processos eleitorais. Faz parte e corresponde ao próprio amadurecimento da democracia e das instituições a compatibilização do funcionamento delas com os processos eleitorais, nos quais cada agente político, que também é um cidadão, exerce em plenitude sua cidadania partidária e política, seu engajamento nos processos eleitorais e partidários, sem comprometer ou restringir sua atuação legislativa ou executiva, de acordo com as regras eleitorais e com aquilo que recomendam os princípios éticos de moralidade, probidade e respeito ao interesse público.

Este ano será importante, e o Bloco PT-PCdoB estará atento às previsões constantes no orçamento de 2004, no Plano Plurianual e no PMDI. O Estado apresenta 31 projetos estruturadores, prioritários e aperfeiçoados em audiências públicas realizadas por esta Casa, por intermédio da Comissão de Participação Popular, que contou com a presença maciça de Deputadas e Deputados.

Portanto é um plano legítimo, mas de planos o Brasil está cheio. Queremos um plano plurianual que se traduza na realidade prática de cada cidadão. O avanço da parceria entre a sociedade civil, a Assembléia Legislativa e o Governo Estadual na apresentação de propostas oriundas da sociedade também se traduzirá no devido acompanhamento, monitoramento e fiscalização na consecução das prioridades. Em se tratando da realidade financeira do Estado, com o empurrão da reforma tributária do Governo Lula, haverá maior capacidade de realização. Como nós, mineiros, o Governo Estadual deve ter ficado feliz com a reforma tributária, porque o Estado disporá de maior capacidade de investimento. Além disso, o Presidente trata muito bem Minas Gerais com o repasse de recursos federais. Esperamos a continuação dessa respeitosa integração entre o Presidente da República e o Governador do Estado, para que o povo mineiro saia ganhando.

O ano foi precedido de reforma ministerial, que, além de propiciar maior governabilidade ao Presidente Lula no Congresso Nacional, aponta o fortalecimento de aliança, no sentido histórico, da esquerda com o centro, valorizando o PMDB, partido fundamental na luta pela redemocratização do País. Além dessa consolidação, a reforma ministerial demonstra o nítido desejo e a determinação do Presidente Lula em priorizar as políticas públicas sociais, em especial na área da assistência social, como o combate à fome - não simplesmente com a troca de Ministros -, mas pela unificação dos Ministérios de Assistência Social e de Segurança Alimentar e pela criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Incorporou também o Programa Bolsa-Família, resultado da unificação dos programas de transferência de renda, como o Bolsa-Alimentação, o Vale-Gás e o Bolsa-Escola.

A perspectiva de unificação e integração dessas políticas significará um passo adiante na consolidação de políticas públicas sociais no Brasil, com maior eficácia e investimento. No início do ano, o orçamento para esse ministério não sofreu cortes com o contingenciamento preventivo realizado em outras áreas, sinalizando que o Presidente Lula, no tocante à reforma agrária, ao desenvolvimento social e ao combate à fome, está determinado em realizar um Governo efetivo em 2004.

Registro nossa alegria pelo fato de o Presidente, em uma decisão acertada e feliz, escolher o ex-Prefeito Patrus Ananias, Deputado Federal mais votado na história de Minas Gerais, para conduzir esse ministério.

O ex-Prefeito, que teve em Belo Horizonte uma vitrine de políticas sociais na área de assistência, segurança alimentar e outras, é a pessoa talhada para esse cargo, por sua liderança política, por seu compromisso e sensibilidade sociais e por sua capacidade de articulação política, que vai além do próprio Partido dos Trabalhadores. Portanto, uma decisão administrativa correta, sintonizada com o que há de mais moderno no âmbito das políticas públicas, do ponto de vista nacional e internacional. Uma escolha política acertada, pois foi escolhida a pessoa certa, no lugar e na hora certos.

Minas Gerais fica feliz por ter mais um mineiro ocupando um posto estratégico no Governo Lula, juntamente com os outros mineiros, que, com competência, com denodo e com esforço de todos os partidos e em todos os ministérios comandados por este Estado, não se têm furtado a essa interlocução permanente não só com o Brasil, mas também com Minas Gerais.

Minas é um Estado política e economicamente importante e que precisa, cada vez mais, fazer valer a sua força no cenário nacional. Tenho certeza de que as realizações, o comportamento e a ação administrativa e política do Ministro Patrus Ananias caminharão exatamente no sentido de fortalecer as políticas públicas sociais no Brasil e em Minas Gerais.

Bom trabalho para todos nós em 2004 e que Deus ilumine a todos nesses imensos desafios descortinados para todos nós. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, alguns assuntos, nesse recesso, chamaram-nos a atenção. Um deles é a questão do Distrito Industrial do Município de Itabirito, às margens da Rodovia 040, sentido Belo Horizonte-Rio de Janeiro.

Acho interessante o fato de não se construir um distrito industrial, que tem um tamanho específico, que produzirá e gerará empregos, num país já num estado lamentável de recessão. Agora, destruir uma reserva ambiental, que é o Capão Xavier, pode! Depois criticam quando desço o "cacete" na Justiça deste Estado. Digo, em parte dela, pois uma parte é safada, e a outra, acoberta os safados. Pode até ser boa, mas acoberta. Eles mantêm a MBR cavando uma cratera, destruindo o símbolo de Belo Horizonte, com a conivência da Prefeitura. Isso porque o terreno onde se localiza o Capão Xavier é dela. Embora um dos Prefeitos, o Patrus Ananias, tivesse a dignidade de ressaltar a importância desse capão, os outros todos estão levando de roldão essa questão e deixando acabar com o patrimônio do povo belo-horizontino. Portanto, dois pesos e duas medidas para a mesma situação.

Então, um distrito industrial, que não passa de 30.000m², não pode, mas a devastação da serra do Curral, das nascentes e do ecossistema naquela região, na reserva da APA-Sul, pode. Então, trata-se de uma política de meio ambiente muito interessante, principalmente com um Ministério Público como o nosso, sobre o qual nem preciso repetir o que já falei aqui.

Um outro fato é a questão da Lei da Mordça.

Sr. Presidente, venho aqui e bato de frente com o Ministério Público, o Promotor, o Juiz e o Desembargador. Absolutamente nada calará a minha boca. Na justiça, o único processo que há contra mim é o aceito pelo Tribunal de Justiça e proposto pelo Ministério Público, servindo de escudeiro de um Deputado nesta Casa. Aliás, não retiro o que já disse: ele é amigo dos bandidos, dos Promotores Rodrigo Fonte Boa e Leonardo Barbabella, de Ribeirão das Neves, e do Juiz Wenderson de Souza Lima, que tem um irmão traficante e liberta bandido o tempo todo. Já os denunciei nesta Casa, além dos Desembargadores Ximenes e o Biazutti, que concede sentença "nas coxas". É engraçado como o PT quer pôr mordça no Ministério Público em Brasília. Bato de frente! Não estou nem aí! Vou bater mesmo! Acredito que essa abertura do processo foi excelente, pois a porta que abre recebe muita coisa de volta. Dentro do processo, tenho a possibilidade de mostrar que o Tribunal de Justiça não poderá mais se calar. Nele enfiarei todas as provas de corrupção. Ninguém me calará! A lei da mordça que o Tribunal de Justiça deseja implantar em cima de mim não me calará. Tudo o que disse parte das provas do que cabia... Entraram com um processo de código de ética,

por falta de decoro parlamentar. Dentro desta Casa acostei os processos e acostarei as provas dentro do Tribunal de Justiça contra Juiz, Promotor e Desembargador. Brigar é direito de qualquer um. No momento em que o Ministério Público começa a pegar no pé do PT, vale a lei da mordada, pois eles viraram vidraça.

O outro projeto do PT que me chamou a atenção em Brasília foi o da discriminação da droga. Como é que alguém deseja prender o traficante e deixar o usuário usá-la, mas não vendê-la? O cara fabrica cocaína no quintal? O miserável da periferia produz droga no seu quintal? Não! Então, como pararão o tráfico de droga se o usuário não é mais criminoso? Há algo estranho nisso. Acredito que o tal do Valdomiro, do Rio, andou passando nessas paradas.

Sr. Presidente, em Porto Alegre havia a questão do Olívio Dutra, que recebia dinheiro dos bicheiros. Vemos que, em Brasília, o jogo do bicho é de um partido. Desejo saber se aqui também será entregue por um partido ou se haverá divisão de território, comercializando as apostas de bicho? Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, parabênizo o Deputado André Quintão, que iniciou a apresentação do centro de nossas atenções neste semestre. Ontem, realizamos um seminário, que se realiza também hoje, da Bancada dos Deputados Estaduais do PT, juntamente com a dos Deputados Federais e a executiva estadual do partido, para promover um balanço do primeiro ano do Governo Lula, de suas perspectivas, de como atuamos no exercício e na sustentação do Governo Lula e, posteriormente, analisamos o Governo Aécio, ou seja, da nossa intervenção enquanto oposição ao Governo na Assembléia Legislativa e, finalmente, definimos as expectativas da nossa bancada para o ano que vem.

Uma coisa é certa: nossa bancada não se pautou nem se pautará em responder provocações. Esse não é nosso papel nem será nossa tarefa nesta tribuna. Travaremos debates de alto nível, os quais julgamos importantes, procurando produzir melhores alternativas para o povo mineiro.

Em primeiro lugar, agradeço aos companheiros de bancada e à Deputada Jô Moraes, e faço-o também, em nome da Vice-Líder, Maria Tereza Lara, e do Deputado Chico Simões, a confiança em mim depositada para que eu ainda permaneça na coordenação da Liderança do PT neste ano. O trabalho que fizemos no ano passado foi positivo, fruto, em especial, da unidade do partido em torno das questões fundamentais.

Fazemos uma análise positiva do Governo Lula. Sabíamos que o primeiro ano seria de grandes dificuldades. Cansei de dizer isso no ano passado, pois as dificuldades viriam devido às conjunturas do País, que sofria grande risco de isolamento externo, de inflação altíssima e de desestabilização política e social. Foram tomadas medidas necessárias para garantir a estabilidade, que o Governo conquistou, e este ano já é apontado como o do crescimento econômico e da geração de emprego e renda. A economia do Brasil deverá seguir essa diretriz. Mas, durante o ano passado, não poderíamos brincar com essa questão, e o Governo foi vitorioso.

Certamente agora, voltado para uma política de crescimento econômico, o Governo terá melhores condições de coordenar o trabalho de investimento na área social e na divisão de renda. Minas Gerais foi agraciada pelo Presidente Lula com a escolha do Ministro Patrus Ananias, que fará a coordenação dos programas sociais do Governo Lula. As experiências que tivemos em Belo Horizonte durante o Governo Patrus Ananias e que temos agora com Fernando Pimentel e em várias Prefeituras poderão ser sintetizadas e unificadas.

O balanço e a perspectiva que fazemos são positivos. Nosso partido sempre se pautou pela ética na política, e não será diferente daqui para frente. O caso noticiado pela imprensa sobre o Sr. Valdomiro Diniz merece nossa indignação e investigação, para que a punição seja exemplar. Essa foi a ordem dada pelo Presidente Lula, que demitiu o funcionário e ordenou apuração imediata, diferentemente do passado, quando se jogava a poeira debaixo do tapete. A demissão foi apenas a primeira medida tomada, mas foi determinada à Polícia Federal, com acompanhamento do Ministério Público e das forças políticas da sociedade, a averiguação desse caso.

Portanto, de forma alguma deixaremos que isso passe impune. Esse funcionário, indicado de terceiro ou quarto escalão, não pode deixar de ser investigado. Que todos os laços existentes sejam vistos, a fim de que a punição ocorra de forma exemplar. O Governo deve e vai mostrar a diferença na forma de atuar, não permitindo que em seu interior existam pessoas como essas, que se colocam no âmbito da corrupção. Mesmo que isso não tenha ocorrido no Governo Lula, queremos, sim, - e essa é a exigência do Presidente Lula - que a apuração seja feita com todo o rigor.

Não poderia deixar de colocar essa questão: é uma tarefa que se nos impõe. É óbvio que todas as investigações precisam ser feitas, mas o PT, o nosso Governo não é de ingênuos. Também não podemos permitir que, em vez de apurar, se transforme esse caso em uma desestabilização política, econômica e social do nosso País, uma vez que, ao contrário de ajudar no processo de investigação, teria características de desestabilização social, o que não é o caso. A exigência da apuração existirá. Assim sendo, mesmo setores da Oposição têm tido o cuidado - e precisam ser aqui parabenizados - de não transformar isso em uma disputa política mesquinha, visando buscar a desestabilização de um Governo democraticamente eleito. É evidente que não se pode exigir, como alguns membros da Oposição vêm fazendo, uma ligação direta desse fato com o Ministro José Dirceu, que é da confiança do PT e do Presidente Lula. Está claro que esse sinal de igual não pode ser colocado. Não é possível responder pela atuação desse personagem, que foi flagrado naquela posição que todos repudiamos. Isso não pode ser feito como um sinal de igualdade, porque nada daquilo foi produzido no interior do atual Governo. É preciso haver verificação, até mesmo na Loteria do Rio de Janeiro. Essa investigação tem de chegar lá também.

Fica aí, mais uma vez, apontada a necessidade de modificações na legislação eleitoral brasileira. A questão dos financiamentos das campanhas, objeto de discussão no Congresso Nacional, precisa ser apressada. É óbvio que as campanhas que são financiadas individualmente, que permitem contribuições de empresários e pessoas, fazem com que discrepâncias existam - como essa de um funcionário que se disse representante de determinada campanha para angariar fundo partidário. O financiamento público de campanha precisa ser mais bem compreendido pela população brasileira, como uma necessidade da moralização da disputa eleitoral, tanto do ponto de vista de moralizar nossas instituições públicas, como de democratizar o processo eleitoral, não permitindo abusos econômicos. Essa adução precisa ser feita.

Nossa bancada no Senado ao ver que um número de Senadores já assinou pela abertura de uma CPI e que o fato está vinculado à verba de campanha, propôs que o escopo da CPI seja exatamente o financiamento das campanhas de maneira geral, a fim de que, pelo menos, sirva para a alteração da legislação eleitoral, que sabemos ser importante para a moralização e a democratização.

Gostaria ainda de dizer que, além da discussão realizada pela bancada, da avaliação do nosso Governo, das perspectivas positivas que temos para o Brasil, nosso Governo estará apostando este ano e investindo tudo no crescimento econômico do País, no desenvolvimento sustentável e, portanto, na geração de emprego e renda. Essa será a meta coordenada também para os investimentos sociais pelo Ministro Patrus Ananias. Além disso, fizemos também uma avaliação de nossa atuação como Oposição na Assembléia Legislativa.

Fizemos oposição a um programa, na medida necessária. Negociamos quando era possível negociar, como no caso da reforma administrativa, que o Governador Aécio Neves enviou a esta Casa. Retiramos dela aquilo que julgávamos prejudicial ao servidor público, ou, pelo menos, o que

conseguimos retirar, como a possibilidade da perda da estabilidade - o que estava colocado no projeto inicial - a perda do regime jurídico único, a exigência da existência do plano de carreira. Apresentamos emendas e fomos vitoriosos no processo de negociação, melhorando essa reforma.

Mas fomos oposição também sem possibilidade de diálogo, não por nossa causa, mas por causa do Governo, quando ele resolveu, apesar de a reforma tributária estar sendo feita no âmbito nacional, realizar um simples tarifaço como se reforma tributária fosse. Com isso, infligiu a nossa população um aumento de tarifa inusitado, para o qual não cabe explicação, e que está sendo derrubado pela justiça, como já foi no caso das taxas judiciais, e será, certamente, no caso das taxas de segurança pública, do incêndio, primeiro, e o conjunto das taxas de segurança pública, depois.

O próprio Supremo Tribunal Federal assim agiu no Pará e no Ceará: no caso do Ceará, declarando que já havia jurisprudência do Pará contra taxa de segurança pública, exatamente iguais a essas que a Assembléia Legislativa aprovou. Portanto, essas taxas serão derrubadas, o que mostra que estávamos corretos.

Não aceitamos a reclamação do Governador de que fizemos uma oposição ferrenha. Foi uma oposição programática. Se havia uma reforma tributária em curso, por que realizar aqui um tarifaço, principalmente se várias reivindicações do Governador estavam sendo acompanhadas nessa reforma? Foi uma oposição política, sustentada, não com base no sectarismo, mas em uma análise que fazíamos nos dois momentos distintos que aponto.

Agradeço aos companheiros de bancada pela confiança que depositaram em mim para continuar, por mais este ano, na liderança do PT, do Bloco PT-PCdoB. Espero, junto aos companheiros, continuar com a unidade necessária para a ação coletiva de nossa bancada.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, parabeno a Bancada do PT e V. Exa. pela sua recondução, uma vez que, com tanta serenidade, conduziu o partido como seu Líder durante o ano de 2003. No entanto, discordo de V. Exa. quando se refere à atitude do Governo Lula e do PT, quanto ao ato de corrupção praticado por Valdomiro Diniz.

O Presidente Lula demitiu Valdomiro Diniz, o que não é o bastante, porque a demissão é pena muito branda para um crime tão grave quanto o praticado. Houve o crime de corrupção ativa e corrupção passiva, flagrados e gravados pelas câmaras, escandalizando a comunidade brasileira, além do crime de fraude à licitação e crime de abuso de poder. São vários os crimes a se apurarem. Se fosse um cidadão comum, poderia haver uma pena branda, mas, como esse não é o caso, justifica-se a instauração da comissão parlamentar de inquérito. O Presidente Lula e o PT estão manobrando para que não haja CPI, o que não vai ao encontro da ética que o PT prega em todo o Brasil. Para ser coerente com os princípios de ética que o PT prega, os membros do Congresso, os Deputados e os Senadores do PT teriam de ser os primeiros a assinarem um pedido de CPI, em virtude da conduta hedionda desse elemento, indicado pelo Ministro José Dirceu, em todos os cargos que ele ocupou, inclusive morando no apartamento desse Ministro, em Brasília.

Evidentemente, há necessidade de se ir fundo nessa questão, porque é o povo brasileiro que exige. O Governo Lula, que se diz pautar pelos princípios de ética, precisava ser o primeiro a proceder dessa maneira.

V. Exa falou que em governos passados não se tomavam providências como o Lula tomou; solicito que o Deputado cite um caso em governos passados onde a pessoa foi flagrada em ato de corrupção escandaloso como esse.

O Deputado Rogério Correia* - Agradeço o aparte de V. Exa. Quero separar as questões para que fique bem claro. O que o Governo de imediato poderia fazer é a demissão do funcionário. Em relação aos outros crimes cometidos pelo Sr. Diniz, não é ao Lula que cabe o dever de punir, mas à justiça. O que fez o Lula? Nomeou a Polícia Federal e o Ministério para investigarem quais crimes foram cometidos. E cabe à justiça condenar. O Presidente Lula não é Juiz. Não pode julgar e colocar na cadeia o funcionário que fez aquilo. Cabe-lhe apenas demitir.

Creio que a justiça chegará porque haverá por parte do Governo todo apoio na apuração para que esse sujeito vá para a cadeia. Quem sabe crime desse tipo seja exemplar para se ter alguém na cadeia, o que não aconteceu em nenhum governo passado. Essa diferença certamente virá.

O funcionário já foi demitido. Agora cabe juntar provas para que a justiça coloque na cadeia esse Sr. Valdomiro Diniz. Isso deve acontecer porque as provas existirão. Amanhã mostrarei quantas CPIs foram abafadas pelo Senador Eduardo Azeredo. E quantas CPIs esta própria Assembléia Legislativa também não quis fazer? Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, público das galerias, TV Assembléia, pessoas que nos vêem e funcionários da Casa. Estamos iniciando um novo ano legislativo e gostaria de, primeiramente, desejar a todos os meus colegas um frutífero trabalho parlamentar em benefício do nosso querido povo mineiro, durante mais este ano legislativo, com altivez, com dignidade, cidadania e vontade política de fazer acontecer o melhor para o nosso Estado e para o nosso povo.

Como disse em meu último pronunciamento, no final de dezembro de 2003, minha primeira meta a ser cumprida em 2004 seria e será a discussão dos planos de carreira do funcionalismo público estadual, enviados pelo Governador Aécio Neves a esta Casa Legislativa. Já apresentei requerimentos solicitando a realização de fóruns técnicos de debates que visam a ouvir todas as partes envolvidas, representantes do funcionalismo público e do Governo, de modo a alcançarem um objetivo comum, resguardando os direitos funcionais, as conquistas já adquiridas e as futuras e a definição dos deveres, entre outros.

O funcionalismo público é uma das classes mais importantes para o desenvolvimento administrativo de Minas Gerais, e esses profissionais são dignos de toda nossa atenção, nosso respeito, nosso empenho por melhoria de suas classes. Os planos de carreira devem estar em consonância com as propostas do Estado, mas também devem atender as justas reivindicações dessa classe, já tão injustiçada, mas que tem direito à esperança de um futuro melhor.

A harmonia entre o Executivo, o Legislativo e as classes funcionais deve pautar a realização dos citados fóruns, onde serão discutidos os planos de carreira da educação, do sistema estadual de saúde, do Grupo de Atividades de Gestão, Planejamento, Tesouraria, Auditoria e Político-Institucionais, entre outros.

Em minha vida pública, quando era Vereador, depois Prefeito de Curvelo, e em meus mandatos neste parlamento, felizmente consegui, por meio de persistente trabalho, entre muitas uma vitória inesquecível e do conhecimento dos colegas: a volta da dignidade aos funcionários da extinta MinasCAIXA, resgatando-lhes direitos perdidos. Quero concentrar agora meu trabalho na busca da justiça para o funcionalismo público estadual, em parceria com o Governo, com esta Casa, com os colegas parlamentares e com os próprios funcionários, quando poderemos discutir e opinar para que o Estado faça e sancione planos justos e adequados para todos.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Cumprimento-o pelo pronunciamento realizado no primeiro dia deste ano Legislativo. V. Exa., que é médico, tem, acima de tudo, a confiança do funcionalismo público estadual, pois em sua vida parlamentar segurou com firmeza essa bandeira. Basta ver o trabalho realizado para os ex-funcionários da MinasCAIXA. Agora, retorna com essa bandeira, o que nos dá, mais que uma garantia, a certeza de que a Assembléia Legislativa, Casa da discussão do povo mineiro, estará atenta ao tema.

Esta Casa terá a oportunidade ímpar de discutir alguns planos de carreira do Estado. Acompanhamos a luta dos professores pela carreira, pela dignidade. Entretanto, é importante que não nos restrinjamos à discussão do plano do magistério. O funcionário do Estado que trabalha na saúde não tem nenhuma motivação para permanecer na carreira. O salário inicial de um médico é de R\$320,00, ou seja, é praticamente impossível que alguém se prontifique a exercer a profissão. O mesmo acontece com dentistas, psicólogos e auxiliares de saúde. V. Exa. terá o nosso total e irrestrito apoio, mas é importante que ergamos, com muita força, o plano de carreira do funcionário da saúde, bem como o de outras categorias. Especialmente nesse setor, há muitos anos não há concurso e sequer estímulo para o exercício da profissão.

A discussão que começa amanhã terá nosso apoio. A bandeira de V. Exa. contará com a força dos médicos Deputados Estaduais e de toda a Assembléia Legislativa. Parabéns.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o aparte ao nobre colega. No dia 11 de fevereiro, estive reunido com o Secretário de Planejamento e Gestão, Dr. Antônio Anastasia, e ele achou relevante a discussão dos planos antes de sua aprovação. Também já estão cientes da questão todos os Secretários envolvidos, para os quais encaminhei ofícios em que informo minhas solicitações para a realização dos fóruns em defesa do funcionalismo público estadual.

Também na reunião, solicitei ao Secretário que fosse avaliada a possibilidade de analisar e colocar em dia os informativos administrativos, os chamados IAs, por meio dos quais se apuram os benefícios e os direitos dos professores da rede pública do Estado. O atraso na apuração dos IAs está ocasionando sérios prejuízos aos servidores, que, além de não receberem os seus benefícios na folha de pagamento - devidamente inseridos no contracheque -, correm o risco de, se aprovados, parte do valor transformar-se em verba retida.

Somente na Secretaria da Educação há mais de 100 mil IAs para serem analisados soluções a serem encontradas. Apenas na Região Metropolitana de Belo Horizonte existem 27 mil boletins informativos, que poderão se traduzir em benefícios aos servidores parados na longa fila de espera.

Dessa forma, sugerimos seja criada uma equipe especial de servidores para, exclusivamente, analisar e solucionar as questões relativas aos informativos administrativos dos funcionários da educação de Minas Gerais.

Quero também cumprimentar e parabenizar o Presidente desta Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, e a Mesa Diretora pelas reuniões que vêm realizando com os Deputados e os representantes dos funcionários desta Casa, objetivando solucionar o pagamento das perdas salariais decorrentes da chamada URV. Aliás, em dezembro de 2003, estive reunido com o Presidente, que sinalizou a sua intenção de, o mais rápido possível, estabelecer programa e cronograma de pagamento. Soube que o Presidente, na última reunião com os funcionários, comprometeu-se a pedir a realização dos cálculos, a fim de atualizá-los e fazer os acertos devidos. Fico muito feliz com essa ação, até mesmo porque, como muitos funcionários podem atestar, há mais de dois anos venho emitindo parecer sempre favorável a esse pagamento, por reconhecê-lo justo. "O que é de direito deve ser reconhecido".

Todos os funcionários desta Assembléia Legislativa têm grande mérito, e tal fato deve ser sempre lembrado desta tribuna.

Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar a Escola do Legislativo e a TV Assembléia, que são modelos para todo o País, na divulgação dos trabalhos do Legislativo mineiro.

Finalizando a minha fala, quero mais uma vez alertar os órgãos de segurança sobre a questão rodoviária, principalmente no que se refere à BR-135, rodovia que vem se constituindo em um rosário de reclamações, em decorrência do estado de calamidade em que se encontra. A cada dia, sua situação está pior, trazendo insegurança às pessoas que trafegam nessa importante BR, que vai do entroncamento da BR-040, em Curvelo, até o Norte de Minas, ligando praticamente Minas Gerais à Bahia. O número de acidentes nessa rodovia é crescente, vitimando as pessoas que ali transitam e que necessitam de segurança, uma vez que pagam seus impostos. Infelizmente, a demora vem causando esses transtornos que presenciamos e dos quais tomamos conhecimento.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Doutor Viana, demais Deputados desta Casa, gostaria primeiramente de agradecer a V. Exa. o aparte, que será breve. Quero apenas reforçar o que V. Exa. disse há pouco em relação à reposição salarial decorrente da URV de 1994 dos servidores desta Assembléia Legislativa. V. Exa. participou de uma primeira conversa do Partido da Frente Liberal, o nosso PFL, quando os cinco Deputados do partido deixaram claro sua posição - e venho a público dizer isso - que é, na verdade, a mesma dos funcionários desta Casa. Precisamos resolver o problema e encontrar uma solução para que o pagamento seja feito.

Temos um discurso responsável. Estamos cientes de que o valor é alto e de que não dá para fazer o pagamento em uma única parcela, em um único mês. Espero que uma solução seja apresentada aos servidores, contemplando-os. Essa é a vontade do PFL, e acredito que de toda esta Casa.

Parabenizo V. Exa. O PFL estará ao lado dos servidores na luta pela URV. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Como membro do PFL, reafirmo o que V. Exa. acaba de falar, ou seja, essa foi uma decisão da bancada, desde o ano passado. Deixamos esses assuntos para a reflexão dos Deputados, tendo em vista a importância de todos. Com a sensibilidade de V. Exa., tenho certeza de que teremos um ano proveitoso. O mesmo desejo à imprensa e aos funcionários dos gabinetes e de carreira da Assembléia. Que tenhamos um ano proveitoso, profícuo, de trabalhos e conquistas em benefício do nosso povo e do nosso Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, Srs. Deputados. De maneira especial, saúdo os Deputados do Bloco PT-PCdoB.

Realizamos ontem importante seminário de avaliação dos nossos trabalhos em 2003, em conjunto com a bancada federal e com a executiva do PT. Tivemos a honra de contar com a presença do Ministro Patrus Ananias. Temos muito orgulho por Minas Gerais ceder um nome dessa envergadura para fazer parte de um ministério tão importante do Governo Federal. Patrus Ananias foi o Deputado Federal mais votado da história de Minas Gerais, com mais de 500 mil votos. É um orgulho para todos os mineiros. Com certeza, Minas e o Brasil ganharão muito com a presença de Patrus, com sua sensibilidade e grande experiência à frente da Prefeitura de Belo Horizonte. Deu exemplos para isso, e tenho certeza de que fará um belíssimo trabalho.

Mais uma vez cobro um posicionamento do Governador Aécio Neves, pois não podemos aceitar tamanhas aberrações e absurdos nem conviver com eles. Em 19/1/2003, fui à posse do Governador e entreguei-lhe várias reivindicações referentes à educação. Foram as primeiras reivindicações que o Governo Aécio Neves recebeu em mãos. Em 2 de janeiro, entreguei as mesmas reivindicações nas mãos da Secretária da Educação.

Havia uma resolução do ex-Governador Itamar Franco proibindo a quem tem mais de 18 anos o acesso ao ensino regular nas escolas do Estado. A prática continuou no decorrer do Governo Aécio Neves.

Convocamos a Secretária, que veio e participou da audiência pública da Comissão de Educação. A Subsecretária também esteve presente e garantiu-nos que revogaria a resolução, para que todos os jovens tivessem acesso à escola. Publicamente cobro da direção e do Líder desta Casa uma intervenção junto ao Governador e à Secretária da Educação, para que essa resolução seja revogada em caráter imediato.

E o jovem que demorou a entrar no ensino por uma série de motivos e que, com muito sacrifício, consegue terminar o 1º grau não pode continuar o 2º grau nas escolas públicas, só pode fazê-lo no ensino à distância.

Agora há o programa de alfabetização do Governo Federal. Só em Uberlândia e em Araguari estão inscritas 2 mil pessoas. Essas pessoas irão alfabetizar-se, aprender as primeiras letras, com muita dificuldade e sacrifício, uma vez que têm idade entre 40 e 60 anos; terminarão o 1º grau, mas, quando quiserem matricular-se no ensino médio, não poderão, pois o Governador e a Secretaria da Educação não permitem que alguém com mais de 18 anos estude. Isso é uma aberração. Não podemos aceitar essa situação.

Conclamo os Deputados da base do Governo a intervirem junto à Secretária, que já deu sua palavra nas comissões. Infelizmente, não a está cumprindo.

Outro assunto importante refere-se a um fato que me deixa muito indignado. Diz-se que Minas Gerais é o primeiro Estado a colocar na escola as crianças com idade de 6 anos. Isso é um absurdo, uma enganação. Estão pensando que a população não tem conhecimento dos fatos. É preciso fazer um debate. Estamos fazendo um estudo do número de alunos realmente matriculados.

Com a municipalização do ensino, a maioria das escolas estaduais ficou sob a responsabilidade das Prefeituras. Assim, temos pouquíssimas escolas de ensino fundamental, de 1ª a 4ª séries, da rede estadual, sendo que o projeto aprovado nesta Casa refere-se à rede estadual.

O Governador pegou algumas escolas-piloto e fez o cadastramento. As crianças foram matriculadas e, agora, está divulgando que essa é uma prática em todo o Estado. Isso não é verdade. O programa está sendo desenvolvido apenas em algumas cidades do Estado, sendo que em algumas a responsabilidade é do Prefeito. É demagogia falar que Minas Gerais é o único Estado em que todas as crianças se matriculam.

No programa de TV do PSDB divulgaram que foram feitas 359 mil matrículas. Entretanto, segundo o material que saiu no "Estado de Minas" e no diário oficial, são 100 mil crianças matriculadas. Sabemos que a maioria delas estão sob a responsabilidade dos Prefeitos Municipais e precisamos deixar claro para toda população a prática do Governo Aécio Neves, que é um Governo virtual. Ele usa muita divulgação e publicidade, tentando ludibriar, de certa forma, a população, e, como parlamentares, temos o compromisso sério de esclarecê-la.

Outro exemplo da situação é o Programa Primeiro Emprego. Há apenas R\$50.000,00 no orçamento para o ano de 2004, para contratar 200 jovens. O programa do Governo Federal tem uma verba de R\$260.000.000,00 para contratar 900 mil jovens e garante-lhes todos os direitos trabalhistas, como carteira assinada. Já o programa do Estado garante apenas um estágio, que não tinha garantias nem o seguro contra acidentes. Se um jovem sofresse algum acidente de trabalho, poderia ficar o resto da vida mutilado. Felizmente, conseguimos fazer modificações significativas.

Sr. Presidente, aprovamos o Programa Primeiro Emprego, e a Assembléia Legislativa teria um de seus membros no grupo técnico, para acompanhar a sua implementação. Tive muita felicidade - e agradeço ao Presidente desta Casa - de ter sido indicado para tal, mas até hoje, infelizmente, não recebi nenhum convite para participar de nenhuma reunião a fim de discutir a implantação do programa no Estado. Portanto, o Governo está passando por cima de uma lei estadual e da Assembléia Legislativa. Comparei a uma audiência, mas não fui convidado para nenhuma reunião objetiva. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, nesse projeto me parece que o Deputado Leonardo Quintão busca agilizar e tornar disponível com maior facilidade o título de declaração de utilidade pública estadual, reduzindo o prazo de dois para um ano. No projeto de lei da OSCIP foi aprovado um artigo, a meu ver perigoso, que previu a habilitação das OSCIPs de imediato, sem nenhuma exigência de tempo de funcionamento. Esse foi um ponto de que o Governo e o próprio Deputado não abriram mão. Nesse sentido, a lei das OSCIPs faculta hoje a habilitação para qualquer entidade, sem a exigência do tempo.

Acho que seria prudente um debate sobre esse assunto. Talvez a lei que prevê dois anos seja muito rigorosa. São muitas as entidades sociais que prestam um bom trabalho e que, muitas vezes, pela ausência do título e do acesso à verba, antes de dois anos fecham suas portas, deixando de prestar bons serviços. Por outro lado, se não se tem uma regra clara, um critério para que essas entidades se habilitem, pode-se estar estimulando uma espécie de indústria de ONGs. No Brasil temos milhares de ONGs importantes e sérias, mas, infelizmente, algumas pessoas mal-intencionadas muitas vezes abrem uma entidade exatamente para ter uma renúncia fiscal, para ter acesso a benefícios da filantropia. Nesse sentido, nesta fase da discussão, antes de pedir a suspensão da tramitação, gostaria que o Deputado Leonardo Quintão deixasse claro para todos nós inclusive o Substitutivo nº 2, que será votado em primeiro lugar, de acordo com o requerimento do Deputado Miguel Martini, colocando todos os pontos, para que de fato tivéssemos segurança. Hoje é o primeiro dia de votação, e cada projeto tem que ser analisado rigorosamente. Foi aprovado um requerimento de alteração de ordem, colocando em votação primeiro o Substitutivo nº 2, então gostaríamos de discutir um pouco mais esse projeto.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Chico Simões* - Sr. Presidente, acredito que a alteração que o Deputado Leonardo Quintão propõe é alteração de uma lei que está em vigor. Na primeira reunião é colocada uma alteração que nem sequer teve parecer da Comissão de Justiça, porque esta perdeu o prazo. Muitas vezes votamos aqui projetos e encaminhamentos com parecer favorável da Comissão de Justiça que são derrubados com a alegação de inconstitucionalidade. Agora estamos aqui abreviando o tempo para conceder o título de utilidade pública a uma entidade, e essa proposta do Deputado nem sequer foi apreciada pela Comissão de Justiça. Gostaria de solicitar ao Deputado autor que fizesse uma reflexão para que discutíssemos isso com maior profundidade, uma vez que a Comissão que, nesta Casa, deve verificar a legalidade nem sequer opinou na proposta encaminhada pelo Deputado.

Precisamos rever o assunto "entidades de utilidade pública". Muitas vezes esta Casa concede o título a uma entidade, e não acompanhamos seu funcionamento. Frequentemente somos surpreendidos com o fato de entidades de utilidade pública receberem uma série de benesses, apesar de funcionarem há somente dois anos, prestando um desserviço ao Estado.

O Deputado Leonardo Quintão conseguiu, no ano passado, um projeto de OSCIPs em que será transferido recurso público às organizações. No seu projeto, o primeiro convênio entre o Estado e organizações nem sequer requer um dia de funcionamento da entidade. Agora, mais uma vez, diminui-se o tempo de dois anos para um ano. Para atender ao interesse de quem? Não podemos avaliar determinadas propostas, das quais participarão entidades e pessoas. Onde há ser humano, precisamos acompanhar seu comportamento, pois sua caminhada northerá essas entidades.

Diante disso, o mais prudente seria o Deputado retirar o projeto da pauta e fazê-lo retornar à Comissão de Constituição e Justiça, para que possamos votá-lo com consciência. Não somos contra o projeto, apenas queremos conhecê-lo melhor.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Leonardo Quintão - O projeto é simples, pois apresenta apenas alguns artigos. Mais uma vez, agradeço aos companheiros por citá-lo, pois contribuirá para a sociedade mineira.

Durante meu mandato de Vereador, recebia diariamente em meu gabinete creches, representantes de asilos e de associações comunitárias pedindo socorro para não fecharem suas portas. A lei os obrigava a trabalhar 24 meses após a legalização de sua entidade. Além de ser votado na Câmara Municipal de Belo Horizonte, o projeto deveria ser apreciado pelo Plenário. Se votado favoravelmente, seria considerada a entidade como de utilidade pública pelo município. Esse prazo, em média, demora 36 meses. Ainda como Vereador, apresentei projeto na Câmara Municipal o qual reduzia o prazo para 12 meses, por entender que nós, parlamentares, precisamos usar nossa criatividade para ajudar a comunidade na qual estamos inseridos e para dar condição ao cidadão de bem, que abre a porta de sua casa para que ali funcione uma creche ou um asilo para que os idosos de sua comunidade recebam amparo, amor e os devidos cuidados, os quais, muitas vezes, a União, o Estado e as cidades não têm condições de cumprir.

Por isso, nobre companheiro, Deputado Chico Simões, entendo, como cidadão brasileiro e mineiro e como Deputado Estadual, que temos de nos unir para acabar com a burocracia, a fim de ajudar os cidadãos a acessar a legalidade do Estado de Minas Gerais e conseguir, com isso, amparo e ajuda. O meu interesse é esse e nada mais: ajudar o cidadão de bem.

Concordo com V. Exa. que o cidadão que usar a brecha da lei com fins escusos deve ir para a cadeia. Se alguém utilizar essa lei com esse fim, serei o primeiro a denunciar e trabalhar para colocar esse cidadão atrás das grades. Se depender de mim, cancelarei a utilidade pública, acionarei o Ministério Público e os Tribunais de Justiça, a fim de que esse cidadão vá para a cadeia.

A nossa preocupação de que o cidadão esteja utilizando as facilidades do Estado para obter vantagens indevidas não pode nos impedir de ajudar o cidadão de bem que hoje está com um pires na mão e pedindo pelo amor de Deus para receber assistência no asilo, na creche, na sua entidade comunitária. Então, essa é a minha intenção.

Mostrando a unidade desta Casa e o meu sentimento de Deputado Estadual, peço o adiamento da votação desse projeto, para que V. Exa. e os Deputados que ainda estão na dúvida possam analisar essa lei e juntar-se a mim, com a mesma intenção de ajudar o cidadão de bem a receber recursos do Estado, usá-los e prestar contas perante a lei, ajudando, dessa forma, a sua comunidade a estabelecer a justiça social. Muito obrigado.

O Deputado Leonardo Quintão - (- Lê:) Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, cidadãos presentes nas galerias e que nos vêem pela TV Assembléia, ocupo esta tribuna na primeira sessão ordinária de 2004 com um objetivo especial. Durante o recesso parlamentar, em que não estivemos presentes no Plenário nem nas comissões, por não haver trabalho formal legislativo, várias questões relacionadas ao meio ambiente foram objeto de nossa preocupação. Uma delas, a que cito em primeiro lugar, diz respeito a uma atividade desenvolvida no Município de Itabirito e noticiada pela imprensa regional no último domingo, com um certo desfecho ontem. Trata-se de um empreendimento capitaneado pela Prefeitura Municipal de Itabirito, que, segundo a imprensa, estaria sendo efetivado sem o devido licenciamento da COPAM, que tem entre os seus membros, como representante desta Casa, a ilustre Deputada Maria José Haueisen, do PT.

As reportagens às quais nos referimos afirmam textualmente que o Ministério Público do Estado proporia o embargo do empreendimento, uma vez que este se localiza na serra da Moeda e comprometerá o aquífero Cauê, que alimenta o manancial do rio das Velhas, comprometendo o abastecimento de água da Capital.

Neste caso, merece especial atenção o nosso colega Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que é o autor da Proposta de Emenda à Constituição nº 52, já aprovada em 1º turno por este Plenário, que propõe o tombamento da serra da Moeda e aguarda parecer para 2º turno. A aprovação dessa PEC certamente dificultará a atividade extrativa predatória naquele manancial. Refiro-me a uma atividade que, sem autorização da COPAM, segundo a imprensa, causaria degradação ambiental e risco para o abastecimento de água na Capital mineira.

Pelo que foi dito ontem, o Presidente da COPAM e Secretário de Meio Ambiente determinou a suspensão das atividades naquele local.

É isso que a imprensa noticia. Menos mal, senhores parlamentares, telespectadores da TV Assembléia. O objetivo deste pronunciamento não é repetir o que a imprensa noticiou no último domingo e na segunda-feira, nem tampouco hoje. Sr. Presidente, o objetivo deste pronunciamento é dizer o que não foi dito pela imprensa nos últimos meses.

Ocupo esta tribuna com certa felicidade, ao reprimir a notícia de que o Estado e o Ministério Público estão cumprindo seu papel, como parece ser o que vem acontecendo na serra da Moeda. Lamento, no entanto, verificar que o Estado nem sempre cumpre sua missão e que o Secretário de Meio Ambiente vem cumprindo suas atribuições apenas pela metade. O relato que farei merece especial atenção de todos os nobres colegas, particularmente da Deputada Maria José Haueisen, nossa representante no COPAM, e daqueles que se preocupam minimamente com a qualidade de vida dos cidadãos que os elegeram. O que relaterei demonstra uma situação grave, que demanda uma ação eficaz do Poder Legislativo mineiro, uma vez que o Executivo não o faz, sabe-se lá por quais motivos.

Nesse recesso parlamentar, retornando a Belo Horizonte sobrevoei, por mais de uma vez, esta Capital, e verifiquei, lamentavelmente, a degradação ambiental, com presença de intensa exploração mineral em todo o seu entorno. As imagens são grotescas, e é este meu objetivo maior nesta data de hoje, início da sessão Legislativa de 2004, ano que a Igreja Católica consagrou à proteção das águas como fonte de vida para a Campanha da Fraternidade deste ano.

Recebemos - e prontamente fizemos alguns levantamentos preliminares, juntamente com outros colegas - denúncias graves envolvendo licenciamento pela Comissão de Política Ambiental - COPAM -, da Minerações Brasileiras Reunidas - MBR - para operação da mina de Capão Xavier, no município de Nova Lima. Ao que parece, pelo que me foi dito, com certo grau de certeza, esse licenciamento, a ser concedido pelo COPAM, compromete o abastecimento de água da Capital para os próximos anos, décadas e séculos. Queremos esclarecer, nobres Deputados, que não se trata de uma denúncia infundada. Fomos visitados, eu e colegas nossos, inclusive por Prefeitos e Deputados interessados na questão, que alegaram que tais denúncias tinham como autores cidadãos com interesses partidários. Não é verdade; somos do PMDB, e a

Central Única dos Trabalhadores - CUT -, que é ligada ao PT, comunga as mesmas idéias. Não estamos falando de interesses partidários. As denúncias são de gravidade ímpar, e peço atenção especial da nobre Deputada Maria José Haueisen, nossa representante no COPAM, para o que relatarei.

O Município de Belo Horizonte, como proprietário dos mananciais do Fecho, Mutuca, Barreiro e Catarina, firmou um compromisso com a MBR, com a COPASA e com o IEF, na gestão do então Prefeito e atual Ministro Patrus Ananias, para realização de estudos visando à exploração sustentada dos mananciais que abastecem Belo Horizonte. Foi cláusula daquele acordo, firmado na gestão do PT, a integral observância da Lei nº 10.793, de 1992. Aprovada por este parlamento e sancionada pelo Governador Hélio Garcia, essa lei dispõe sobre a proteção aos mananciais de abastecimento público em Minas Gerais, e veda expressamente qualquer atividade de exploração mineral nas nascentes dos mananciais de abastecimento público, se houver comprometimento da qualidade e da quantidade de água.

No art. 4º, fica vedada a instalação, nas bacias de mananciais, dos seguintes projetos ou empreendimentos que comprometam os padrões mínimos de qualidade das águas: indústrias poluentes, atividade extrativa vegetal ou mineral.

De maneira correta, o então Prefeito de Belo Horizonte, do PT, permitiu que fossem iniciados estudos, sempre balizados pela aplicação dessa norma que já citamos, a Lei nº 10.793.

Vale lembrar, Sr. Presidente, que não estamos aqui falando de uma nascente. Nobre Deputada Maria José Haueisen, não estamos falando de um rio local, de um córrego, onde poderia haver uma ação mitigadora que compensasse a degradação ambiental, em razão de uma atividade econômica essencial para a manutenção de empregos. Não nos referimos a um problema localizado e de fácil resolução, Deputados e telespectadores da TV Assembléia, mas ao abastecimento de água para a população de uma Capital de milhões de habitantes, a Capital de Minas Gerais.

Peço, agora, ao Líder do PMDB nesta Casa, Deputado Ivair Nogueira, que é engenheiro, que me corrija se eu estiver errado. Peço também especial atenção ao Deputado Gilberto Abramo e aos ex-colegas da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Deputados André Quintão, Célio Moreira, Lúcia Pacífico, Roberto Carvalho e Jô Moraes, que foram Vereadores pela Capital e têm a maioria de seu eleitorado em Belo Horizonte. Quando da assinatura do convênio entre IEF, MBR, COPASA e Prefeitura de Belo Horizonte, reafirmo, oportunidade em que o Ministro Patrus Ananias vinculou toda operação à observação da legislação de proteção a mananciais, foi também encomendado um estudo pela Prefeitura de Belo Horizonte - temos até mesmo uma cópia em nosso gabinete - para uma consultoria especializada. O estudo seria um contraponto aos laudos apresentados pela interessada na exploração, a empresa MBR.

No parecer - mais uma vez, peço ao Líder Ivair Nogueira, que junto com este e com outros parlamentares fez a leitura do estudo, que me corrija, caso eu esteja sendo impreciso - está claro que haverá, com a exploração da mina de Capão Xavier, na cabeceira dos mananciais que abastecem Belo Horizonte, diminuição da vazão de água. Não sou técnico no assunto, senhores parlamentares, Deputado Alencar da Silveira Jr., apenas sou um interessado nesse assunto e em cumprir as minhas funções como fiscalizador do Estado, principalmente na Capital mineira.

A diminuição da vazão de água para o abastecimento da Capital não é proscrita, impedida, repelida pela Lei nº 10.793, Deputado Adalclever Lopes. Quem vai repor a diminuição da vazão de água em Belo Horizonte, onde moram 2 milhões de habitantes, e na Grande BH, onde moram 4 milhões de habitantes? A empresa? E se ela não estiver mais operando daqui a algumas décadas, a alguns anos, a um século?

São questões importantes e necessárias, que devem ser discutidas. Não adianta adiar essa discussão. Vale lembrar que, depois de tal parecer, foi paralisado, por determinação da Prefeitura de Belo Horizonte, quando era Prefeito o atual Ministro Patrus Ananias, o processo de licenciamento da mina. Mas, terminado o mandato desse Prefeito, foi reiniciado o processo de licenciamento, visando à exploração da mina de Capão Xavier.

No estudo de impacto ambiental, foi omitida a observância à Lei nº 10.793, de proteção aos mananciais de abastecimento público. Não estou aqui falando de um mero detalhe técnico que poderia ser suprido por um parecer de um geólogo ou engenheiro. Falo da inobservância literal de uma lei estadual, aprovada neste Plenário e sancionada no então Governo Hélio Garcia, por um conselho formado e nomeado pelo Governo do Estado. Seria providencial a omissão? Citar a Lei nº 10.793 não seria um empecilho à realização do estudo de impacto ambiental? Creio que sim. Como cidadão mineiro, como parlamentar, tenho certeza, não apenas creio.

A par das denúncias que chegaram a nossos gabinetes, que não se resumem na conduta omissiva do COPAM, tramita hoje nesta Casa um requerimento para a realização de audiência pública a fim de se discutir esse licenciamento.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Deputado Leonardo Quintão, meus caros colegas, Presidente, estava ouvindo atentamente essas suas denúncias. Talvez poucos Deputados tenham prestado atenção ao que V. Exa. está dizendo, à gravidade dessas denúncias, talvez até mais graves do que as que estão caindo sobre o PT em virtude do caso Valdomiro Diniz. Essa denúncia mexe com a vida do cidadão, não apenas com a parte financeira de um ou de outro que ganhou o recurso, que foi financiado. Mexe com a vida da população de Belo Horizonte.

Durante as férias, ouvi um pronunciamento da CUT, pela imprensa, já denunciando a possibilidade da liberação do licenciamento de operação dessa mina do Capão Xavier. Fiquei apavorado, mesmo tendo pouco conhecimento sobre meio ambiente, não sendo "expert" no assunto. Tivemos a oportunidade de fazer na região um sobrevôo de helicóptero, porque existem várias pessoas preocupadas com o que acontecerá com Belo Horizonte. No entanto, nada foi feito até agora, o processo continua em andamento.

Essa denúncia que V. Exa. está fazendo é gravíssima. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem de se manifestar, deve constituir uma comissão permanente para acompanhar esse processo, ou até mesmo uma CPI - a que não sou muito favorável, mas, nesse caso, sim. Pelo que foi dito pela MBR, em nota oficial, ela já fazia sua mea-culpa, dizendo que estava preparada para abastecer Belo Horizonte depois da exploração da mina de Capão Xavier. Ela realmente vai degradar a captação de água de Belo Horizonte naquela região.

Será que o povo ainda continuará sofrendo por falta de água, passando por dificuldades, para atender a interesses econômicos dessas empresas que têm acabado com os contornos de Belo Horizonte? Todos sabem que Capão Xavier, apesar de ser de propriedade da Prefeitura de Belo Horizonte, pertence ao Município de Nova Lima. A Prefeitura já se preocupou, há anos, com a preservação desse manancial. Adquiriu aquele terreno, onde hoje há essa polêmica. Não estou vendo a Câmara Municipal de Belo Horizonte ou outros órgãos manifestarem-se sobre a gravidade da exploração dessa mina em Capão Xavier. Não estamos vendo nem a imprensa se manifestar. O Ministério Público, agora, está entrando com um processo para haver o impedimento.

Estamos vendo que o COPAM já está bem adiantado no licenciamento sem sequer citar a legislação estadual. Nesse ponto, temos de elogiar as pessoas que agiram corretamente nesse processo. Cito o ex-Prefeito Patrus Ananias, que não deixou o processo andar enquanto não cumprissem a legislação estadual. A única coisa que deixou que acontecesse foi que se fizesse o estudo de impacto ambiental.

Por que só agora, depois de quatro ou cinco anos, esse estudo do impacto ambiental veio à tona às pressas, na correria? Não estou vendo a

manifestação da Prefeitura de Belo Horizonte, que também é do PT, do ex-Prefeito Patrus Ananias. Esse fato talvez tenha passado despercebido pela imprensa. Parece que esse assunto está sendo abafado, mas é da maior gravidade.

Pessoa correta como o Patrus Ananias impediu o licenciamento, e agora ele vem de qualquer forma contra a legislação estadual, o que nos deixa apavorados. A própria empresa que solicitou esse licenciamento disse, em nota oficial, que está preparada para abastecer Belo Horizonte assim que secarem as águas de Capão Xavier. Nas férias, vi aquela matéria, achei interessante e comecei a procurar informações, que são as mais vastas possíveis.

O pronunciamento de V. Exa. é da maior importância para Belo Horizonte, aliás deveria ter sido feito na Câmara Municipal com o aval do Prefeito de Belo Horizonte, que deveria estar à frente dessa luta para preservar esse manancial. Não é pela exploração de minérios para atender mais uma vez essas empresas que têm acabado com o entorno de Belo Horizonte. Às vezes temos feito vista grossa por causa de 200 ou 300 empregos, mas esquecemos que a população tem sofrido muito com essa degradação.

Os países do Primeiro Mundo proibiram a exploração de minério porque degrada o solo. No entanto, aqui degrada, acaba, e não fazemos nada. Então, mandamos para eles o minério cru. O entorno de Belo Horizonte tem sido degradado por essas empresas.

Deputado Leonardo Quintão, o pronunciamento de V. Exa. talvez possa passar despercebido na Casa, mas terá eco porque mexe com a vida do cidadão de Belo Horizonte. Não podemos nos calar diante dessa situação. Não sou daqui, mas fiquei preocupado porque temos visto muita degradação do meio ambiente. Muitas vezes fingimos que não estamos vendo ou que o problema não é nosso.

Esse problema não é apenas de Belo Horizonte, é também dos mineiros. V. Exa. foi muito feliz em fazer um discurso consistente. Tenho certeza de que V. Exa. tem as provas, porque também tive acesso a toda documentação, que está para a imprensa ou para quem queira ver. Esse processo precisa ter respaldo legal, mas não está tendo. O Governador Aécio Neves estará sendo co-responsável se esse licenciamento for liberado. No caso, alguém terá que ser responsabilizado. O Secretário de Meio Ambiente precisa pronunciar-se. A COPAM também precisa manifestar-se. Como pode haver uma licença contra a legislação estadual? Queremos explicações.

As explicações que podem dar para o parlamento talvez justifiquem a posição deles e que estaríamos errados. V. Exa. disse que, se estivesse errado, alguém o corrigisse, mas o que vi é que há um jogo muito grande de interesse em cima da exploração de Capão Xavier. Sabemos que a empresa já fez o acesso, mas não há autorização para o início das operações, que precisamos impedir.

V. Exa. informou que amanhã haverá audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, na qual se discutirá o assunto. A Assembléia tem também de manifestar-se. A imprensa deve acordar para as denúncias que V. Exa. faz.

As denúncias de V. Exa. são muitos mais graves, e não vemos respaldo. Trazer esse tema à tona é um ato de coragem, e ficaremos atentos. Cobraremos do Governo e do COPAM, em que temos uma representante digna, a Maria José. Tenho a certeza de que ela prestará atenção a nosso discurso e aprofundará a discussão. Trata-se de uma denúncia grave. Alguns disseram que é uma discussão político-partidária devido à entrada da CUT no processo, mas não o é. O problema está acima de interesses partidários ou pessoais

Está na hora de nós, brasileiros, mineiros, nos revoltarmos para impedir a exploração de nosso solo sem critérios. Eles já disseram que vão esgotar as águas que atendem, em Belo Horizonte, a mais de 500 mil pessoas. Se isso ocorrer, já existe um projeto para buscar água em João Monlevade ou Itabirito. Se não ocorrer, serão perfurados poços artesanais. Logo, têm consciência de que a exploração da mina terminará com a água. Deputado Alencar da Silveira Jr., pelas informações recebidas, é a maior mina do mundo em profundidade, são 400m a céu aberto. Veja o estrago que pode ocorrer em Belo Horizonte, em Minas Gerais.

A área da mina, em Nova Lima, pertence à Prefeitura de Belo Horizonte para preservação do manancial e do abastecimento de água. Deputado Leonardo Quintão, são denúncias graves e precisamos discuti-las. Não falemos sobre possíveis vantagens que alguém levou. Não é esse o debate. Interessa saber que prejuízos a operação da mina trará. Uma mina a céu aberto de 400m de profundidade em que os caminhões terão de ir até o fundo. Imaginem o estrago nas belas serras mineiras.

Precisamos de pessoas corretas que já impediram essa exploração. Quando a Assembléia aprovou a lei, foi uma medida para impedir a degradação dos mananciais. Em seus documentos, existe a prova de que o Ministro Patrus Ananias, quando Prefeito, disse que aceitaria os estudos desde que fosse cumprida toda a legislação estadual. Por que naquela época não o fizeram? Porque sabiam que o Prefeito Patrus Ananias não permitiria tal degradação. Precisamos valorizar e enaltecer esse comportamento. Ao mesmo tempo, é necessário estranhar o porquê do silêncio da atual Prefeitura. Será que há alguma coisa? Será que está passando despercebido? É o que esperamos.

Que esse pronunciamento seja um alerta para a Assembléia, para a imprensa e para o povo de Belo Horizonte: o estrago que a exploração da mina de Capão Xavier trará a Belo Horizonte. Ou estamos errados, pois falamos com base em nossos documentos. Quem sabe existe algum argumento técnico para mudar nossa idéia?

Deputado Leonardo Quintão, mais uma vez, parabéns pela felicidade de fazer, no início do ano legislativo, um pronunciamento de tamanha importância. Precisamos discutir os danos que as multinacionais trazem, principalmente para Minas Gerais.

Não estamos dizendo que o minério não tem de ser explorado, mas que deve ser explorado de forma sustentável, não da forma como estão querendo, de qualquer maneira. A legislação estadual deve ser cumprida.

Esperamos que esse pronunciamento tenha eco e que amanhã possamos debater e aprovar na Comissão a realização dessa audiência pública, trazendo essa discussão para dentro da Assembléia, que também é responsável por isso, pois o COPAM é órgão estadual. Deveríamos contar também com a participação da Prefeitura de Belo Horizonte. Muito obrigado pelo aparte e parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Adalcleber Lopes (em aparte) - Gostaria de parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento e dizer-lhe que protocolamos expediente junto às Comissões de Educação e de Meio Ambiente, presidida esta pela nobre Deputada Maria José Haueisen, que muito conhece a questão do meio ambiente não só em nosso Estado, mas também em todo o País.

Quero parabenizar também o Ministro Patrus Ananias, que, em relação ao convênio no qual o IEF se manifesta, fala da necessidade da observância da Lei nº 10.793 e de todas as outras que dispõem sobre manancial de abastecimento de água. Temos a certeza de que esse professor de direito, conhecedor das leis, sabe que a espinha dorsal de qualquer estudo de impacto ambiental tem de ser regida por lei estadual. Se assim não for, será como um carro sem rodas. Nenhum estudo de impacto ambiental poderá ser feito se não estiver prioritariamente de acordo com a lei que rege as águas do nosso querido Município de Belo Horizonte.

Portanto, sugerimos a V. Exa., ao Presidente da Casa e à Deputada Maria José Haueisen constituir comissão para visitar Capão Xavier,

juntamente com todos os técnicos que já o fizeram. Hoje, temos geólogos fantásticos, como o Sr. João Henrique Grossi Sad, um dos maiores conhecedores de geologia no Estado, o qual, certamente, não tem ligação com nenhuma empresa, mas faz parte de uma câmara de assuntos minerais que hoje temos no COPAM.

Sabemos ainda que a licença de instalação também é regida por leis, de acordo com as audiências públicas pedidas aqui e em Nova Lima. Temos certeza de que tudo isso deve ter sido cumprido. Portanto, solicitamos a constituição imediata de grupo de trabalho, antes que seja dada a licença de operação, para que não fique dúvida de que "debaixo desse tutu tem lingüiça". Será preciso visitarmos o local para verificar 'in loco' e saber se, por detrás disso, está tudo legal, de acordo com o que manda a lei.

Sr. Presidente, sugiro que V. Exa. constitua essa comissão juntamente com a querida Deputada Maria José Haueisen e a Comissão de Educação, que deverá visitar o local e observar as cavernas e algumas áreas de preservação ambiental, com fósseis de 500 milhões de anos. Até cientistas estão proibidos de entrar nesse espaço, que constitui área de preservação. Portanto, proponho que esta Casa analise 'in loco' a situação, que envolve muitas questões, não apenas as referentes ao Município de Belo Horizonte, mas também ao gestor das águas, a COPASA, enfim, a todo o Governo do Estado e de Belo Horizonte.

Sr. Presidente, tenho certeza de que, com um grupo de Deputados constituído por V. Exa, poderemos, juntamente com o interessado, o Município de Belo Horizonte, por meio de seus representantes, visitar Capão Xavier.

Parabéns, Deputado Leonardo Quintão. Como um dos Deputados mais votados em Belo Horizonte, sua preocupação é com o cidadão e o povo desta cidade. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Gostaria de parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento e por sua preocupação. Começo agora a entender as matérias publicadas no jornal sobre assunto considerado não tão relevante: o Distrito Industrial de Itabirito.

O Deputado Irani Barbosa falou de um assunto sobre o qual eu não iria argumentar hoje. A imprensa deveria dar para esse fato o mesmo destaque que está dando ao Distrito Industrial de Itabirito. Estão instalando ali três empresas não poluentes, mas a obra está sendo interdita. Se fosse em Belo Horizonte, com certeza a situação seria outra.

Estão destruindo o trabalho de uma Prefeitura que faz um distrito industrial em 750.000m², dentro das normas dos ambientalistas. É uma cortina de fumaça que oculta interesses. Estão divulgando os problemas dos distritos na BR-040, mas estão-se esquecendo dos que V. Exa. relatou.

Fica registrada aqui minha preocupação. Peço que o Secretário de Meio Ambiente olhe com outros olhos o problema do Distrito Industrial de Itabirito na BR-040. Faça um apelo para que o Ministério Público examine o problema na localidade de Belo Horizonte. Obrigado.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Parabenizo o pronunciamento de V. Exa. Não posso deixar de me congratular com os Deputados que argumentam sobre esse importante assunto. Se nossa geração não começar a se preocupar com a recuperação e a preservação do meio ambiente, com certeza as espécies vivas morrerão com ele, e, entre elas, estamos destinados a sucumbir.

O Estado em que vivemos não é forte e possui um procedimento ambíguo, em que a iniciativa privada tem uma força muito grande, porque nós, legisladores, assim o concebemos, dando poderes excessivos à iniciativa privada, que não é subordinada ao Estado, e, quando o é, não sabemos, na pactuação, a que entidade, município, Estado.

Em Coronel Fabriciano, onde V. Exa. nasceu, há uma bela cachoeira que será usada para a construção de uma hidrelétrica. Apesar de a sociedade e o município não a quererem, infelizmente sua vontade não é obedecida, pois a legislação diz que o Estado e a União têm competência para determinar o que ocorrerá no município. É o que está acontecendo.

É providencial aprofundar o processo. Acredito que isso está sendo feito porque o Sr. tem convicção, e há uma cobrança muito grande em cima do Prefeito de Belo Horizonte. Não nos podemos esquecer de que foi autorizada pelo Governo do Estado, pela Secretaria de Meio Ambiente, pelo Estado de Minas Gerais, que tem a sua frente o Governador Aécio Neves, que tem como base de sustentação, entre outros, V. Exa. e dos Deputados Fábio Avelar e Alencar da Silveira Jr.

Não podemos usar a tribuna para fazer disso uma política partidária, desinformando a sociedade. Segundo informações que chegaram aos meus ouvidos, a Prefeitura de Belo Horizonte, que não tem competência para vetar, simplesmente concordou com o que foi autorizado pela Secretaria de Meio Ambiente no tocante ao acesso até o local onde se encontra a mina que está sendo explorada. O terreno, por sua vez, está dentro de Nova Lima, que também é do Prefeito do PFL.

Neste momento, temos de agir como cidadãos, como pessoas que representam realmente a vontade e o sentimento daqueles que nos elegeram.

Houve participação fundamental do Estado de Minas Gerais. A Prefeitura, segundo informações, não tinha poder de veto e tão-somente observou o acesso. E temos também a Prefeitura de Nova Lima. Todos esses entes são governados por pessoas que têm o nosso voto. Em respeito a nossos eleitores, vamos nos unir e cobrar de maneira correta. Entretanto, não devemos "partidarizar", pois a disputa não é entre partidos.

Devemos nos preocupar com a preservação do meio ambiente, pois, dessa forma, estaremos preservando a nossa vida e a de todos os seres vivos. Muito obrigado.

O Deputado Leonardo Quintão - Agradeço o aparte do Deputado Chico Simões. Quero esclarecer que o terreno é propriedade da cidade de Belo Horizonte dentro do Município de Nova Lima. Portanto, é necessário que a Prefeitura de Belo Horizonte, o Governo do Estado e o Município de Nova Lima estejam cientes.

No início de meu pronunciamento, fui claro. Não estou citando partidos. Essa não é uma questão partidária, não é apenas uma bandeira do Deputado Leonardo Quintão do PMDB, mas uma bandeira da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, do povo mineiro e dos cidadãos de Belo Horizonte, que, se não abrirem seus olhos e não se empenharem nessa luta, verão sua água cessar. E de onde virá a água para o abastecimento das casas de Belo Horizonte?

V. Exa. falou muito bem, Deputado Chico Simões. Conhecendo minha índole, V. Exa. sabe que não sou Deputado para subir à tribuna desta Assembléia, dar nome aos bois e apontar dedos sem ter provas. Antes disso, prefiro lançar a moeda, para juntos encontrarmos a dificuldade, a

solução e os responsáveis pelo problema gravíssimo que acontece na Capital.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Em primeiro lugar, cumprimento V. Exa. por trazer à tona um assunto de tamanha importância, principalmente para esclarecer aquelas dúvidas que, por ventura, possam existir. V. Exa. pode estar certo de que, quando esse requerimento chegar à Comissão do Meio Ambiente - de que faço parte -, será aprovado, pois é nossa missão analisá-lo e nos posicionarmos a respeito.

Entretanto, não poderia concordar com V. Exa. quando, no início de seu pronunciamento, disse que o Estado não cumpre sua missão e que a Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais vem cumprindo apenas em parte seu papel. V. Exa. comete uma grande injustiça em um momento em que o Governo Aécio Neves procura dar uma nova dinâmica à questão ambiental do Estado, ao colocar naquela Pasta pessoas ligadas à área. Cito aqui o Secretário José Carlos, que já foi Secretário de Meio Ambiente do Estado, funcionário de carreira do IEF e ex-Ministro do Meio Ambiente. Ele tem uma larga experiência e procura prestar sua contribuição ao desenvolvimento ambiental. Apenas para exemplificar a nova dinâmica que ele procura dar à Secretaria do Meio Ambiente, ressaltamos a implantação efetiva dos COPAMs regionais, para dar uma maior agilidade à fiscalização e ao processo de licenciamento ambiental. Portanto, repito que V. Exa. cometeu uma grande injustiça.

Quanto à mina de Capão Xavier, V. Exa. tem razão ao solicitar uma audiência pública para análises e esclarecimentos, mas quero tranquilizá-lo em parte, pois acreditamos nas pessoas envolvidas no processo.

Para que V. Exa. tenha conhecimento, tive a oportunidade de, ainda como funcionário da COPASA, há cerca de 10 anos, participar de alguns estudos sobre essa questão. Temos ciência de que, atualmente, os técnicos da COPASA, que detêm um profundo conhecimento sobre a questão do abastecimento de água da nossa Capital e da região metropolitana, estão também debruçados, durante todo esse período, na análise desse problema. Confiamos nos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente e do COPAM, que fazem parte de uma comissão formada por diversos segmentos representativos da sociedade.

Com relação a esse aspecto, gostaríamos de tranquilizar a população, pelo menos em parte, porque essa questão do Capão Xavier está sendo estudada e analisada há cerca de 10 anos pelos técnicos da mais alta competência do nosso Estado. Não se trata de um processo que vem se desenvolvendo de maneira apressada e equivocada, mas de um processo que vem sendo estudado e debatido há mais de uma década.

Essa audiência pública é importante, pois teremos condições de escutar as pessoas que participaram da elaboração da proposta. Sinto-me tranquilo porque, como funcionário de carreira da COPASA, conhecendo os técnicos dessa empresa e a sua participação efetiva na análise desse procedimento, tenho plena confiança de que esse assunto, de certa maneira, será esclarecido. Fomos informados de que a Prefeitura de Belo Horizonte também está participando do processo. Há a participação de todos os segmentos envolvidos nessa atividade.

Deixo a minha posição pessoal. Não podemos deixar de analisar a questão econômica, que é importante, sim. Como membro da Comissão do Meio Ambiente, acredito e luto por um desenvolvimento sustentável. Acredito que, atualmente, existam condições técnicas para aliar a proteção ambiental com a necessidade econômica. Não podemos nos esquecer de que Belo Horizonte também possui vocação para a atividade minerária. Temos de procurar estabelecer esse equilíbrio no exercício de uma atividade econômica importante para Belo Horizonte, para a região metropolitana e para o Estado de Minas Gerais, como um importante instrumento de geração de renda.

Como ambientalista, acredito e defendo o desenvolvimento sustentável, mas, de qualquer maneira, a audiência pública que V. Exa. solicitou na comissão será importante para que as autoridades tenham a oportunidade de se pronunciar e, de certa maneira, esclarecer e tranquilizar a nossa população. Muito obrigado.

O Deputado Leonardo Quintão - Muito obrigado.

Nobre Deputado Fábio Avelar, todo o processo que está tramitando no COPAM não menciona a Lei nº 10.793. Mais uma vez, lerei o art. 4º: "Fica vedada a instalação nas bacias e mananciais dos seguintes projetos ou empreendimentos que comprometam os padrões mínimos de qualidade das águas.". O seu inciso II diz bem claro "atividade extrativa vegetal ou mineral". Nos laudos apresentados aos Deputados desta Casa e em meu gabinete consta claramente que será, sim, prejudicado o manancial e será, sim, prejudicado o abastecimento de água da cidade de Belo Horizonte. Por isso, sinto-me na obrigação, Deputado Rogério Correia, de trazer a esta Casa não denúncias, mas um esclarecimento necessário. Creio que o Estado de Minas Gerais esteja equipado com técnicos capazes, mas precisamos de esclarecimentos. Eles precisam vir aqui para nos mostrar por que não foi mencionada, no COPAM, a Lei nº 10.793. Na época da administração do Prefeito Patrus Ananias, este mesmo mandou parar todo o licenciamento da parte da Prefeitura e, naquele laudo, está sendo citada, bem claramente, a Lei nº 10.793, que foi votada nesta Casa e sancionada pelo então Governador Hélio Garcia. Lembra o Presidente que não podemos permanecer inertes em assuntos tão relevantes. Se acaso o COPAM insistir em proceder a esse licenciamento ilegal - pois é o que é, uma vez não observada minimamente a legislação estadual -, seremos obrigados a anular os atos do COPAM, seja por ato do Governador, seja por resolução desta Casa.

Sim, se esse assunto foi tratado de forma insignificante até agora, de modo a se considerar que tem pouca relevância, o Sr. Governador Aécio Neves deverá ter conhecimento da gravidade da instalação de uma exploração minerária na cabeceira dos mananciais de abastecimento de água da Capital do Estado que ele governa. Ou ninguém ainda lhe avisou que haverá um licenciamento naquela área?

Será que o Secretário de Meio Ambiente - como bem disse o Deputado Fábio Avelar -, que foi Secretário Executivo do Ministério de Meio Ambiente, foi Ministro do Meio Ambiente e foi Secretário de Meio Ambiente do Governo Azeredo, não avisou ao Governador que pela COPAM trafega silenciosamente um licenciamento que não respeita, não observa a legislação ambiental do Estado? O Governador não há de ser avisado, senhores parlamentares? Mesmo considerando que a MBR financiou muitas campanhas eleitorais, e essas informações estão disponíveis porque são públicas, o Secretário de Meio Ambiente há de avisar ao Governador Aécio Neves, ainda hoje, após este pronunciamento, que o estudo de impacto ambiental da mina de Capão Xavier nem sequer cita a legislação de proteção aos mananciais. Leio novamente a Lei nº 10.793 no seu art. 4º: "Fica vedada a instalação, nas bacias e mananciais, dos seguintes projetos ou empreendimentos que comprometam os padrões mínimos de qualidade das águas: II - A atividade extrativa vegetal ou mineral."

E, se o Sr. Governador concordar, que se responsabilize pessoalmente pelos atos dos Conselheiros que nomeou para o COPAM.

Certo é, Deputadas e Deputados, que não estamos diante de um velho dilema entre o emprego e o meio ambiente, entre a atividade econômica e a ecologia. Não é ecológico dizer que a paralisação da atividade minerária da MBR nas minas que inviabilizam o abastecimento de água de Belo Horizonte irá causar desemprego em massa. Esse argumento é por demais infantil e, se utilizado pela empresa, somente beneficia a MBR. Se utilizado pelos sindicatos, demonstra outro tipo de posição.

O abastecimento de água ultrapassa todas essas questões, em que somente às vezes se coloca o homem na condição de primaz sobre o meio ambiente. Aqui, nesse caso, estamos falando da vida e da primazia da vida do homem sobre o capital, da nossa vida, da vida de nossos filhos e netos, da vida de nossos vizinhos, de nossos colegas e amigos, da vida de quem representamos, da vida de nossos mandatários.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Obrigado, Deputado Leonardo Quintão. Em primeiro lugar, gostaria sinceramente de parabenizar V. Exa. por trazer esse tema à tribuna da Assembléia Legislativa. Não se trata de um assunto de pequena monta, ao contrário, é algo importante, e há, sim, por parte das entidades ambientalistas, a suposição de que a exploração daquela região possa afetar pelo menos quatro mananciais que integram o abastecimento de água de Belo Horizonte. Se essa dúvida existe, precisa ser tratada pela Assembléia Legislativa do ponto de vista político, não "partidarizando" demais o assunto. A Prefeitura de Belo Horizonte deu uma determinada autorização - que significa a estrada ir até aquele local - baseada no COPAM, na FEAM e no próprio Ministério Público, portanto, com a legalidade orientada pelo Governo do Estado. Se o Governador sabe ou não sabe disso, fica a pergunta, mas é necessário que passe a se integrar no processo, assim como o conjunto desta Assembléia e do Estado de Minas Gerais.

Durante o período de recesso - ao contrário do que alguns órgãos de imprensa acham, o recesso parlamentar não são férias, mas um recesso para o exercício de outras atividades políticas; todos os Deputados, ou a grande maioria, não tiram férias durante todo o período de recesso parlamentar -, no dia 28/1/2004, protocolei na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais o seguinte requerimento.

- Lê requerimento em que solicita seja realizada audiência pública para se debater o empreendimento na mina de Capão Xavier pela empresa MBR, em Nova Lima, o que poderá afetar quatro mananciais que integram o abastecimento de Belo Horizonte.

Apresentei um requerimento solicitando que fossem convidadas as seguintes autoridades: o Procurador Jarbas Soares Júnior, Coordenador da Procuradoria Estadual Especializada no Combate aos Crimes Ambientais, que evidentemente deve ser ouvido sobre se essa liberação deve ou não permanecer; a liberação existiu, repito, por parte do Governo do Estado; um representante da MBR, que poderia dar explicações técnicas do ponto de vista da empresa; um representante do COPAM, que deveria ser o próprio Secretário, para dar as explicações dessa liberação; um representante da FEAM; e representantes da sociedade, que seriam um representante da CUT, que também acompanha esse movimento por via de sua área ambiental e um representante da ação popular que é movida para que seja embargada essa obra no manancial. Essa discussão precisa ser feita. Nesse sentido, a preocupação do Deputado Leonardo Quintão é também nossa. Esperamos que essa reunião se realize.

O Deputado Adalclever Lopes também se tem preocupado com essa questão e propõe a ida de uma comissão da Assembléia Legislativa até lá. As duas coisas podem completar-se. Precisamos fazer uma visita ao local, mas temos também que ter acesso aos dados técnicos e às diversas opiniões para saber se de fato vai ou não afetar, se é ou não é correto.

As questões que V. Exa. levantou sobre financiamento de campanha pela MBR são também algo que evidentemente nos deve preocupar. Essa preocupação está existindo no Congresso Nacional; aliás, depois dessa denúncia sobre Valdomiro Diniz, deve-se ir a fundo no que se refere à modificação da questão do financiamento de campanha, e, certamente, se existir a tal CPI que o Senado está querendo fazer sobre financiamento de campanha, teremos que reproduzi-la em Minas Gerais. V. Exa. nos dá uma oportunidade, quem sabe?, de partir desse assunto para uma análise dos diversos financiamentos de campanha no Estado de Minas Gerais. Parabenizo V. Exa. por essa abordagem, acho que essa reunião precisa ser feita e concordo com a visita da Assembléia Legislativa ao local, proposta pelo Deputado Adalclever Lopes. Muito obrigado.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte) - Nós também, Deputado Rogério Correia, protocolamos, no dia 22 de janeiro, requerimento pedindo que fossem convidados o Dr. Juarez de Oliveira Rabelo, Diretor de Operações da MBR, o Dr. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente, o Prefeito Fernando Pimentel ou seu representante, Mauro Ricardo Machado Costa, Presidente da COPASA, Dr. Ricardo Santiago, o engenheiro que propôs a ação, e Rodrigo Cançado, representante de meio ambiente do Ministério Público. Mas, antes disso, deveríamos fazer essa visita, com parlamentares indicados pelo Presidente, e que essa comissão analisasse e desse parecer político pela vida e pela água de Belo Horizonte, que está acima de qualquer partido. Queremos que Belo Horizonte não viva apenas 100 anos, que é o tempo de exploração, mas talvez dois ou três milhões de anos. Muito obrigado.

O Deputado Leonardo Quintão - Muito obrigado, Deputado Adalclever Lopes. Entendendo as datas, o Deputado Adalclever Lopes apresentou requerimento no dia 22 e o Deputado Rogério Correia apresentou no dia 26.

Deixo a sugestão de que amanhã sejam votados, em conjunto, os pedidos do Deputado Adalclever Lopes e do Deputado Rogério Correia.

A Deputada Maria José Haueisen (em aparte) - Cumprimento-o pelo seu pronunciamento, que nos alerta para os problemas que podem ter graves conseqüências, sobretudo para Minas Gerais. O Deputado Adalclever Lopes protocolou o requerimento, mas pediu-me sua retirada amanhã. O Deputado Rogério Correia apresentou requerimento do mesmo teor, com exceção dos convidados, e V. Exa. propõe visita para constatarmos "in loco" a situação do Capão.

Proponho primeiramente a visita para depois aprovarmos o requerimento conjuntamente. Realizaremos reunião para discutirmos a presença das pessoas solicitadas pelo Deputado Rogério Correia, mas que não apresentam seus nomes inseridos no requerimento do Deputado Adalclever Lopes. Essa é a melhor maneira de encaminhar o trabalho que V. Exa. começou tão bem, trazendo as denúncias a esta Casa.

O Deputado Leonardo Quintão - Obrigado, Deputada Maria José Haueisen, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e membro permanente do COPAM-MG. Reitero minha preocupação, Deputados Rogério Correia, Adalclever Lopes e Roberto Carvalho, ex-Vereador, por quem tenho grande estima. Deveríamos votar a matéria amanhã, porque a licença de operação deverá ser liberada no COPAM. Inquieta-me o fato de fazermos a visita e, no apagar das luzes, o COPAM aprovar isso. Precisamos impedir a continuação do licenciamento.

Peço a costumeira seriedade e ainda mais: que compartilhem comigo dessa empreitada, de forma a não deixar sobrar nenhuma dúvida. Que não sejamos responsabilizados no futuro pela falta de água na Capital nem pela irresponsabilidade de homens que se dizem públicos. Tomemos nós as nossas atitudes e deixemos que a história nos julgue. Obrigado e que Deus nos abençoe nessa empreitada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dinis Pinheiro - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, trago a esta tribuna tema de suma importância e estou certo de que o Deputado Weliton Prado terá grande interesse em participar da condução do nosso discurso.

Há muito tempo é debatido nesta Casa um projeto expressivo, de grande alcance social e que ultimamente encontrava-se adormecido. Refiro-me à tão sonhada redistribuição de ICMS em nosso Estado. Ontem, o conceituado jornal "Estado de Minas", de forma oportuna e adequada, relatou a respeito da Lei Hobin Hood, do ICMS solidário, do grande clamor que existe entre os mineiros de realizar a implantação dessa lei, com o propósito de auxiliar os municípios mais carentes.

Apenas para ilustrar, vale a pena informar que o projeto de ICMS, que aqui tramita há muitos anos e que beneficia aproximadamente 15 milhões de mineiros, provavelmente 650 cidades, por incrível que pareça, ainda não foi incluído na pauta para se promover o grande debate por nossos pares neste fórum, Plenário desta augusta Casa do povo mineiro. No ano passado, a perspectiva era a de que o Governo Federal acolheria essa iniciativa, pois, na proposta de reforma tributária encaminhada pelo Governo Lula ao Congresso, havia um item benéfico e de

grande importância para os municípios mais carentes, qual seja a retirada do índice de 75% no VAF. Esse índice é elevado e só beneficia cidades ricas, que têm grande produção econômica. O Estado, naquele momento, nos deixou a primeira possibilidade de reduzir esse percentual, e, naquele momento, aplaudimos a iniciativa do Governo Federal. No entanto, sem nenhuma explicação, ao chegar ao Senado, esse item foi eliminado sem justificativa. Ou seja, um dos itens mais importantes da reforma tributária, uma das maneiras mais eficazes de se promover a desconcentração de riquezas no Brasil, um dos instrumentos mais fortes para se erradicar a pobreza no Brasil, foi eliminado do Senado com anuência do Governo Federal.

Um sonho, portanto, que foi adiado, prorrogado no Senado, sem a mínima explicação aos mineiros e ao Brasil. Ontem, vi essa reportagem no "Estado de Minas", e, acredito que, no início desta sessão legislativa, nada melhor que retomarmos esse assunto fundamental, de suma importância para a condução dos destinos dos municípios mais pobres de Minas Gerais. Quero, mais uma vez, aproveitar esta tribuna para fazer um alerta: se o Governo Federal não fez, não tomou iniciativa, não agiu, cabe a esta Assembléia Legislativa, dentro de suas prerrogativas, de seus dispositivos legais, priorizar o social, promover e executar todas as ações e esforços necessários para a tramitação do projeto do ICMS, que beneficiará milhões de mineiros.

Tenho certeza de que o Governador Aécio Neves se encontra solidário com nosso projeto, haja vista suas ações à frente do Governo de Minas, sobretudo no que se refere à criação de uma secretaria para cuidar, zelar, com todo carinho e respeito, pelos municípios mais pobres. Foi referendado aqui ontem, por intermédio de sua mensagem, lida pelo grande Secretário e mestre Prof. Anastasia, que abordou também, de forma enfática, a necessidade de se efetuarem aqui as alterações do ICMS. Essa lei foi aprovada há muitos anos e, logicamente, tem de atender ao momento, precisa ser aperfeiçoada. Já percorreu todas as comissões nesta Casa, mas, sem nenhuma explicação, a Assembléia Legislativa ainda não apresentou correta justificativa aos Prefeitos, a toda Minas Gerais. Aliás, esse debate já contou com a participação de inúmeros Deputados. Tomo a liberdade de citar a luta, coragem e dedicação do Deputado Ermano Batista, representante dos municípios mais pobres, que sempre empunhou a bandeira da distribuição mais justa, humana e solidária do ICMS.

Reporto-me à manchete reproduzida ontem pelo "Estado de Minas": "Cidades-pólo perdem dinheiro". Essa matéria demonstra a necessidade de se fazer a distribuição do ICMS, mas a manchete não corresponde à realidade porque, infelizmente, os dados não foram externados com a devida precisão e conhecimento. Cito, com todo respeito, o Prefeito de Uberaba, Marcos Montes, que está lamentando aqui que Uberaba, no mês de dezembro, foi contemplada com R\$4.100.000,00 e, no mês de janeiro, continua com o mesmo valor. Porém, o nobre Prefeito, acostumado à fartura, a administrar quantias expressivas, talvez não esteja informado de que novembro é um mês de grande produção e comércio em Minas e em todo o Brasil. Logicamente, o VAF de dezembro é maior, pois é quando se gera a maior receita, o maior volume de recursos. Em dezembro, foram rateados R\$229.000.000,00, baseado no mês de novembro. Em janeiro, ratearam-se somente R\$212.000.000,00. Ou seja, se ele continuou com o mesmo valor, sendo que o bolo financeiro diminuiu, ele de nada pode reclamar; pelo contrário, deve comemorar.

Ressalto que não somente Uberaba, mas também Contagem, Betim, Ipatinga se encontram na lista das cidades-pólo que estão lamentando nesse final de ano. O acréscimo para eles será bastante acentuado, ao contrário de outros municípios, como, por exemplo, Novo Cruzeiro, que hoje deve estar com a menor renda "per capita" do Estado. É lamentável esse quadro perverso de distribuição do ICMS com que deparamos hoje, neste Estado. Senão, vejamos: Belo Oriente também está na lista das lamentações. Para conhecimento dos nobres Deputados, esse município tem 20 mil habitantes e está recebendo quase R\$1.500.000,00 por mês, mas Ribeirão das Neves, aqui na Grande BH, com 250 mil habitantes, recebe aproximadamente R\$600.000,00 por mês.

Não tenho dúvida de que existe uma necessidade imperiosa de se promover nesta Assembléia a implantação de novos critérios para que possamos implantar o ICMS solidário. Não do modo que essas cidades ricas pleiteiam, mas da forma como foi amplamente debatido e discutido aqui, da forma como atende mais de 15 milhões de mineiros e mais de 650 cidades, da forma como recebeu o apoio e a solidariedade de mais de 50 Deputados desta Casa.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Ilustre e preclaro colega Deputado Dinis Pinheiro, transitando pelos corredores da Casa, pude ouvir a voz de V. Exa. bradando essa notícia, que realmente merece ser ressaltada. A notícia da existência de um projeto de lei de autoria de V. Exa. que já está em condições de ser colocado na pauta pela Presidência da Casa, que corrige uma injustiça muito grave.

Sabemos como era a distribuição do ICMS, baseada na lei seca contida nos ditames da Carta de 1989, que distribuía o ICMS apenas considerando o aspecto econômico, o que gerou um distorção tremenda - o grande crescia, crescia, o pequeno encolhia, encolhia. Ocasionalmente problemas sociais gravíssimos não só para as cidades pequenas, que eram esvaziadas em razão da falta de condições de as Prefeituras manterem ali seu município, mas também criando problemas sociais nos grandes centros. A arrecadação aumenta nos grandes centros, mas a busca e o processo migratório constante geram problemas sociais, ruralizando a periferia das grandes cidades e trazendo problemas sociais dos mais graves. Daí o alto índice de criminalidade, porque nosso homem do campo, honrado como sempre, não agüenta viver na promiscuidade, o que acaba ocorrendo na periferia das cidades grandes.

Há pouco tempo lemos relatório de uma instituição da ONU elogiando o aumento do IDH em Minas Gerais, em que se dizia que uma das razões básicas dessa elevação era a Lei Robin Hood, do então Governador Eduardo Azeredo, que foi destemido naquela ocasião, porque mexer naquele vespeiro era um ato de bravura.

Então, esse órgão, se não me engano a FAO, expôs que o aumento do IDH foi graças à Lei Robin Hood, que distribuiu recursos desconcentrando a aplicação dos recursos públicos, oferecendo condições aos municípios dos diversos rincões do Estado e segurando em sua base o ser humano que ali vive e ali deixa de vegetar.

Tive a honra de ser o relator do projeto de V. Exa. Em conversas com diversos Prefeitos, com Lideranças da Casa e com V. Exa., chegamos à conclusão de que o projeto poderia ser aperfeiçoado, porque a idéia era muito boa. V. Exa. concordou que alguns municípios estariam sendo prejudicados em demasia. O importante, como diz o ditado popular, era "tirar o papo sem machucar o pescoço". O projeto hoje corrige essas distorções e garante às cidades grandes os recursos que tinham com uma queda muito pequena e ainda distribui de maneira racional atendendo a toda a população do Estado de Minas, eliminando aquele fator físico e colocando como fronteira o elemento social.

Parabenizo V. Exa. pela brilhante idéia que teve e pela sua obstinação na defesa de um projeto, na concretização de um ideal que é importante, de grande interesse não apenas para os que serão beneficiados, porque o maior beneficiado é Minas Gerais, que eliminará, pouco a pouco, esse processo migratório mórbido, que tanto mal causa a nossa população. Parabéns mais uma vez a V. Exa.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Obrigado, Deputado Ermano Batista, grande companheiro nas nossas lutas na defesa dos mais pobres.

Lamentavelmente, o Senado Federal retirou esse item da Constituição, que poderia abrir a primeira porta para exclusão do item de 75%, de acordo com o VAF, o que seria altamente benéfico para os mais pobres. Inexplicavelmente, o Senado achou por bem não levar adiante essa proposta. Mas não vamos nos desanimar, pelo contrário, essas dificuldades devem servir de estímulo, de coragem e de ousadia para todos nós.

No Palácio da Liberdade, hoje, tivemos oportunidade de participar de um grande evento, quando o Governador Aécio Neves distribuiu ambulâncias para diversos municípios, em sua grande parte pobres, carentes e desassistidos.

Apresentamos esse projeto também com esse propósito de promover ações que ajudem efetivamente esses municípios.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Agradeço ao nobre Deputado Dinis Pinheiro.

Quero, mais uma vez, referendar esse projeto de autoria de V. Exa. e dizer-lhe que continue. As grandes vitórias só se conseguem com muita persistência. V. Exa. tem plenas justificativas porque está buscando atender e melhorar a condição daqueles municípios que vivem entre as maiores das grandes necessidades e até a beira de um estado de colapso econômico. Parabéns V. Exa. e o incentivo a continuar a sua luta, que não é inválida e não está perdida, mesmo com acontecimentos que às vezes nos desanimam, como esse do Senado federal com relação ao VAF.

Parabéns V. Exa. pelo seu ideal, pela sua busca persistente em corrigir essa situação injusta de os municípios ricos estarem em condição mais confortável, enquanto outros estão cada vez mais em dificuldade.

A distribuição defendida por todos e pelo partido do Governo Federal deve ser justa, equânime, equilibrada.

No final do ano passado, fui relator do projeto do IPVA. O Governador não teve a intenção de trocar benefícios, conforme citado aqui. Não sou advogado de defesa do Governo, mas relator do IPVA. A Localiza emplacava seus carros em outros Estados porque o imposto era 50% mais barato. Ao fazer essa correção, o Estado ganhou da Localiza e de outras locadoras que passaram a emplacar aqui. Mesmo com esse favorecimento, elas poderiam continuar a registrar os carros e a pagar IPVA em Estados, onde o benefício já existia. Com a redução do IPVA em 50%, por meio do entendimento do Governo com a Assembleia, Minas recuperou R\$40.000.000,00 por ano. Não se tratou de uma ação para compensar financiamento de campanha, conforme se falou aqui.

Torçamos para que a reforma política mude essa situação; assim teremos financiamentos de campanhas públicas com igualdade para todos e sem a necessidade de ajudas externas. Parabéns V. Exa. e reafirmo que não aceito as acusações feitas anteriormente, pois se trata de uma atividade normal e aceita para todos os candidatos, quando prestadas as contas ao Tribunal Regional Eleitoral. Espero que V. Exa. prossiga na luta pelo ICMS Solidário, pois é justo e pode equilibrar as dificuldades vividas pelos municípios mais pobres.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Agradeço suas palavras e repudio o pronunciamento do Deputado Weliton Prado. Acompanhamos a bravura, a coragem, a determinação e o desprendimento do Governador Aécio Neves, que não se acovardou, enfrentando a guerra fiscal com sabedoria e defendendo os empregos, as riquezas e as empresas de Minas Gerais, colocando-se como protetor do Estado.

Deputados, Deputadas, Presidente Deputado Mauri Torres, Deputado Rêmolô Aloise, que exerce agora a Presidência, precisamos unir forças para colocar o projeto do ICMS Solidário na pauta. Ele é benéfico e tem objetivos sociais, ajudando os mais carentes. Esse é o papel preponderante da Assembleia, que não pode, em momento algum, fugir desse propósito. O atual sistema é perverso e desumano. Cabe à Assembleia ajustar a distribuição de ICMS. Tenho certeza de que todos são favoráveis: Deputados Ermano Batista, Doutor Ronaldo, Doutor Viana, Dimas Fabiano, Djalma Diniz, Rogério Correia, Jô Moraes, Rêmolô Aloise, Célio Moreira, Miguel Martini e Leonardo Moreira. Todos têm no coração um sentimento patriótico, de solidariedade e de fraternidade para ajudar os mais pobres.

Espero que neste ano possamos sensibilizar o nosso Presidente, a nossa Casa, no sentido de que sejam criadas condições para entregar essa grande preciosidade a todos os mineiros: um projeto de distribuição de ICMS mais fraterno e humano.

Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, quero de forma rápida fazer algumas considerações sobre assunto que muito nos entristeceu nos últimos dias. Como é sabido por todos, sou filiado ao PL. O PL fez aliança bonita, respeitosa, correta e vitoriosa com a eleição de Lula e José Alencar. Em nossa querida terra natal, Ibirité, tivemos a oportunidade de realizar grandes campanhas, que redundaram na expressiva vitória do nosso Presidente Lula e do nosso líder maior, José Alencar. Ficamos estupefatos com o quadro que vivenciamos e que tem abalado o sistema econômico, político e financeiro do nosso País e gerado muitas insatisfações, principalmente em nosso meio, em Ibirité, onde abraçamos com muito carinho e confiança o Governo Lula. Porém, tenho certeza de que essas dificuldades serão passageiras e que todos terão a oportunidade de fornecer todos os esclarecimentos que a sociedade mineira e o povo brasileiro desejam.

Nos últimos dias observamos, em todos os meios de comunicação, denúncia grave e forte que, em primeiro momento, abalou o mercado financeiro. Refiro-me ao envolvimento de um tal Valdomiro, cujo sobrenome prefiro não citar. Há 12 anos, esse elemento acompanha o nosso grande líder José Dirceu, sendo considerado pessoa de sua inteira confiança, como foi noticiado por toda a imprensa. Valdomiro há muitos anos participa de todas as ações e articulações políticas do Ministro José Dirceu, ocupando posição de destaque e de grande relevância, por indicação do PT, mais precisamente avalizado por esse nosso Ministro. Fiquei assustado com o teor dessas denúncias.

Sempre acreditei no Governo do PT e continuo acreditando, tanto que fiz campanha para o Presidente Lula em minha terra natal. Temos o orgulho de ter José Alencar como Vice-Presidente, grande partícipe da reconstrução do Brasil.

Não tenho dúvida de que o Ministro José Dirceu, pessoalmente, precisará abrir a boca, agir, dar respostas e enfrentar o problema, dando explicações ao Congresso, a esta Assembleia, aos mineiros, ao Brasil. Afinal de contas, Valdomiro, mesmo não sendo filiado ao PT, é a pessoa que tem ligação mais estreita com ele que com qualquer outro petista. Daí a nossa preocupação. Tenho certeza absoluta de que o Ministro José Dirceu terá condição de proferir explicações convincentes e satisfatórias.

Mas os esclarecimentos têm de ser externados, e a citação desse crime deve ser rápida. Aliás, ainda não sei o posicionamento do PFL, mas, se vierem falar em instalação de CPI com a minha pessoa, direi que não quero uma, mas duas. Deverão ser assinadas duas CPIs.

Lembro-me, ainda menino, do meu saudoso pai, Tonico Pinheiro, deixando a Prefeitura e o outro Prefeito dizendo: "O senhor poderia fazer uma ressalva". Meu pai respondeu: "Faço duas, três, quatro, cinco ressalvas". Esse é o grande legado que ele deixou para nós. Os únicos dois Prefeitos que tiveram todas as contas aprovadas pela Câmara e pelo Tribunal no Município de Ibirité foram meu saudoso pai, Tonico Pinheiro, e meu irmão, Toninho Pinheiro, que exerce o segundo mandato.

O Ministério Público, a Assembleia, o Congresso, os Estados Unidos e a ONU podem apurar, podem fazer quantas CPIs forem necessárias. O maior patrimônio do homem público é o nome. Esta é uma oportunidade ímpar para que o Ministro José Dirceu possa se explicar para que não recaia nenhuma dúvida sobre o PT, sobre o PL, pois conhecemos muito bem a bandeira do PT. Como aliado do Presidente Lula, respaldo o seu nome, a sua bandeira, a sua história, sempre pautada pela transparência, pela moralidade, pela estrita observância dos mais rigorosos padrões de probidade.

Alguns setores da mídia tentaram diminuir a imagem do nosso honrado Vice-Presidente José de Alencar. Quiseram caluniá-lo a todo custo. Relembro aqui a rapidez, a altivez e a coragem desse grande homem, um exemplo para todos nós na área empresarial e, sobretudo, na vida pública. José Alencar, notável homem público, tomou a iniciativa de instaurar uma CPI, para que tivesse todas as formas adequadas e necessárias para a apuração do caso. A imprensa estava noticiando de forma indevida, injusta, incorreta e desleal. Nada se apurou. Verificou-

se que se tratava de um grande mineiro, um grande brasileiro, um homem público inatacável, de conduta ílibada, sério, que enche de orgulho o PL, enaltece os mineiros e eleva o Brasil. Aliás, ele foi o grande avalista da possibilidade de reconstrução do nosso País. Temos de louvar as atitudes decentes e honradas como as que o nosso Vice-Presidente José Alencar...

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado Dinis Pinheiro, estou acompanhando seu lúcido raciocínio e a oportunidade dos assuntos que V. Exa. traz à tribuna. Mais uma vez, quero reiterar de público que estamos de mãos dadas com V. Exa. na defesa dos municípios menores. Isso é uma questão de justiça social. V. Exa. conhece minha posição. Em segundo lugar, sobre as palavras do Deputado Weliton Prado, sem dúvida nenhuma só as podemos admitir dentro do contexto de alguém que está mal informado ou quer informar mal.

Ele deve saber - se não souber, está mal informado - que Minas Gerais perdia receita do IPVA com o percentual que cobrava das locadoras. Minas passou a não perder, pelo contrário, a ganhar, pois todas passaram a emplacar no Estado. Isso significa um acréscimo em vez de evasão de receita. Se sabe disso e falou diferente, quis informar mal.

Está claro que o Governador Aécio Neves tem interesse pela coisa pública e preocupa-se com a transparência, a ética e a moralidade. Talvez ele esteja tentando levantar questões que não tenham fundamento, como uma estratégia para se desviar da grave discussão que esta Casa e o Brasil precisam fazer.

Ouvindo o Líder do PT falar que o partido irá trabalhar pela CPI das eleições e do financiamento de campanhas, referindo-se ao escândalo ocorrido com Valdomiro Diniz, lembrei-me do caso de um alcoólatra do interior, que já cedo chegou ao botequim e pediu um copo de cachaça. Alguém do lado, preocupado com sua saúde, disse-lhe: "Não beba, isso faz mal à saúde.". Ele respondeu: "Não faz nada.". Tentando demonstrar o mal que a cachaça fazia, o indivíduo pediu um ovo cozido e colocou-o no copo de cachaça. O ovo ficou pretinho. Ele disse: "Está vendo como ficou o ovo?". O alcoólatra respondeu: "Rapaz, nunca mais comerei ovo.".

Percebo que estão tentando fazer mais ou menos isso com o caso do Valdomiro Diniz. Estão desviando o assunto - "Vamos tratar do problema do financiamento da campanha eleitoral!" -, como se isso pudesse resolver o problema. Alegam que já passaram o caso para a Polícia Federal, que já demitiram e que agora isso não tem mais nada a ver. Dizem que tudo aconteceu no Governo anterior, há dois anos.

Apenas se fôssemos muito ingênuos admitiríamos que, desde a gravação do Valdomiro Diniz, ele se converteu e que, a partir de agora, nunca mais comerá ovo. Seria algo parecido. Na verdade, a questão é mais grave. Estamos falando da Presidência da República e, por que não dizer, de um Primeiro-Ministro, alguém que, segundo palavras do próprio Presidente da República, é o capitão do time do Governo Federal. Não estamos falando de um assessor, de alguém do quinto, sexto, sétimo ou oitavo escalão, o que já seria grave. Estamos falando do capitão do time do Governo Federal. Ele tem ligações, há 12 anos pelo menos, quando já tinha sido indicado para o Governo do PT com o PSB no Rio de Janeiro. Depois continuou no Governo da Benedita da Silva. Foi indicado para o Governo de Cristóvão Buarque, em Brasília, pelo mesmo José Dirceu. Hoje ocupa um cargo a respeito do qual li uma matéria no jornal: um Deputado do PT, o Biscaia do Rio de Janeiro, dizia que não aceitava o fato de, para falar com o José Dirceu, ter que pedir permissão ao Valdomiro.

Falamos de alguém que tinha um excessivo poder, delegado ou não. Não pensem que apenas a demissão resolveu o problema. Neste momento, certamente, paira sobre minha cabeça e a de todos os brasileiros a seguinte questão: o caso do bicheiro veio a público, haveria outros? Há algum outro em curso que poderia ensejar um novo golpe de corrupção envolvendo recursos públicos?

"Se estão tentando abafar, há algo a esconder". São palavras do José Genoíno, Presidente do PT. Ele falou isso em 1999.

Será que o PT vai querer que o povo brasileiro esqueça o que disse? Não acredito. Isso é grave, e a única forma de passar tudo a limpo é realmente fazer o que o PT sempre defendeu. Não venham dizer agora que isso pode gerar uma instabilidade econômica e um problema na Bolsa, relativamente ao dólar e à balança comercial. Sendo assim, teremos de fechar os olhos para tudo, a fim de não colocar em risco a estabilidade econômica. No passado, isso podia acontecer, ou jogava-se no quanto pior melhor? É claro que a situação não pode continuar assim. É claro que creio e sei que muitos Deputados do PT estão defendendo a CPI. Mas os jornais estão noticiando uma fala do José Genoíno: "Se estão querendo abafar é porque existe algo a esconder". As outras notícias são as seguintes. "Planalto acelera nomeações para evitar apuração". "Governo age e obtém vitória contra a CPI". "PT ameaça para que não tenha CPI". E vai por aí fora. Tantos jornais estão noticiando sobre a questão. "Governo decide enquadrar os petistas para sufocar a CPI". E o José Genoíno diz: "Se estão querendo abafar é porque existe algo a esconder". E essas palavras foram proferidas em 1999.

José Dirceu disse que, para o Governo, o caso da corrupção está encerrado. Isso é simples. Ninguém come mais ovo, e o problema está resolvido. O problema é o ovo.

Quanto ao caso do alcoólatra, parece-me que desejam fazer o mesmo com ele. Acredito que haja somente uma saída agora. O povo brasileiro não pode decepcionar-se com o Lula. O meu partido, Deputado Dinis Pinheiro, o PSB, tem o compromisso de dar governabilidade ao Lula, mas não pode fazer de conta que esses fatos não aconteceram e que não são graves. Tratam-se de ligações de longo tempo! Há denúncias de que o acusado já favoreceu outros contratos, ocupando essa posição de poder no Governo, beneficiando esse ou aquele e essa ou aquela empresa. Acredito que não podemos tratar da questão com a simplicidade que desejam, falando agora de financiamento de campanha. É claro que esse problema é grave, mas tem de ser tratado no bojo de todas as questões que envolvem o Sr. Valdomiro Diniz. Não podemos desviar o assunto dizendo que está resolvido, que ele já foi demitido e que o problema foi passado para a Polícia Federal. Antes isso não acontecia, pois era importante que o Congresso Nacional instalasse uma CPI e que fosse investigada a fundo a questão. Agora, basta demitir, passar o problema para a Polícia Federal e ele está resolvido! Essa é uma parte das medidas que se esperava fossem, no mínimo, tomadas. Não negaremos que se trata de medidas acertadas, mas não satisfazem o povo brasileiro. Estamos percebendo uma mudança de comportamento. Lerei um ou dois parágrafos desse editorial da "Folha de S. Paulo".

A favor da CPI. As revelações envolvendo o Subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Valdomiro Diniz, mereceram rápida resposta do Governo, que exonerou o funcionário e determinou a instauração de um inquérito. São reações previsíveis, diante de fatos de difícil contestação. A questão é saber se essas medidas são suficientes ou se, como pretendem alguns, seria cabível a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito.

Valdomiro, como se sabe, era uma espécie de braço direito do Ministro da Casa Civil, José Dirceu, nas negociações com partidos e parlamentares. Ocupava um gabinete no próprio Palácio do Planalto. Foram levantadas suspeitas de que sua atuação não se limitou à negociação com o empresário e bicheiro Carlos Augusto Ramos em 2002. Já com o Governo Luiz Inácio Lula da Silva eleito, há suspeitas de que Valdomiro, integrante da equipe de transição, teria influenciado a renovação de um contrato entre uma multinacional de processamento de dados e a Caixa Econômica Federal.

Diante dessa situação, é lícito indagar qual o alcance das ações do funcionário, os métodos por ele utilizados e suas relações com os demais membros da administração Lula. Trata-se de uma investigação perfeitamente adequada a uma CPI, e, se o PT estivesse na Oposição, seria o primeiro a clamar por ela."

E ele continua nessa lógica de raciocínio para fazer essa defesa.

Não quero tomar mais tempo de V. Exa. com este aparte. Apenas gostaríamos de dizer que acreditamos no Presidente Lula, acreditamos que o Brasil mudará para melhor, mas é preciso que toda a sociedade brasileira tenha a segurança de que as ações deste Governo sejam sempre pautadas por um discurso que sempre foi feito, de ética, transparência, de moralidade e de interesse com a coisa pública, e que não se mude agora. Do contrário, creio que a população brasileira, perplexa, se perguntará: "Acreditar em quê? Em quem? Qual o discurso atual, se é que será modificado?". Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Dinis Pinheiro, primeiramente saúdo V. Exa. por abordar esse assunto, assim como o anterior, que é muito importante na defesa dos pequenos municípios. V. Exa. pode contar com a nossa solidariedade nessa discussão. É evidente que preciso dar uma resposta ao Líder do PSB, Deputado Miguel Martini, para que possamos fazer um debate mais aprofundado, não apenas da retórica oposicionista. Aliás, o partido do Deputado, o PSB, nacionalmente, também tem posição contrária a essa CPI, por entender que isso interessa ao PSDB, e não ao Governo Lula, do qual o PSB faz parte. Como o PSB daqui parece muito mais uma filial do PSDB do que do PSB nacional, responderei ao Deputado Miguel Martini como se ele fosse um Deputado do PSDB, que aliás, é a sua grande trajetória política.

Parece que o PSB não tem representantes aqui, pelo menos da sua política nacional. Há aqui uma diferença partidária, faltando um D no PSB do Deputado Miguel Martini. É preciso entender o discurso com uma certa retórica. Como contou um caso de um dito popular, é preciso lembrar que o peixe morre pela boca. Temos que ter cuidado no raciocínio, Deputado Miguel Martini, e gostaria que o Deputado Dinis Pinheiro acompanhasse também meu raciocínio.

É claro que esse é assunto sério, que há necessidade de punição, de averiguação, que não basta apenas a demissão, que tem que ser aprofundado. Há um acordo global nosso quanto à forma de se proceder. O que está em discussão é se a CPI é o instrumento mais correto. Gostaria que tivéssemos esse consenso. Não temos nenhuma intenção de abafar o caso, mas de que o caso seja posto a nu e que tudo seja esclarecido. Sobre qual o melhor instrumento para se fazer isso, há uma discordância e uma divergência. Uma comissão parlamentar de inquérito, para ser séria, precisa ter um fato determinante. O que surgiu até agora foi um fato ocorrido antes do Governo Lula, não colocando em xeque o próprio Governo, a ponto de necessitar de uma comissão parlamentar de inquérito. Penso dessa forma. Há, portanto, uma diferença. O Deputado vai à frente num editorial da "Folha de S. Paulo", que, há muito, desde o início do Governo Lula, faz oposição ferrenha, na linha que o PSDB faz ao nosso Governo. O editorial da "Folha de S. Paulo" é justamente o discurso que o PSDB vem fazendo. Respeito, embora discorde, e acho que fazê-lo é papel da Oposição. Queria discordar do ponto de vista do conteúdo. Diz que há indícios, embora os indícios não sejam postos na concretude de uma CPI, de que esse Sr. Valdomiro poderia, por ser amigo do José Dirceu, ter influenciado para que um determinado contrato ou contratos beneficiassem, portanto, o Governo que estivesse responsabilizado. Do ponto de vista concreto, não existe nada disso. Aí digo que o Deputado Miguel Martini veio aqui corretamente reclamar da intervenção do Deputado Weliton Prado que diz: "O Governo Aécio Neves beneficiou a Localiza". O Deputado diz: "Mas aumentou os impostos no Estado". Mas a Localiza se beneficiou. A Localiza deu dinheiro para a campanha do Aécio. É correto dizer que isso merece uma comissão parlamentar de inquérito porque o Governador Aécio Neves, tendo recebido dinheiro da Localiza, a favoreceu? Esta é uma pergunta, porque pau que dá em Chico dá em Francisco. V. Exa. assinaria uma CPI com esse conteúdo se fosse proposta pela Oposição? Há um indício?

Outro indício. A Federação Nacional das Seguradoras recentemente teve o favorecimento de um veto do Governador para não pagar um percentual aprovado por esta Casa no final do ano, em emenda da Comissão de Segurança Pública. O Governador do Estado vetou. Tem suas razões de veto, mas beneficiou a FENASEG no caso do DPVAT, o que tem sofrido um ataque constante do jornal "Estado de Minas". À véspera, antes de vetar, o Governador recebeu o Sr. Pimenta da Veiga, do PSDB, que é advogado da FENASEG. É um fato para uma comissão parlamentar de inquérito? V. Exa. assinaria isso? Diria que precisamos ter cuidado. O peixe morre pela boca. Se de fato for verificado que há ligação do Ministro José Dirceu com qualquer beneficiamento que vá contra o povo brasileiro, realmente é necessária a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito. Mas isso não está posto. O fato do Valdomiro ser amigo do José Dirceu não significa que o José Dirceu esteja implicado em algo que fez o Sr. Valdomiro. Ou vocês têm, com todos seus relacionamentos, a segurança precisa de algo que aconteça no interior do seu gabinete?

Por experiência, digo que não o tinha em meu gabinete, na época da CPI do Narcotráfico. Portanto, não se pode fazer essa ligação. A discussão precisa ser feita. Não digo que temos razão, que, de forma alguma, deveria ser instalada CPI. Caso contrário, diríamos que há indício, mesmo que não se comprove. A honra das pessoas ficará na lata de lixo simplesmente porque se quer travar disputa política. Espero que essa não seja nossa ação.

O Deputado Ermano Batista (em aparte)* - Agradeço-lhe. Estou encantado com o nível do debate. O assunto é assaz relevante e muitíssimo preocupante para a Nação brasileira. Poderia ser motivo de acirramento de ânimos, de agressões de ambas as partes. V. Exa. citou a questão do cheque para preservar a figura do Presidente da República. O Deputado Miguel Martini agiu da mesma forma, porque, afinal de contas, é o mandatário maior. Como brasileiros, temos o dever de defender essa figura como uma instituição, sob pena de o País, talvez, ficar à deriva.

Preocupa-me o fato de continuarmos acreditando na sinceridade, na lisura e na honestidade do Comando Nacional. Tenho a figura do Sr. Valdomiro como algo insignificante. Ora, tem enorme significado. Não se trata de algo isolado. O indivíduo apresenta vida pregressa que merece ser examinada. Ele é um elemento oriundo da CUT que foi para Brasília assessorar a Bancada do PT na condução da CPI que terminou com o "impeachment" do Fernando Collor de Mello. Foi assessor do Governo petista no Distrito Federal e da coligação petista e socialista no Rio de Janeiro. O fato denunciado na fita veio à tona e desnudou a sujeira. Ele se mostra como garimpeiro de dinheiro de campanha petista. Não quero conspurcar a imagem nem o caráter de Deputados da bancada estadual. Conheço todos, respeito-os e os admiro pela sinceridade, lealdade, honestidade, perseverança e coerência. A elite petista deve dar satisfação. O depoimento de um simples motorista gerou a queda de um Presidente.

Deputado Miguel Martini, as instituições não ficaram abaladas. O dólar não subiu, e nada aconteceu, já que vivemos num País cuja democracia sólida depõe e mantém o Presidente sem a preocupação de regime de exceção, que, no passado, era fácil acontecer. Para que o Presidente da República permaneça com o crédito do povo brasileiro, deve instaurar CPI e apurar os fatos.

Vamos ver o que o indivíduo andou fazendo ao falar que quer R\$150.000,00 para patrocinar a campanha da Benedita e do Magela. E preciso investigar ao longo de sua vida, de suas ações, no Plenário do Congresso, onde tinha cadeira cativa, para discutir questões de toda ordem com os parlamentares, como lobista do Governo. E as outras que podem ter acontecido? Porque quem peca uma vez pode pecar outras vezes. Não estamos querendo condenar esse homem pelo pecado que cometeu naquele momento. Queremos saber quantos e quais são os pecadores porque, no alto escalão da República, pode haver pecador, assim como havia no Governo Fernando Collor de Mello. Não era apenas o motorista Herivelton. O próprio Presidente e a própria Ministra Zélia Cardoso de Melo estavam envolvidos nas falcaturas. Havia, enfim, muitas pessoas, mas, graças a uma CPI séria, foi deslindado o mistério, a cortina caiu, e a sujeira se mostrou.

Agora, o Sr. Lula, para continuar merecendo não só a minha confiança, mas a de todo o povo brasileiro, não deve tentar forçar, blindar o Sr. José Dirceu, que é o comandante maior do PT, o homem que dá as ordens. Quem sabe esse WD ou esse JV não são um novo PC? Pára, agora, uma dúvida no ar. Nós e a Nação brasileira só nos tranquilizaremos com a apuração dos fatos. Esperamos que o Presidente da República tenha a hombridade de determinar que os fatos sejam apurados. Muito obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Estou muito preocupado, confesso aos Srs. Deputados, com essas denúncias que afloraram nos últimos dias a

respeito do poderoso auxiliar do poderoso Ministro José Dirceu. Confesso, Srs. Deputados, que o que pode realmente abalar o Brasil não é a apuração de um caso, mas sim a falta de credibilidade de seus dirigentes, a falta de honradez, a corrupção. Isso, sim, pode fragilizar um governo, um país, uma nação. É por isso que fiz questão de mostrar a minha preocupação como aliado e como participante dessa aliança PT-PL. É por isso também que utilizei o caso do honrado homem público José Alencar para ilustrar essa situação.

Se eu estivesse no lugar do José Dirceu, diria para se apurar tudo, para me afastarem.

Relembro aqui também, não me recordo do nome do Ministro, de um episódio ocorrido no Governo Itamar Franco, em que algumas denúncias recaíram sobre um Ministro dele. Naquele instante, o Presidente afastou a pessoa envolvida, mas que, depois, inocentada, retornou à condição de Ministro. Portanto, nada melhor do que a apuração dos fatos.

Entendo que o Ministro José Dirceu tem a oportunidade, a condição de se explicar e de zelar por esse grande patrimônio brasileiro que é o nome do nosso Presidente Lula. Nada melhor do que isso. Portanto, espero que o Ministro José Dirceu tenha a hombridade de colocar as questões no devidos lugares, a fim de que não recaia nenhuma dúvida sobre a conduta, a correção e a moralidade do nosso Presidente Lula.

* - Sem revisão do orador.

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 18/2/2004

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, povo de Minas Gerais, neste primeiro contato em 2004, ano complicado para a classe política, por ser um ano político e termos de obedecer a regras e prazos, inicio a minha fala tocando em alguns assuntos verdadeiramente importantes para o nosso Estado e mormente para a região norte-mineira.

Em primeiro lugar, comentarei o afastamento, do Ministério dos Transportes, do ex-Deputado Estadual, atualmente Deputado Federal, companheiro mineiro, Anderson Aduato. Amanhã, na cidade de Uberaba, em companhia do Presidente Lula e do Vice-Presidente José Alencar, estará, oficialmente, afastando-se do Ministério e reassumindo a sua cadeira na Câmara dos Deputados.

A princípio pode parecer que o afastamento do Deputado Anderson Aduato faz parte apenas de uma reestruturação dos Ministérios do Presidente Lula, mas, para Minas Gerais, para nós, mineiros, esse afastamento possui um gosto amargo, pois significa, antes de tudo, a não-continuidade de um trabalho que o Deputado Anderson Aduato estava realizando e tinha planejado durante o ano. Tínhamos a esperança de que os resultados pudessem começar a aparecer a partir deste ano.

O Deputado Anderson Aduato esteve em Montes Claros, há mais ou menos três semanas, e anunciou uma obra muito esperada e importante para todos nós. Trata-se da recuperação das três BRs que ligam todo o Sudeste ao Nordeste brasileiro, a BR-135, a BR-251 e a BR-365. O Deputado Anderson Aduato, com sua firmeza, marcou o dia para o início dessas obras. Com o seu afastamento do Ministério, e com a ascensão, ao cargo, do Prefeito de Manaus, não sabemos o que esperar do Ministério dos Transportes, principalmente com relação ao nosso Estado.

Estamos vendo a grande imprensa mostrar o caos que se instalou em Minas Gerais. De norte a sul, de leste a oeste, aqui na área metropolitana e no miolo do Estado, a situação é desesperadora. Hoje, a situação da BR-135 significa, acima de tudo, falta de prestígio de nosso Estado, falta de condições absolutas para se transitar por ela. Os acidentes se somam. Nos últimos anos, utilizamos esta tribuna mostrando o caos dessa estrada e apontando os vários acidentes que têm acontecido no trecho. O último deles ocorreu nesta semana, com um ônibus da Transnorte, que se chocou de frente com uma carreta próximo à cidade de Bocaiúva, matando 3 pessoas e ferindo mais de 35. Eram professores e alunos da UNIMONTES. Enfim, são dezenas e dezenas de acidentes fatais. Ano após ano, temos esperado que um trabalho sério se inicie nessa BR e tínhamos a esperança agora, com a palavra do Ministro Anderson Aduato, de que isso ocorresse. Tomara que as minhas impressões sejam apenas de pessimismo, tomara que o Ministério tenha um norte, uma seqüência de trabalho, caso contrário, a maior malha viária do País, que se encontra em Minas, continuará a ser este acinte ao povo mineiro e esta vergonha para as autoridades do Estado, ceifando vidas e vidas.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Cumprimento o Deputado Carlos Pimenta, companheiro do nosso querido PDT. Digo a V. Exa., expressiva liderança do Norte de Minas, que também compactuamos com todas as palavras que proferiu dessa tribuna. Apesar de o ser em proporção bem menor, também sou votado em todas as cidades da região Norte, assim como vários parlamentares - Deputados Rogério Correia, Carlos Pimenta e Gil Pereira e a Secretária Elbe Brandão. É um absurdo o que está havendo com a BR-135. Diria até, Deputado Carlos Pimenta, que podemos chamá-la de "rodovia da morte", já que, percorrendo o trecho da cidade próxima de Curvelo, no entroncamento, na saída da BR-040 até a cidade de Montes Claros, só encontramos buracos. Faço uma sugestão a V. Exa.: "quem sabe não possamos criar uma frente parlamentar em defesa da BR-135 e marcar uma audiência com o novo Ministro dos Transportes, precedida de uma audiência pública no local, por intermédio da Comissão de Transportes desta Casa, percorrendo, juntamente com a TV Assembléia, todo o trecho da BR?". Assim, poderemos identificar os problemas e levar a fita pessoalmente ao novo Ministro, para que realmente tenha dó do povo daquela região e abrace essa causa, dando-nos a resposta que queremos, que é fazer ali uma grande obra. Mas que seja uma obra permanente, para que V. Exa. e os demais Deputados não precisem se revezar continuamente nessa tribuna, brigando pelo mesmo assunto. Parabéns a V. Exa. pela liderança e pela abordagem de tema de grande relevância para os companheiros e cidadãos do Norte de Minas. Obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Meu companheiro Deputado Carlos Pimenta, primeiramente gostaria de parabenizá-lo por seu pronunciamento. Em seguida, darei uma notícia negativa que entristecerá todos os mineiros e o povo brasileiro. Mais uma vez, o Governo Federal passou uma tesoura no orçamento discutido e aprovado pelo Congresso Nacional no final do ano passado.

Infelizmente, o Ministério dos Transportes, o Ministério das Cidades, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento terão menos dinheiro para investir neste ano do que no ano passado. O povo de Minas precisa prestar bastante atenção ao discurso do Presidente Lula e à prática do seu Governo. Nossas estradas passam por um momento tenebroso. Dou o exemplo do Viaduto das Almas, no início da Zona da Mata, próximo a Congonhas. Precisamos de R\$20.000.000,00 para melhorar a situação do Viaduto das Almas, que tem matado inúmeras pessoas a cada semana. Mas, infelizmente, mais uma vez, o Ministério dos Transportes terá menos dinheiro para investir neste ano do que teve no ano passado.

Era essa a ponderação que gostaria de fazer. Gostaria também de pedir mais uma vez ao Presidente Lula que desça do palanque e comece a trabalhar pelo povo do nosso País. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço o aparte. Quero apenas acrescentar, ainda em relação a esse assunto, que tenho vergonha na cara e que não vou propor audiência pública em Montes Claros. Foram feitas duas no ano passado e, se chegar lá com a proposta de mais uma audiência pública, vou ficar pelo menos uma semana sem entrar na minha cidade. O povo não aceita mais. Denunciei a situação da BR-135 no Ministério Público, pedi aos outros Promotores de Minas Gerais que entrassem contra o Ministério, na época do Fernando Henrique, antecipando

responsabilidades pelo que viesse a acontecer, mas, infelizmente, os Promotores estão muito mais preocupados em perseguir Prefeitos do que em assumir uma posição de tamanha responsabilidade, acatando uma denúncia oficial desta Casa. Entrei com uma ação civil no Tribunal de Justiça, pedindo aos Juizes de Direito que também interviessem, que acionassem o Governo Federal, e não obtive nenhuma resposta, nenhum êxito nas minhas propostas.

Temos duas coisas a fazer: a primeira é rezar, cair de joelhos, agradecer a Deus pela chuva que está caindo no Norte de Minas e pedir que o novo Ministro possa dar prosseguimento ao trabalho do Ministro Anderson Adauto. Segundo, entendo que é importante a mobilização de Prefeitos, Deputados, Deputados Federais votados na região para, em Brasília, propor uma audiência com o novo Ministro para mostrar o estado de calamidade pública que se instalou em Minas Gerais de norte a sul, pedindo providências para a BR-135. Para irmos de Belo Horizonte a Montes Claros, hoje, temos que fazer um desvio por Diamantina e chegar a Bocaiúva, porque pela BR-135 não se passa. São 300km de buracos, de sofrimento e de vergonha para nós, norte-mineiros.

Em meio a tanta notícia ruim, tenho uma boa. Está em minhas mãos a publicação do dia 9 de fevereiro, do DEOP, do Contrato nº 8, de 2004, destinando, para a conclusão da construção do Centro de Integração do Adolescente em Montes Claros, o valor de R\$3.748.139,30. Fizemos uma audiência pública, e a obra foi iniciada. É uma obra importante que vai prestar atendimento a centenas de jovens adolescentes que estão se iniciando no caminho da criminalidade e àqueles que já estão nas mãos dos traficantes, das pessoas que manipulam os jovens do Norte de Minas. Não tínhamos um local para onde pudéssemos encaminhar esse jovem.

Montes Claros virou terra sem lei e cidade de marginais. Dezenas de jovens, fora das escolas e manipulados por traficantes, vendem drogas nas portas das escolas. A escola de reeducação do menor foi batalha da bancada dos Deputados do Norte de Minas, da Câmara Municipal de Montes Claros, que promoveu várias audiências públicas, e de Vereadores como Sebastião Pimenta, que aqui esteve várias vezes. No extrato do contrato publicado, o Governador Aécio Neves, sentindo a necessidade de investir na cidade de Montes Claros e sensibilizado com as centenas de crimes cometidos por menores, autorizou a conclusão das obras no valor de R\$3.700.000,00.

Ao lado dos meus agradecimentos ao Governador Aécio Neves, das minhas congratulações à Câmara Municipal de Montes Claros e do meu reconhecimento à imprensa dessa cidade, que não mediu esforços para cobrar diuturnamente a conclusão dessa importantíssima obra, finalmente anunciamos um grande benefício ao povo norte-mineiro. Eu, Deputado Carlos Pimenta, sinto-me recompensado pelas inúmeras audiências, pelas inúmeras vezes que usamos esta tribuna e pelas incontáveis idas e vindas a Montes Claros com os Vereadores, em busca do benefício. Essa cidade terá um centro de reeducação do menor, uma escola de altíssimo nível para dar oportunidade à nossa juventude de ter acesso verdadeiro à cidadania. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, membros da Mesa, funcionários da Casa, cidadãos e cidadãos das galerias, telespectadores da TV Assembléia, não há que tapar o sol com a peneira. Nós, que temos a delegação de representar o povo mineiro, não podemos nos calar ou estabelecer uma cortina de fumaça diante do que acontece aos olhos dos brasileiros. Não queremos pregar a ingovernabilidade do País, o que nunca foi a prática do PSDB. Entretanto, torna-se inadmissível passar ao povo brasileiro a idéia de que não há nada anormal. Pior seria o povo chegar repentinamente à conclusão de que de fato não há nada anormal, que corrupção é normal, que precisamos aceitar o roubo de dinheiro público e o tráfico de poder; ou dizer como alguns: "Fiquem quietos, caso contrário investigaremos vocês". Esse é o caminho que queremos para o Brasil? Esse é o projeto de transformação do País?

O povo brasileiro sente-se amargurado e desencantado ao ver inúmeras promessas serem transformadas, da noite para o dia, em mero jogo de retórica.

O povo brasileiro assistiu, estupefato, ao Presidente da República dizer que agora não era mais hora de bravatas. Disse isso como se houvesse espaço para bravata na relação de quem se propõe a ser líder com a de seus liderados, como se houvesse espaço, num projeto sério e ético, para fazer promessa falsa, que se sabe não se vai cumprir. O povo assistiu a isso, como disse, estupefato e, com certeza, decepção. No entanto a tolerância, a esperança, que são inerentes à cultura e próprias da nossa gente, têm alimentado nosso povo e feito com que, ainda assim, continue dizendo: "Este é o Presidente que elegemos, o governo que escolhemos, portanto, vamos dar um voto de confiança".

De fato, se pararmos para pensar bem, não dá para mudar, de um dia para a noite, algumas questões estruturais. Isso o povo brasileiro suportou com clareza e deu mostras de que suportaria ou, pelo menos, daria o tempo necessário para que se estabelecesse, de fato, que projeto esse grupo que se apossou do poder tem, já que aquele era mera bravata. Pois bem, o que o povo brasileiro não pode aceitar - nós não podemos nem os Deputados e as Deputadas do PT desta Casa também não podem - é que se queira estabelecer que a corrupção é algo com o qual podemos conviver, que tem de ser abafada ou que é crime dependendo da época, do governo, ou de que lado estamos; ou ainda como se prescrevesse. Como se se dissesse assim: olha, ele até estava a serviço do governo do PT, mas foi num outro governo, lá no Estado do Rio.

O caso Valdomiro despe, torna claro para o povo brasileiro que chega de demagogia, de querer assumir uma posição perante o povo brasileiro de intocáveis, de senhores donos da verdade, de absolutamente puros, de ser aquele partido que não pode, sequer, ser questionado. É hora de tirar a arrogância daqueles que querem colocar-se como senhores da verdade, que atacam de forma feroz, virulenta, antidemocrática as outras propostas em defesa do povo brasileiro.

Nós, do PSDB, num gesto de convivência que a democracia estabelece como fundamental, toleramos as atitudes agressivas de "Fora FHC", "Fora FMI", "governo mais corrupto da história", mas não nos curvamos a isso como se fosse uma verdade. Continuamos a nossa luta e temos feito o nosso trabalho. O exemplo disso é o testemunho que o PSDB está dando em Minas Gerais sob a liderança do Governador Aécio Neves. Um governo de austeridade, que não fez bravata no palanque, que não prometeu absurdo e que, justamente por isso, não está se transformando em decepção para o povo mineiro. Pelo contrário, é um governo que está procurando fazer daquilo que foi o seu programa uma verdadeira bíblia, um verdadeiro manual do dia-a-dia. As ações descentralizadoras na área da saúde, como o PROHOSP, a rede de humanização de transportes para integrar o SUS, respeitando a municipalização, mas integrando, dando mostras, num gesto solidário, de que saúde é direito de todos e não só de quem vive numa cidade melhor aquinhoada com estrutura hospitalar são ações concretas desse Governo que mostram que o PSDB tem feito muito mais que discurso ou bravata, pois tem a capacidade de servir ao povo brasileiro. Ainda assim ouvimos as Lideranças do PT, que respeitamos; negociamos com elas, como fazemos aqui nesta Casa e fizemos durante todo o ano de 2003. Não podemos e não aceitaremos mais - e o povo brasileiro não mais aceitará - essa ficção, esse engodo de que o PT está imune a tudo, que é o altar sagrado da pureza, aqueles que não precisam nem de dizer como vão governar, pois vieram para salvar o Brasil.

Não provam isso na prática, porque não salvam o Brasil da fome, mas a peso de ouro, com muita competência e freqüência, a pele do Presidente Lula, que fala o que lhe vem à cabeça, às vezes sem o cuidado que se deve ter com o cargo de Presidente da República. Este Governo tem o Sr. Duda como guru e entra para a história como um dos que mais gastam com propaganda, em vez de promover uma reunião ministerial para discutir com seriedade o combate da corrupção. A "Folha de S. Paulo" dizia que, no início desta semana, o Sr. Presidente despachou com o Duda Mendonça, encomendando uma pesquisa para avaliar o estrago que o Governo fará e a sua reação na propaganda, na publicidade. Em seguida a tropa de choque, como costumavam chamar no Governo do PSDB, vai ao Senado para blindar a figura impoluta e beatificada de José Dirceu e dizer que ninguém pode assinar uma CPI sob pena de pôr o País no risco da ingovernabilidade. E, pior ainda, dizer: "Se assinarem, investigaremos vocês". Dizem assim como se esse fosse um jogo ético. Isso cheira mal. O PSDB em peso assinará o pedido de CPI. O PT deveria também assiná-lo, seguindo a orientação de José Dirceu, que, no passado, dizia textualmente, como consta nos anais da

história recente deste País, o seguinte: "Se não querem que investiguem, é porque tem muita coisa errada". Essas são palavras do Ministro José Dirceu. José Genoíno dizia: "A CPI faz bem ao Brasil e à democracia". Mas hoje, como Presidente do partido, diz: "Ninguém assina sob pena de ser enquadrado". Aliás, isso passou a fazer parte do dicionário político brasileiro como a atitude truculenta de não se permitir que os que se encontram dentro do Governo do PT discordem e defendam as idéias que historicamente sempre defenderam.

Sr. Presidente, trago não uma palavra de desagravo às Lideranças do PT nesta Casa, as quais respeito, ao PT e muito menos ao Governo do Presidente Lula. Quero dizer que a corrupção não pode ser tratada como uma doença a que alguns são imunes, e de que outros são os vetores, os sujeitos a propalar e a espalhar esse mal dentro da sociedade. Corrupção é um câncer que deve ser combatido por todos. Se o PT não tiver a humildade e a autocrítica de entender que combater a corrupção é um gesto de grandeza, enterrará de vez as esperanças de todo o povo brasileiro, não apenas dos que nele votaram, mas também dos que respeitaram a sua vitória, como eu. Não votei no PT, mas respeitei a sua vitória, desejei e desejei o seu sucesso à frente do Governo da República.

O Deputado Roberto Carvalho (em aparte) - Caro amigo e colega Deputado Domingos Sávio, fiquei preocupado com sua fala. Hoje os jornais noticiaram uma entrevista muito sensata e madura do Governador Aécio Neves, que disse: "Não podemos partidizar esse caso". Toda e qualquer denúncia exige apuração e punição dos responsáveis a partir do momento em que se comprove que houve dolo ao poder público, seja ele o que for. Isso é notório.

Vivemos a democracia pela qual tanto lutamos. Respeito o juízo de valor do Governo Lula, embora não concorde com ele. O Governo está rigorosamente cumprindo o que propôs para o povo brasileiro. Poderíamos citar inúmeros fatos, mas não é o caso.

Quanto a esse episódio, imediatamente o Governo Lula tomou as providências, não só demitindo o funcionário de cargo de confiança, como determinando a apuração. O caso não foi praticado, conforme a denúncia, durante o Governo Lula, mas em 2002. Mas não importa o tempo, o caso deve ser apurado e os responsáveis punidos.

Estranhei que, sendo V. Exa. um Deputado tão sensato e equilibrado, sua fala não condiga com sua seriedade e serenidade, caminhando no sentido da partidização, atacando o PT por causa de um episódio ocorrido em 2002. Todo partido é feito de homens e mulheres, não de anjos, e santo é aquele que também peca. Em momento algum colocamos o PT como salvador da pátria, de forma teocrática equivocada, pois sou contra a teocracia, o fundamentalismo que reina no Irã, por exemplo. Nosso País é plural, respeita todos os credos e raças. Esse episódio deve ser tratado de acordo com seu tamanho. Punição deve ser apurada. Não podemos prejudicar nem colocar o Governo Lula como responsável por algo que não ocorreu, e o Governo fez o que deveria. V. Exa. é um dos mais brilhantes oradores desta Casa, mas sua fala está muito emocionada e partidizada para tratar de assunto dessa envergadura. O PT exige que tudo seja apurado e os responsáveis punidos, e não aceitamos a corrupção, como V. Exa. também não a aceita. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Nobre Deputado, sua última fala mostra que a incoerência não está comigo, mas com V. Exa. Respeito-o profundamente, e não estou aqui para crucificar o PT nem para partidizar, mas para dizer que o PT deve assinar o pedido de CPI. O povo brasileiro sabe que o Sr. Valdomiro foi filmado em flagrante roubo aos interesses públicos, para beneficiar o PT. E o povo brasileiro também sabe que o Sr. Valdomiro está junto com o Ministro José Dirceu há mais de uma década, inclusive já moraram juntos. Se o PT não quer que se investigue a ação do Sr. Valdomiro no Governo Lula, em 2003, por outro lado o Ministério Público já está verificando que, na renovação com a GOTI - empresa que tem o contrato renovado no Governo Lula de bilhões de reais - houve irregularidades, com participação do Sr. Valdomiro. Portanto, seguindo a mesma linha de raciocínio do Governador Aécio Neves, o PT, que sempre defendeu a transparência, agora não quer que sejam apuradas as ações concretas, objetivas, públicas de corrupção no seu Governo. É preciso que essa máscara caia de uma vez por todas. Obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Sr. Presidente em exercício, Deputado Rêmolo Aloise, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, inicialmente gostaria de refletir sobre as palavras do nobre Deputado Domingos Sávio. Sabemos que o Governo Lula tem um projeto democrático-popular, cujo princípio é o controle social das políticas públicas e a participação popular.

Estive em Brasília, na Conferência Nacional das Cidades, onde estiveram presentes 2.500 delegados e 300 observadores. Não temos medo do controle social. Pelo contrário, incentivamo-lo. Queremos uma radical apuração dos fatos. O próprio Governo Federal tomou essa iniciativa e já mandou para o Ministério Público os documentos necessários. O caso está sendo acompanhado pela Polícia Federal. Logo, o que vemos na imprensa é um amplo debate. Esse fato é lamentável, pois não queremos corrupção neste País. Somos e sempre fomos radicalmente contra a corrupção. Porém, sabemos que o ser humano é frágil; há pessoas que infelizmente se deixam levar pela tentação. Temos de banir a corrupção, e é isso que o Governo está fazendo. Todavia, não precisamos ter medo de uma CPI ampla. Vamos apurar os fatos ocorridos durante todos esses anos. Em 2002, esse fato aconteceu com o Valdomiro, no Rio de Janeiro. Então, por que não apurar também as circunstâncias referentes às campanhas eleitorais em 2002? Se estão com medo de a CPI ser ampliada, é porque existem problemas, que podem ser jogados para debaixo do tapete.

Com todo o respeito ao nobre Deputado, um dos mais atuantes desta Casa, afirmo-lhe que concordamos com que haja uma apuração rigorosa, mas discordamos da sua avaliação, segundo a qual o PT é endeusado por si mesmo. Se alguém se endeusa individualmente, assegure-lhe, nobre colega - por quem, como disse, tenho o maior respeito -, não endeusamos o PT. Lutamos dia e noite nesta Casa. Sabemos das dificuldades, das limitações que temos com projetos diferentes nos Governos Federal e Estadual. Temos contribuído, temos sido uma Oposição qualificada. Quero relatar e deixar registrado nesta Casa alguns fatos que acontecem em nossa cidade de Betim e estão ligados à situação política que vivemos, ou seja, a disputa eleitoral de 2004.

Registramos que ontem nossa cidade foi tomada por um manifesto pelo qual culpavam o PT e a Sra. Maria do Carmo, a maior liderança do PT em Betim, única mulher Deputada Federal nesta legislatura, eleita com 167 mil votos. A única mulher Deputada Federal por Minas Gerais. Foi Prefeita de Betim de 1993 a 1996 e é extremamente respeitada não só em nossa cidade, mas também em todo o Estado. Viajamos pelo Estado, e vejo como é respeitada. Orgulho-me muito, não por se tratar de minha irmã de sangue, mas por ser uma mulher simples, professora, psicóloga, mulher que nasceu das camadas populares. Nosso pai era carteiro. Nascemos de família pobre, humilde. Quando éramos jovens, adolescentes, nosso pai pediu dinheiro emprestado para nos educar. Ela é uma mulher do povo, simples, que tem sido respeitada não só em Betim, mas também em toda Minas Gerais, em virtude de seu trabalho sério. Naquela época, em Betim, a arrecadação, nos quatro anos, foi de 390 milhões. Hoje, a cada ano, o Governo do PSDB, do Carlaile Pedrosa, arrecada 500 milhões. E ontem encheram a cidade com esse manifesto, tentando macular a imagem do Partido dos Trabalhadores e da nossa maior liderança, porque sabem que já é uma decisão do PT sua candidatura. Ela é pré-candidata a Prefeita. Eles sabem, por pesquisas feitas pelo próprio Governo Municipal, qual é a situação do povo de Betim e qual é o resultado dessas pesquisas. Tentam macular sua imagem de uma maneira totalmente irresponsável, com calúnias e mentiras. Diz esse manifesto que ela tentou impedir a construção de 500 casas pela Caixa Econômica Federal, sendo que o Governo atual fez uma promessa de construir 10 mil casas, o que foi registrado em cartório. Os documentos estão aí para que todos vejam.

Além disso, vejamos o que aconteceu no viaduto do PTB. Temos aqui um documento do coordenador do DNIT, em Minas Gerais, Sr. Alexandre, que traz o seguinte. (- Lê:): "Atendendo à correspondência acima, informamos sobre a questão do viaduto da BR-381, no PTB, podendo, portanto, o projeto executivo ser desenvolvido para posterior aprovação. Na oportunidade, solicitamos adequar a localização da obra, no Plano Nacional de Viação, mudando a quilometragem." E em um outro documento: (- Lê:): "Informamos ainda que a execução da obra deverá aguardar a aprovação do projeto executivo."

São normas técnicas, às quais qualquer Prefeitura tem de se submeter para construção de um viaduto em cima de uma rodovia federal. Não sei se por incompetência ou de propósito, o Governo não mandou a documentação necessária e começou a obra sem a devida licença do Ministério dos Transportes. Imediatamente, quando o coordenador do DNIT em Minas pediu que se suspendesse temporariamente a obra, aguardando e solicitando imediatamente os documentos para que pudesse ser liberada, lideranças da Oposição em Betim fizeram um ato público, fechando a rodovia e acusando o PT e a Deputada Maria do Carmo. Aliás, também fomos citados como responsáveis pela suspensão da obra, como se não amássemos aquela cidade.

Ora, sabemos que isso não é verdade. Nossa Deputada deu entrevista ao jornal, e eu reafirmo, nesta Casa, que o povo de Betim, que é inteligente e não se deixará enganar, conhece bem a Deputada Maria do Carmo.

Teremos vários meses antes dessa disputa eleitoral. Conclamo esta Casa para que possamos acompanhar de perto essa situação. Queremos que o povo e a verdadeira democracia sejam respeitados e que não haja compra de votos. Muitas lideranças de nosso partido estão sendo procuradas com o oferecimento de emprego e dinheiro, para que possam apoiar o atual Prefeito. Temos provas disso. São, por sinal, pessoas ligadas a nós. São fatos lamentáveis para a democracia que vivemos neste País.

Existem outras questões, para as quais não haverá o tempo necessário. Com as creches foi a mesma coisa. Temos uma carta da Secretária de Desenvolvimento Social para as coordenadoras de creches, dizendo que as verbas estavam atrasadas por culpa do Governo Federal.

Temos um documento do Governo Federal, mostrando detalhadamente todos os documentos que a Prefeitura de Betim estava devendo em cada momento, motivo pelo qual as verbas atrasaram. Inventaram esse fato, não sei se por incompetência ou voluntariamente, para criar um fato político. Temos o documento do Governo Federal mostrando o que estava faltando, as prestações de contas que a Prefeitura não mandou no ano passado. Por isso é que estava atrasado o recebimento das verbas para as creches.

Confio em um Deus de justiça. Quero que se registre nos anais da Casa que depois de outubro voltaremos aqui para mostrar que muito acima do dinheiro e da mentira temos um Deus justo. Na minha vida tenho tido essa prova. Deus não nos desampara. Não temos medo de dinheiro, de compra de votos nem de calúnia, porque somos pessoas de fé. Somos humildes e simples. Estamos na política para não sermos omissas nem deixar a sociedade como está.

Quando fui Vereadora, por dois mandatos, muitas vezes pude testemunhar que, muito acima de toda corrupção, sujeira e mentira, está um Deus que caminha com seu povo e vê onde está a intenção no coração das pessoas. Companheiros e companheiras da Casa, se me permitem, depois de 3 de outubro, voltarei a esta tribuna para testemunhar quem é mais poderoso: o dinheiro, a corrupção ou a nossa fé.

Agradeço às pessoas que têm sido solidárias conosco. Em nossas cidades, muitas vezes, corremos até risco de vida. O ex-Prefeito Jésus Lima sofreu um atentado. Essa é a política que vivemos em uma cidade metropolitana. Estão querendo que abaixemos a cabeça e tenhamos medo. Companheiros e companheiras, não temos medo. Somos mulheres simples, mas somos corajosas porque não estamos sozinhas. Temos apoio das lideranças e a graça de Deus, que nos protege todos os dias.

Muito obrigada a todos os que têm sido solidários conosco e não foram vencidos pela compra dos votos, pelo dinheiro, pela corrupção, pela mentira e pela calúnia. Neste dia, agradeço a Deus por estar na Casa. Este é o espaço que temos para denunciar o que estamos passando. Estamos ocupando este espaço para colocar o poder a serviço do povo.

O nosso partido não é santo. Temos dificuldades. No mundo, nem a Igreja nem ninguém é santo. Santos são aqueles que estão nos altares. Não existe santidade completa de carne e osso. Temos de trabalhar para que a sociedade se transforme. Um espaço de transformação é o poder político. São os espaços que ocupamos por meio das eleições, pelo poder eletivo.

Agradeço a Deus por estar aqui hoje e poder me contrapor às idéias dos que estão nos caluniando.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Agradeço a generosidade da Deputada. Teremos outras oportunidades.

Com certeza, o desabafo de V. Exa. é compreendido por todos, mas é bom que fique claro que o Prefeito Carlaile, como V. Exa., é também um homem devoto e temente a Deus. É de família simples e trabalhou muito para chegar a Prefeito de Betim. Para nossa graça e glória, é o mesmo Deus que cuida de todos nós, da senhora, do Prefeito de Betim, e haverá de iluminar a todos, para que o povo de Betim continue melhorando de vida, com muita seriedade e trabalho. Trata-se de um povo bom, que tem sido governado por um Prefeito realmente sério e digno. E tem uma Deputada Federal muito séria e digna. O vergonhoso é que o DNIT, ao invés de ajudar, manda barrar a obra.

A Deputada Maria Tereza Lara, com certeza, ajudará para que o DNIT não barre a obra. Já é tão difícil conseguir fazer uma obra como essa, e o DNIT a paralisa sob pretextos burocráticos. Se foi licitada, existe projeto.

Defendemos a CPI ampla da mesma forma que V. Exa. Os Senadores Azeredo e Arthur Virgílio assinaram as duas, ou seja, a que o Governo quiser instalar o PSDB assina.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pinduca Ferreira* - Meu Presidente, Deputadas, Deputados, galeria, imprensa, boa tarde a todos. Não gosto de tribuna. É a terceira vez que subo aqui em três anos. Mas há um fato ocorrendo em Betim e por trás está o Governo Lula, a Deputada Federal, toda a corja do PT. Um viaduto está sendo construído numa cidade de 380 mil habitantes, com custo de quase R\$5.000.000,00, com dinheiro próprio, sem pedir esmola do Governo Federal, e param a obra sem motivo.

Solicitamos a construção de duas passarelas sobre a BR-381, e até hoje não foram aprovadas. Por que se barrou logo o viaduto? Por que é ano de eleição? O viaduto beneficia 60 mil habitantes. São 22 bairros na região onde moro. Quem vai ao Bairro PTB tem de andar mais de 10km, porque precisa ir até Betim e voltar, ou passar por dentro da FIAT, o que é perigoso, principalmente para os estudantes, que saem às 22 horas, 23 horas, meia-noite do colégio. A obra trará mais segurança, melhorará o comércio e valorizará os imóveis, mas, sem mais nem menos, é paralisada pelo Governo Federal, que é do PT. A Deputada é federal e o Governo é federal. Se ela quisesse, a obra não parava. Entretanto, teremos eleições, e por isso ela não quer. O Governo do PT ficou oito anos no poder e não a fez. Em apenas três anos, o Prefeito Carlaile faz essa bela obra, e vem o PT e pára os trabalhos. Hoje, às 16 horas, a população irá parar a BR-381. A obra não vai parar, pois quem manda é a população. O povo vota.

Há R\$70.000.000,00 vindos do Banco Mundial para que o Prefeito construa 12 avenidas sanitárias, beneficiando as pessoas que moram na beira do rio, onde há rato morto e esgoto a céu aberto. As obras já começaram antes mesmo do dinheiro chegar. Quarta-feira é o dia de bater o martelo final, e já tem o dedinho da Maria no meio para que a verba não chegue a Betim. Como uma mulher dessa gosta de Betim? Ela quer bem ao povo de Betim, cidade onde teve 58 mil votos? O PT é falso, é enganação, só governa para ele. Só não vê quem não quer.

É pura demagogia. São R\$70.000.000,00 do Banco Mundial. O dinheiro corre perigo de não vir por causa da Deputada Maria do Carmo, que está comendo de lado, como rato. Ela sopra e não aparece, mas por trás de tudo tem o dedinho dela. Ela não quer que o Prefeito faça as obras em Betim, com medo das eleições de 2004.

A obra do Banco Mundial, essas 12 avenidas sanitárias, desapropriará 1.100 famílias, sendo 13 lotes vagos, 800 casas, o que ficará em torno de R\$18.000.000,00. Desse total, R\$12.500.000,00 serão da Prefeitura Municipal de Betim, e R\$5.500.000,00, do Banco Mundial.

Neste ano, as obras do Prefeito Carlaile em Betim gerarão 2 mil empregos. O Presidente Lula prometeu 10 milhões de empregos, já está em 12. Enquanto o Prefeito Carlaile cria emprego, o PT barra o seu trabalho e as suas obras.

Cadê o Fome Zero, Deputada Maria Tereza Lara? Vocês não sabem fazer o social, só vivem de promessa. E, agora, abram o olho, porque a corrupção do PT em São Paulo e em Brasília já está no ar. Depois disso, só Deus segura. O PT não é santo. Por isso, os podres estão aparecendo.

Outro ponto: será construído hospital em frente à FIAT. Manda a Deputada barrar. Será construído também aeroporto em Betim. Manda a Deputada barrar.

O Prefeito Carlaile está preocupado com o desemprego, e o dinheiro do povo é gasto com o povo. Se o Prefeito está fazendo obras é porque tem dinheiro.

Deputada Maria Tereza Lara, foram feitos 197km de asfalto em três anos de Governo. Hoje, Betim não tem mais onde colocar asfalto. O Prefeito Carlaile criou a Guarda Municipal e acabou com o IPTU - aquele imposto que você votou 1.200%, contra o assalariado. Hoje, em Betim, não se paga IPTU. Você votou a favor desse imposto, e o Carlaile o eliminou. Esse foi o compromisso de Carlaile e Pinduca.

Deputada Maria Tereza Lara, durante o Governo de vocês, acabou-se com o 2º grau em quatro escolas municipais. O Prefeito Carlaile voltou com o 2º grau nessas escolas e, em parceria com o nosso Governador Aécio Neves, conseguiu que mais seis escolas tivessem o 2º grau. Vocês acabaram com Betim e, agora, estão acabando de vez com esse município, porque não querem deixar o Prefeito fazer as obras que estão sendo feitas.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Primeiramente, gostaria de dizer do respeito que tenho pelo Deputado Pinduca Ferreira. Entretanto, não podemos trazer disputas pessoais para este Plenário. Temos de nos colocar acima dessas questões, olhar o interesse público, a inversão de prioridades. Gostaria de fazer justiça neste momento.

O Deputado Pinduca Ferreira* - Chega de aparte, Deputado, porque não acabei de falar. Estou na minha hora. A Deputada Maria Tereza Lara não citou o meu nome, mas, a cada piscada sua, sentia que queria falar, mas estava com vergonha, porque não tem trabalho social. Deputada Maria Tereza Lara, você disse que saiu da roça, capinou lavoura. Eu tirei cascalho no rio Arrudas em 1962, rocei pasto, saí do nada. Por isso, o que ganho do povo gasto com o povo. Hoje, tenho 384 computadores funcionando, o que pode ser comprovado por qualquer um de vocês. Sabem quem me ajuda nesse trabalho? Vitório Medioli. Vitório ajuda Pinduca, e Pinduca ajuda o povo. Tenho ainda 40 veículos atendendo a população.

Deputada Maria Tereza Lara, quando você fez algum trabalho social? Quando o PT fez trabalho social? O PT é invasão de terra, reforma agrária, piquete, greve.

Como o povo ainda vota no PT? Tenho pena da Deputada Maria Tereza Lara e de sua irmã, pois elas só vão a Betim para participar de reuniões de madrugada. Nunca andaram pelas ruas durante o dia. Não adianta falar bonito, o importante é fazer. Um peão que recebe 69 mil votos na boca da urna tem de ter um bom trabalho social. Dinheiro do povo deve ser gasto com ele.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado - Com todo o respeito, V. Exa., Deputados devem respeitar pessoas com a envergadura da Deputada Federal Maria do Carmo, uma das mais bem votadas de Minas Gerais, Presidente do PT, exemplo de ética e de transparência. Um político como a Deputada Maria do Carmo significa um sopro de esperança na vida de cada cidadão brasileiro, pois em toda a sua trajetória de vida sempre primou por projetos de inversão de prioridade para defender os menos favorecidos.

Não podemos trazer as disputas, às vezes localizadas, para o Plenário da Assembléia. Não podemos tentar enganar a população. Está claro que houve embargo, pois a obra não possuía projeto. Isso é um papelão! É uma vergonha a Prefeitura Municipal não saber os trâmites legais do projeto antes de realizar a obra. O embargo foi do Diretor do DNIT, até ser devidamente aprovado um projeto e apresentado pelo Prefeito Municipal.

Não podemos tentar ludibriar as pessoas com outros argumentos. Foi embargo do DNIT. O viaduto de transposição da BR-381 é muito importante e deve ser feito. Se o for, será graças à Deputada Maria do Carmo, que conseguiu aumentar o orçamento de Betim, cerca de R\$500.000.000,00.

Uberlândia, que tem mais de 500 mil habitantes, possui orçamento de mais de R\$300.000.000,00. Betim, com pouco mais de 300 mil habitantes, tem orçamento de R\$500.000.000,00, graças à administração séria e transparente que a Deputada Maria do Carmo fez quando foi Prefeita.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para fazer um debate com a importância que o assunto merece. O que vi o Deputado Pinduca fazer, obriga-me a responder e a refletir. Se ele considera engraçado fazer "mise-en-scene" na tribuna - e alguns deram risadas - não achei graça. Tratar essas questões com essa falta de seriedade só leva para o buraco as instituições democráticas da sociedade brasileira. Não achei graça alguma, muito menos no tom de deboche com que trata pessoas e autoridades de competência evidente, como as Deputadas Maria do Carmo e Maria Tereza. Portanto, não farei o mesmo e não ficarei aqui me referindo aos cochilos constantes do Deputado nas cadeiras da Assembléia Legislativa e à falta de trabalho parlamentar sério e de projetos de lei. Não me cabe fazer esse tipo de balanço, mas, sim, trazer o debate da forma como está posto, até para que haja respeito na convivência entre nós. Ou existe isso ou de fato fica difícil termos uma convivência na Assembléia, que deve ser um espaço democrático de debates, e não para esse tipo de encenação que esse

Deputado fez aqui hoje. Infelizmente, ele não ficou para ouvir a resposta política e as explicações dadas.

O que acontece em Betim é algo muito simples. O DNIT, que está hoje sob a direção do Dr. Alexandre, indicado pelo Partido Liberal, um partido aliado ao nosso, agindo com a competência técnica devida - simplesmente porque assim manda a lei e determinam os aspectos técnicos - não pode permitir que uma Prefeitura, seja ela qual for, independente de partido político, invada uma BR para fazer uma obra sem aprovação do projeto executivo por aquele órgão. Todos sabemos disso. Vários Deputados foram Prefeitos na região. Conversava com o Deputado Domingos Sávio e, como ele não tinha a informação, ficou parecendo que aquilo que saiu no jornalzinho de Betim era verdade, o que foi repetido aqui pelo Deputado Pinduca. Só se esqueceram de informar ao conjunto dos Deputados e ao povo de Betim e de Minas Gerais que não havia projeto executivo aprovado. Repito que nenhuma Prefeitura pode invadir uma BR para fazer uma obra, sem a aprovação do DNIT. O DNIT não embargou a obra indefinidamente. Apenas está embargada até a análise do projeto executivo e sua aprovação por esse órgão. Foi o que aconteceu. Se políticos como Vitorio Medioli, Pinduca e o Prefeito Carlaile acham que devem fazer disso uma bandeira política, dizendo que a obra está sendo embargada por motivo político, é um direito que têm; mas não podemos permitir que Deputados venham aqui e não mostrem publicamente a verdade do que está acontecendo lá. Gostaria de deixar isso bem claro. O Dr. Alexandre, que não é do PT, que é do PL, um partido aliado, agiu corretamente, talvez com ingenuidade política, porque não podia adivinhar que Medioli, Carlaile e Pinduca usariam de algo sério, técnica e legalmente correto, para fazer estardalhaço político. O acerto técnico tem o nosso apoio; foi correto, e a obra será feita quando houver o projeto executivo aprovado. Vemos claramente aí o medo da derrota política. O PSDB está com medo da derrota política em Betim, e começa a agir dessa forma. O Deputado Pinduca demonstrou medo, receio e, junto com outros políticos da região, tem jogado baixo contra a verdade. Não tenho a menor dúvida de que eles é que estão com medo das eleições.

Concedo aparte ao Deputado Dinis Pinheiro, que é o nosso Líder do PL, que conhece o Dr. Alexandre e que pode atestar a veracidade do que acabei de dizer.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) - Com relação a Betim, nobre Deputado Rogério Correia, quero ficar bastante longe daquele tumulto político. Aliás, quando se toca no nome de Betim, pleiteio, sonho e almejo que aquele município possa ter a oportunidade de fazer parte da nossa tão sonhada distribuição de ICMS no Estado. Betim, hoje, recebe R\$500.000.000,00, R\$600.000.000,00 por ano, e Ribeirão das Neves, Ibitiré, Santa Luzia não ganham nem R\$500.000,00 por ano. Essas injustiças, temos que eliminar.

Como Líder do PL e conhecedor do trabalho, da seriedade e da conduta do Dr. Alexandre Silveira à frente do DNIT, indicado pelo Partido Liberal, quero externar nosso testemunho quanto ao procedimento acertado, devido e correto do DNIT, no qual não ocorreu e não imperou nenhuma interferência política, nem da Deputada Maria do Carmo nem de qualquer outro parlamentar. Seu procedimento se ateve tão-somente às questões técnicas.

Para a construção do viaduto, tornam-se necessárias, em primeiro momento, a apresentação e a aprovação do projeto, levando-se em conta os requisitos e os parâmetros legais por parte do DNIT, o que não ocorreu. Daí a necessidade de o DNIT notificar a Prefeitura Municipal de Betim para que os padrões exigidos pela legislação federal, coordenada pelo DNIT, sejam enquadrados.

Quero ficar bem longe da briga política, mas destaco a coerência e o correto trabalho do Dr. Cristiano Silveira à frente do DNIT. Digo alto e bom som que não houve interferência nem da Deputada Maria do Carmo, mulher séria e honrada, nem de outro parlamentar.

O Deputado Rogério Correia* - Agradeço seu testemunho. Lamento que a disputa política, travada de modo tão baixo pelos adversários do PT em Betim, reflita-se neste Plenário com chacotas, em vez de ser tratada com seriedade. Se estabelecida a verdade, a chacota não prevalecerá.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Alegro-me por participar dessa reflexão e peço licença para registrar meu testemunho. Temos o privilégio de viver momento importante, histórico e valioso do Estado. Aproveito para parabenizar a PMMG por acolher uma mulher no Comando do 34º Batalhão, a Ten.-Cel. Luciene Magalhães, extremamente competente e de caráter exemplar, de extraordinária dedicação à defesa do interesse público e à segurança pública. Acredito que fará um trabalho com a maior dedicação possível na região de conflito e de violência em Belo Horizonte, cumprindo uma das grandes afirmações do nosso tempo e uma referência para os que almejam um mundo melhor, que considero uma afirmação sábia. Espero que possa conjugar a dureza e a firmeza no combate ao crime com a ternura na compreensão das fragilidades humanas, para a construção de uma sociedade mais digna. Estamos vivenciando com prazer a evolução da Polícia Militar.

V. Exa. trata de questão que muitas vezes é motivo de chacota e comicidade, conduzida pelo Deputado Pinduca Ferreira em alguns debates. Originário de família humilde, Pinduca, por quem tenho muito respeito, trabalhou, sofreu muito e chegou a esta Casa. Poderia dar enorme contribuição a seus irmãos e irmãs da comunidade mais sofrida, aos excluídos. Há, na sua fala, uma questão que o diferencia daqueles que critica.

Quando Pinduca Ferreira diz que está aqui a serviço do povo, distribuindo dinheiro para a população, é preciso lembrar dois fatos, dois dados da fala dele. Quando diz que tem uma centena de computadores, algumas dezenas de veículos colocados a serviço da população, são originários de uma pessoa que sabemos qual a origem e o que representa. Quem, na realidade, o Deputado está representando? O povo humilde, sofrido, excluído? Ou está utilizando esse povo afastado de tudo, dando-lhe algumas migalhas? Na verdade, a quem ele presta contas não é ao povo de Minas, mas ao Sr. Medioli. Ele tem dito isso, em todas as conversas e discussões, de maneira sistemática. Portanto, numa leitura bem-feita, é preciso perceber, nesse discurso que fez nesta Assembléia, a quem se referia como seu pai, seu comandante, seu diretor. Não é ao povo sofrido de Minas! É preciso compreendermos isso, a fim de construirmos a política de Minas Gerais num patamar mais elevado, na lógica da construção da democracia, da justiça social, da inclusão e do bem-estar da sociedade.

Quero, então, aqui, mantendo o respeito ao Sr. Pinduca Ferreira, meu caro colega desta Assembléia Legislativa, fazer essa distinção. Caso contrário, ficaremos rindo dele, muitos achando graça, muitos votando nele, sem saber o que representa, a quem se reporta. Se pode, eventualmente, dar alguma coisa material para a população, como as dezenas de carros e as centenas de computadores disponibilizados por alguém que tem poder, é preciso dizer a quem está servindo. Pode estar, infelizmente, sustentando muito mais os interesses de quem condenamos, das elites dirigentes do País, do capital, do que resgatando a dignidade e a cidadania do povo de Minas. Obrigado.

O Deputado Doutor Ronaldo (em aparte) - Deputado Rogério, agradeço muito este aparte e quero parabenizá-lo pela fala, pois acredito também que, para fazer parte do parlamento, a pessoa tem que ter cuidado no que tange ao respeito aos colegas. Não podemos aqui dentro permitir que, além do abuso, seja citado até o nome da pessoa.

Aproveito este pequeno aparte para enviar um cumprimento ao irmão do Deputado Wanderley Ávila, Juiz Alvimar de Ávila, eleito Presidente do Tribunal de Alçada de Minas Gerais. Trata-se de um magistrado com brilhante currículo, admirado em todas as comarcas em que trabalhou. É um dos mais cultos Juizes do Estado. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia* - Muito obrigado, Doutor Ronaldo. Agradeço suas palavras.

Antes de passar a palavra à Deputada Maria Tereza, que estava na reunião da Comissão de Administração Pública quando comecei a minha

intervenção, gostaria de dizer-lhe que esclareci ao conjunto do povo mineiro e aos Deputados aqui presentes aquilo que o Deputado, nosso colega, Pinduca, não quis, de fato, esclarecer. A obra foi embargada porque não havia projeto executivo aprovado pelo órgão competente, que é o DNIT. Todos os Deputados sabem que nenhum Prefeito pode invadir rodovia e fazer projeto sem a autorização do órgão nacional competente. Ele se esqueceu desse detalhe. Aliás, o jornal que o Deputado me mostrou tem isso escrito com letras bem pequenas. Coloquei os meus óculos de grau, devido a vista cansada, mas nem assim consegui enxergar. Então, é preciso uma lupa para ler a carta do DNIT, que diz: "Por falta de projeto executivo aprovado por este órgão, fica, temporariamente, embargada a obra até que o órgão competente veja o projeto". Imagine, Deputado Antônio Carlos Andrada, o Prefeito de Barbacena invadir a BR-040 e começar a fazer passarelas, etc., sem o DNIT. Seria, no mínimo, estranho. Era isso que estava ocorrendo com a obra referida. É evidente que o órgão agiu na forma da lei.

O Deputado Dinis Pinheiro acusou o PT; no entanto, o Ministério dos Transportes está a cargo do PL e, conseqüentemente, o DNIT também, que é dirigido pelo Dr. Alexandre, pessoa de bem, engenheiro responsável, pertencente aos quadros do PL. Então, o Deputado Dinis disse aqui que tudo aquilo, aquela encenação feita, com muito riso, muita chacota, era, simplesmente, parte de uma manobra política da cidade de Betim que quiseram trazer para cá.

O Deputado Dinis Pinheiro mostrou muito bem isso. As Deputadas Maria Tereza Lara e Maria do Carmo não sabiam que a obra seria embargada por questão técnica. Isso ficou claro até para recuperar. Criou-se um clima parecendo que o que lá realizam, que sabemos ser de baixa qualidade, valeu como verdade. É preciso que fique claro aos Deputados o tipo de disputa política que realizam, para que não digam que o PT faz um tipo de jogada política nesse nível em Betim. Infelizmente não podemos controlar os adversários. Isso ficou esclarecido.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, Líder do nosso bloco, agradeço a sua solidariedade nessa questão. Às 16 horas, farão mais um ato politiqueiro, cercando a BR, para que, em nível nacional, implantem a idéia falsa de que somos contra o viaduto. Como V. Exa. explicou muito bem, realmente faltou o projeto. Imaginem se isso acontecesse no Brasil inteiro? Não teríamos uma democracia, mas um regime anarquista. É claro que, em alguns aspectos, podemos até defendê-lo, mas, como estamos numa democracia, devemos proteger a legislação e o respeito pelo poder público.

Deputado Rogério Correia, aproveitando a oportunidade, afirmo que esse boletim lançado na cidade inteira diz que a Deputada Maria do Carmo nunca liberou verbas para Betim. Isso é uma mentira, pois temos provas de que dispôs mais de R\$2.000.000,00 em emendas do orçamento federal para Betim. O Governo Municipal não apresentou projetos para adquirir essas verbas, exceto para a unidade de saúde. À época, o Secretário de Saúde solicitou verba de R\$200.000,00. As emendas para os outros recursos, ou seja, mais de R\$2.000.000,00 permaneceram tanto no Governo anterior de Fernando Henrique quanto no Governo Lula no ano passado. Em Betim há R\$500.000.000,00 de orçamento. Mesmo assim qualquer recurso que tivesse milhões ou bilhões... Ninguém quer que a sociedade, o povo perca recursos neste momento em que vivemos. O Prefeito não solicitou recursos devido a uma disputa política que prejudica o povo. Não podemos permitir que isso aconteça em qualquer governo municipal de qualquer partido. A própria lógica e o bom-senso indicam que, se há recurso, devemos procurar adquiri-lo para que a população tenha os seus direitos adquiridos. Em Betim, com todos esses recursos, ainda há vários bairros sem a infra-estrutura necessária, escolas de ensino médio sem a merenda, crianças e jovens pedindo esmola no meio da rua. O Governo Municipal poderia investir nisso. Como uma cidade pode dispensar recursos do Governo Federal quando a sua população ainda sofre muito, sobretudo a excluída, de baixa renda? Deixo isso registrado.

Finalizando, como esforços com o grande Deputado Adelmo Carneiro Leão quanto ao fato de uma mulher estar, pela primeira vez, à frente de um batalhão da PM. Peço às nobres colegas Deputadas que, em nome da nossa bancada feminina e representando as mulheres de Minas Gerais nesta Casa, me permitam cumprimentar à Ten.-Cel. Luciene Magalhães de Albuquerque pelo posto de destaque e de poder na PM. Certamente ela contribuirá para que haja mais segurança para o nosso povo e para que reconheçam a capacidade administrativa e a liderança da mulher mineira, dispondo esse espaço de poder a serviço da vida e do nosso povo. Muito obrigada.

O Deputado Rogério Correia* - Também aproveito a oportunidade para parabenizar a Comandante da Polícia Militar, que passa a exercer, pela primeira vez, uma função que, até então, cabia apenas ao sexo masculino. É uma boa comemoração do Dia Internacional da Mulher, que se aproxima.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Cumprimento a Ten.- Cel. Luciene Magalhães, hoje à frente de um batalhão da Polícia Militar. Essa oficial competente dará um toque feminino, com muita determinação, à Polícia Militar. Ela se preparou por muito tempo para assumir esse importante batalhão, e desejo-lhe felicidades e que Deus a proteja. Ontem mesmo, houve um assalto a Banco, liderado por uma mulher, e ela esteve no local investigando. Estou certo de que fará um excelente trabalho, e nossa Polícia Militar brilhará mais.

Parabenizo também nosso Governador pela fala coerente e positiva sobre o episódio com o PT. O Governador Aécio Neves observou que o Presidente Lula tomou as providências de imediato, e ressaltou a imagem do conterrâneo José Dirceu. Concordo quando diz que não podemos aproveitar esse episódio para buscar munição para as eleições. Com certeza, é preciso fazer uma apuração, mas nosso Governador foi muito feliz e ponderado em sua entrevista, e o Governo dará uma resposta.

Foi lamentável uma situação ocorrida ontem na Câmara dos Deputados, pois quiseram ampliar o fato jogando mais lenha na fogueira. Nosso Governador colocará sua liderança política e sua experiência em defesa da moralidade e da ética na política. Conforme a crítica do jornalista Jabor, que muito admiro, quem está no poder corre esse risco, e não é a primeira vez que isso acontece com o PT. Outras coisas, não só em Brasília, mas em outros Estados, aconteceram e acontecerão, e serão apuradas. Não podemos ficar nessa oposição burra, que tenta parar o Brasil "na boca", com picuinhas. Precisamos é apoiar o Governo Federal e nosso Governo Estadual.

Então, vai acontecer, sei que aqui, em Belo Horizonte, também surgirá algo. Veremos daqui a alguns dias. Porém, tenho certeza de que será apurado.

Deputado Rogério, fomos Vereador por Belo Horizonte e aqui trabalhamos. Tenho admiração pela pessoa do Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel. Às vezes, falam que venho ao microfone criticá-lo. Porém, com minhas críticas construtivas, procuro contribuir para a administração municipal. Há assessores que realmente pisam na bola. Subirei a esta tribuna para elogiar, aplaudir o que o Prefeito fizer de bom; mas denunciarei o que estiver errado, pois é meu dever fiscalizar.

Quando Vereador, diziam que fui um ferrinho de dentista, a pedra no sapato do Prefeito Pimentel. Todavia, não tenho nada contra a pessoa dele. Admiro-o. Às vezes, sou mal interpretado ao fazer críticas construtivas referentes a obras que não são prioritárias. Não é porque a Oposição ganhou que todo mundo vai jogar pedra. Em nível nacional, o PL caminhou e caminha com o Governo Lula, dando apoio, e, em nível estadual, está fechado e andando junto com o Governador. Com certeza, a partir deste ano, Minas Gerais será um novo Estado, com obras estruturantes, escolas, saneamento, segurança. Temos de apoiar.

O Governo Fernando Henrique tentou obter o apoio - o Presidente Lula tenta consegui-lo - do PT, mas esse partido estava sempre querendo uma CPI. Hoje, o Presidente Lula espera caminhar, e tenho certeza de que contará com o apoio do PSDB e de outros partidos, a fim de que este País maravilhoso possa crescer. É preciso parar com as picuinhas políticas. Se há algum fato, deve ser apurado exemplarmente. As pessoas devem ser punidas. Com essa situação, a Bolsa despenca, o dinheiro vai embora, aumenta o desemprego, o Estado e o município param. Precisamos tirar proveito dessa observação que está sendo feita em nível nacional. Não podemos continuar com essa política burra, ou

seja, de fazer acusações, de revolver o passado. Vamos crescer. O time está composto, precisamos atacar, marcar gols, não podemos ficar somente na defesa. Tenho esperança no nosso Governador e no Presidente da República. Assim, o Brasil e o Estado de Minas Gerais certamente serão outros. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia* - Agradeço-lhe a intervenção, Deputado Célio Moreira. Já tratei desse assunto ontem, e não pretendia falar sobre ele hoje. Porém, preciso concordar com V. Exa. em vários aspectos. O caso do Sr. Valdomiro Diniz exige imediata apuração e respectiva punição. Não pode ser escondido debaixo do tapete. Essa é uma cobrança que o PT faz, como o faz o povo brasileiro. Esse caso tem de ser apurado. Não só o Governador Aécio posicionou-se favoravelmente a essa atitude - inclusive elogiando as primeiras medidas tomadas pelo Presidente Lula -, mas também o Vice-Presidente da República, o ex-Senador José de Alencar, que expôs, com veemência, a necessidade de que tais medidas fossem tomadas. Ontem, o Governador Aécio Neves disse o mesmo, ou seja, que em primeiro lugar se procedesse à demissão. Ontem, também, houve Deputado que cobrou até a prisão daquele senhor pelo Lula. Porém, essa medida não cabe ao Presidente Lula, mas à justiça. Ao Presidente cabe a demissão e a apuração dos fatos, que já começaram a ser apurados. Primeiro, procedeu-se à demissão, que tinha de ser imediata; depois, o Ministro da Justiça, Márcio Tomás Bastos, que esteve aqui ontem, expôs claramente que pediu e determinou à Polícia Federal que assim agisse e ao Ministério Público que acompanhasse o procedimento, a fim de que nada ficasse escondido nesse caso.

Portanto, é necessário que essas medidas sejam tomadas. Compreendo o papel de setores da Oposição. Talvez, no passado, o PT possa ter errado e agido de forma imprudente em alguns casos. Mas alguns setores da Oposição, talvez ressentidos pela derrota eleitoral, querem aproveitar o momento para tirar "casquinha" política, para remoer o passado, porque seus brios estão feridos com a derrota e querem aproveitar esse caso simplesmente para se vingarem da derrota política, agindo até de forma um pouco golpista. Tentam comparar isso ao caso Collor. Já têm, consciente ou inconscientemente - quem sabe? -, o desejo de um golpe branco, que possa devolvê-los ao poder central, não pelo voto, mas por uma eventual maioria parlamentar a ser forjada no embate político.

Isso é inútil, pois não acontecerá. O povo brasileiro está ciente disso. Disse ontem, muito claramente: se a linha for essa, o PT saberá reagir. O Presidente Lula não deixará que milhões de brasileiros que votaram nele sejam traídos pelo desejo de uma Oposição ressentida. Precisamos deixar para lá essa questão do golpe. Esse tipo de oposição não serve a nada.

Aliás, não foi essa - concordo com o Deputado Célio Moreira - a atitude do Governador Aécio Neves que, pelo contrário, detectou a necessidade da apuração dos fatos. Cobrou essa apuração, como todos devemos cobrar, e orientou para que essa questão não fosse tratada com picuinha política.

Outro se ressentido das questões municipais. Hoje vimos um exemplo. Aproveitam-se do fato para trazer as questões municipais, com informações que não são devidas nem verdadeiras. Como disse o Deputado Miguel Martini, ontem, ou está mal-informado ou quer desinformar. Hoje vimos um capítulo da desinformação, mostrado deliberadamente ou não, no caso de Betim. Usam o caso do Sr. Valdomiro para trazer o caso de Betim e a questão municipal. Assim fica difícil; o debate político fica dificultado e não conseguiremos avançar em nada neste País.

Sou daqueles que - assim como o conjunto do PT e como o Governador Aécio e o Vice-Presidente José Alencar disseram - exigem apuração rigorosa dos fatos. É evidente que o melhor método de fazê-la, neste momento, não é por meio da CPI no Congresso Nacional, que não serviria para elucidar os fatos, mas a esses outros interesses. Nesse sentido, não somos ingênuos de concordar que essa CPI seja agora o melhor instrumento. Isso não significa esconder a apuração do caso, mas exigir que a apuração seja feita.

Faço essa intervenção com a consciência muito tranqüila, por considerar ser essa a melhor forma de impedir que esse caso não seja apurado, que é exatamente indicar os instrumentos. Aliás, seria correto os próprios parlamentares acompanharem, junto ao Ministério Público e à Polícia Federal, a apuração dos fatos, para que ficasse claro que tudo será realmente apurado.

Também não concordo com o blefe. Aliás, em política, não se faz blefe. Não se trata de dizer: "Agora, se é assim, vamos fazer CPI, como fez nossa bancada no Senado". O Deputado João Paulo, também do PT, que discordou da posição da bancada no Senado, disse muito bem e sabiamente: "Não se apaga fogo com uso de gasolina", o que é uma verdade. Caso se queira apagar um incêndio, não atirem gasolina sobre o fogo, porque não será apagado. É necessário que coloquemos a cabeça no lugar e vejamos o que é possível fazer.

À Oposição cabe seu papel, que é o de fiscalizar, cobrar e apontar erros. São os papéis da Oposição que precisamos respeitar; não a Oposição golpista, ressentida, que quer trazer os problemas municipais como prioridade não para a resolução de um problema, mas para demarcar posição. Isso, não.

Quero externar minha concordância com as palavras do Deputado Célio Moreira.

Essa questão precisa ser resolvida. E mais do que resolvida, ter um final em que tudo fique claro. O Brasil ganhará com isso e não apenas o Governo Lula - que, evidentemente, sofrerá um desgaste inicial. Essa questão será apurada. Ao ser apurada, o resultado será necessariamente uma resolução drástica para o problema. Esse Valdomiro, pelo que fez, acumuladas provas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, terá, quem sabe, o seu lugar na cadeia, apesar de vários criminosos do colarinho branco não terem tido, infelizmente, o mesmo fim.

O exemplo precisa ser dado. Isso significa não apenas o fortalecimento do Governo, mas também do sistema democrático e da não-possibilidade de funcionários do terceiro ou quarto escalão sujarem imagem do processo democrático brasileiro. Esse é o aprendizado que devemos realizar, sem relaxar e deixar de fazer as cobranças, que são bem aceitas e precisam ser feitas.

Quero distinguir de outras ações da Oposição a do Governador Aécio Neves, que exige cobrança, mas que, diferentemente de outros, não quis atirar gasolina no fogo e muito menos procurar, de forma ressentida, a desestabilização de um Governo democraticamente eleito. Quanto a isso, estamos atentos. O ex-Deputado José Genoíno, Presidente do PT, já disse que o partido não ficará na defensiva frente àqueles que queiram desgastar o Governo para tentar impedir as mudanças que o povo brasileiro espera. Isso não faz parte do processo democrático.

No caso, a resposta será uma ofensiva política de massa. Pedimos um tempo para a apuração. Se isso não for feito, outras medidas poderão e deverão ser tomadas. Mas é preciso um tempo para que as medidas que foram tomadas pelo Presidente da República sejam efetivadas. A da demissão e a da apuração. O Delegado da Polícia Federal já disse que pedirá quebra de sigilo. A Polícia Federal já foi à casa do Valdomiro com ordem judicial e apreendeu computadores e papéis. Foi também à casa dos bicheiros e fez a mesma coisa. Portanto, está agindo.

Essa ação nos dá a tranqüilidade de saber que a ordem do Presidente Lula será cumprida, esse caso terá uma punição exemplar e o Brasil sairá desse episódio vitorioso e com o processo democrático fortalecido. Contamos com o apoio da Oposição, não da Oposição ressentida, golpista e que pensa apenas no futuro das eleições municipais, mas dessa que quer também, por mais diferença ideológica e política que possamos ter, que o processo democrático tenha um avanço no Brasil.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Agradeço ao Deputado Rogério Correia.

Estamos inscritos para fazer os outros debates, mas percebo que a intenção é de não permiti-lo, de encerrar a reunião ou coisa parecida. Mas de qualquer maneira agradeço V. Exa. pelo aparte.

Quero, primeiro, deixar registradas algumas coisas. V. Exa. disse que um Deputado pediu a prisão do Valdomiro. Deve ter sido no Congresso Nacional, porque na Assembléia Legislativa não vi esse fato ocorrer. Segundo, quero dizer que falar em ameaça de desestabilização do Presidente e em golpe de Estado é algo fora de hora e improvável.

Ninguém levantou suspeitas sobre o Presidente e o restante de seu ministério. Como ele próprio fez com Valdomiro, trata-se de questão a ser resolvida com uma canetada. O Ministro é demissível ou afastado na hora que o Presidente quiser. O próprio José Dirceu disse, no jornal, que deveria afastar-se. Isso não mancha o Governo. Entretanto, a ligação próxima e de longo tempo do Sr. Valdomiro com José Dirceu, que o teria indicado para o Governo do Rio de Janeiro - quando ocorreu o fato -, que o indicou para o Governo Cristovam Buarque e que o indicou para o cargo atual, traz incertezas. Mais que isso, trata-se do seu assessor direto, de confiança. Se o PT fala sobre apuração definitiva dos fatos, deve-se impedir possível influência política de José Dirceu, mascarando qualquer ação investigatória.

No 2º turno, votei no Presidente Lula, e meu partido é base de sustentação do Governo no Congresso. Entretanto, nada impede que eu discorde. O Presidente Lula não foi atingido, em nenhum momento. Na "Folha de S. Paulo" há o seguinte texto: "Debruçada sobre o contrato da GTech com a CEF, cuja renovação foi defendida por Valdomiro Diniz, a Oposição constatou que o prazo da validade, quase 100 meses, extrapola o limite fixado por lei, que é de 72 meses". Esse fato também precisa ser investigado. A população sabe que o poder está concentrado nas mãos do Ministro José Dirceu, chamado pelo Presidente de capitão do time. Dessa forma, não é possível imaginar que a apuração, com sua permanência no Governo, seja isenta. Espero que seja, mas fica a suspeita. Governos passados afastaram pessoas sob suspeita para que se fizesse a apuração. Se nada era constatado, retornavam. Essa medida não desestabiliza o Governo e a economia. Não gera turbulências, porque não chegou nem chegará ao Presidente Lula, cujas primeiras medidas foram elogiadas por mim, ontem, na tribuna, e pelo Governador Aécio Neves, pois foram absolutamente corretas ao determinar a investigação. Agora, falta esse novo passo.

Havia um Procurador em Brasília - parece-me que se chama José Francisco - que, mal havia uma denúncia, pedia quebra de sigilo fiscal e bancário, além de divulgar os fatos à imprensa.

Não o vi mais. Não sei se deixou de ser Procurador ou se aposentou.

Esperamos - e creio que a sociedade brasileira também espera - que essa questão seja tratada com imparcialidade. Ansiamos e desejamos que esses fatos sejam esclarecidos, para que a sociedade brasileira continue acreditando no Governo Lula. Ainda acredito no Presidente Lula e nas profundas transformações que fará. Mas quero acreditar fundamentado em ações coerentes com o que se espera e, principalmente, com o discurso que o levou a assumir a Presidência da República. Volto a dizer que esses fatos são graves, e não podemos minimizá-los. Agradeço o aparte.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado Miguel Martini. Concederei aparte ao Deputado Chico Simões, mas, antes, gostaria de esclarecer algumas questões ao Deputado Miguel Martini. Julgo que a presença do Ministro José Dirceu não atrapalha em nada as investigações, porque serão feitas pelo Ministro da Justiça, pela Polícia Federal, pelo Ministério Público. Ao contrário, o Ministro José Dirceu passa a ser o maior interessado nessa investigação. Nesse sentido, tenho pensamento distinto de V. Exa. Aliás, a permanência do Ministro é importante para o Governo. Não existe ligação entre o fato, ocorrido antes do Governo do Presidente Lula, e o Ministro José Dirceu. O próprio Valdomiro, assim como o bicheiro que aparece na fita, fazem questão de dizer que em nenhum momento o nome de José Dirceu é citado. Portanto, nada vincula o Ministro José Dirceu àquele fato. Entretanto, o Ministro da Justiça já solicitou fossem analisados todos os atos do Governo, para verificar se houve influência do Valdomiro. O Ministro José Dirceu não tem ligação com o fato, sendo apenas conhecido e amigo de Valdomiro, o que não significa ser culpado. Seria ação sinistra culpar-lhe por causa da amizade e do ato realizado pelo outro. Portanto, não concordo com a análise de V. Exa.

A "Folha de S. Paulo", que, aliás, é a bíblia dos tucanos - desde que o Fernando Henrique perdeu as eleições, ataca o Governo Lula, talvez por influência do mercado -, cita essa empresa, dizendo da renovação do contrato, no Governo Fernando Henrique, por força de liminar; aliás, na época do Fernando Henrique, havia uma liminar para fazer a renovação do contrato, e essa empresa ganhou. Foi feita com R\$0,15 a menos, o que já começou a ser posto também nos devidos lugares.

Segundo li hoje no jornal "Hoje em Dia", essa empresa atua também em Minas Gerais. A entrada desse jogo aqui foi permitida por meio de decreto do Senador Azeredo, na época Governador do Estado. Não sei se houve licitação, o que não nos pode levar a dizer que o Senador tenha tido alguma relação com isso. Esse tipo de especulação não pode ser feita, senão nos daremos o direito de fazer qualquer ligação.

Ontem, o Deputado Bonifácio Mourão fez-me desafio: dizer aqui sobre escândalos que foram sufocados. Percebi que o próprio Deputado tinha sido relator de processo que, de acordo com a sua consciência, julgou deveria ser arquivado, vindo a este Plenário em vez de à Comissão de Justiça - o processo de "impeachment" do Newton Cardoso, que apresentava muitas denúncias. Mas não posso por isso dizer que o Deputado tinha ligações com os escândalos do Newton Cardoso.

Se entrarmos nesse tipo de especulação, não conseguiremos nos entender. Ficaremos nos digladiando, brigando, ofendendo uns aos outros, e não entraremos no mérito das questões. Quero analisar o fato com frieza.

Concordo com o raciocínio do Deputado Miguel Martini: se o fato ocorrido tivesse alguma ligação com o Ministro, este deveria ser afastado; porém não foi comprovado nenhum vínculo, não foi comprovado que o Ministro esteja atrapalhando a investigação.

Devemos esperar o processo de investigação, para que possamos saber que passo daremos. O PT agiu assim muitas vezes. É arriscado colocar-se um projeto à frente até de um projeto mais cuidadoso de defesa da própria democracia nacional.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Parabenizo V. Exa. por seu pronunciamento. Devemos abordar esse assunto de maneira correta, séria e sensata. Nós, do PT, não toleramos conviver com qualquer tipo de deslize, de ato indigno.

O caso do Valdomiro está sendo averiguado pelo Ministério Público e pela polícia. Não é preciso retirada do Ministro José Dirceu, uma vez que o caso está sendo julgado por um órgão, um Poder independente, que não tem nada a ver com o Ministro da Casa Civil. Uma CPI deveria ser levada a sério, com isenção, mas é um julgamento político. O Ministro José Dirceu disse que sairá de sua função se a CPI for constituída, pelo fato de ser uma coisa política. Exemplo disso foi dado pelo Deputado Rogério Correia. Newton Cardoso foi o Governador mais atacado quanto ao seu comportamento.

O PSDB fica esperneando para se fazer CPI. Houve muitos escândalos no Governo de Fernando Henrique Cardoso. O que se comprou de voto para se ter mais um mandato! Isso é claro e notório. Ninguém falava em CPI. Não que eu concorde com uma coisa ou outra, mas CPI é julgamento político. Muitas vezes, inocenta-se aquele que tem maioria, mesmo estando errado; e aquele que tem minoria, mesmo estando

certo, pode ser penalizado.

Não podemos jogar para a platéia. Temos de exigir que seja feito de maneira profunda todo o levantamento, e que seja exemplarmente punido o servidor que não cumpriu bem o seu papel.

O Deputado Miguel Martini, pelo qual tenho muito respeito, esbraveja sobre a necessidade de CPI e de averiguação. Quem está nos assistindo precisa entender que é fácil esbravejar diante da TV Assembléia, mostrando sua indignação e pedindo uma ação mais efetiva. É bom que as pessoas saibam que o Deputado Miguel Martini é do PSB. Em âmbito federal, o PSB não quer que se instaure uma CPI. Não sei como fica o Deputado Miguel Martini. Ele joga para a torcida, fala, mas não decide. Seu partido, que poderia decidir, está quieto, pensando que o fato em si não faz jus à instauração de uma CPI. De maneira correta, foi instaurada uma CPI no Rio de Janeiro, pois lá, durante seu Governo, houve uma licitação, na qual ele representava o Governo, com indício de irregularidades. Uma CPI deve ser feita. Isso não inviabiliza nem proíbe que a polícia e o Ministério Público continuem fazendo seu papel.

Se, na averiguação do Ministério Público, da Polícia Federal e da Justiça, houver indícios ou evidências de que esse servidor, no tempo em que esteve à frente de um cargo de confiança do Governo Federal, lesou o poder público, a sociedade, com certeza a CPI será aberta. E nosso Ministro José Dirceu já afirmou que, se a CPI for instalada, sairá, pois será um julgamento político e, com sua força política, poderá influenciá-lo.

Enquanto o caso estiver com o Ministério Público e a Polícia Federal, o Governo dará todo o suporte para que a averiguação seja profunda, mas não há necessidade, e não dá para falar, absolutamente, da retirada ou saída do José Dirceu.

Percebemos que os partidos "aliados", entre aspas, ao nosso Governo, na verdade, têm direcionado - como aqui em Minas - toda sua bateria para inviabilizar o PT, que tem um legítimo representante, um cidadão brasileiro comum à frente da Presidência do Brasil. Ainda não está implementando as mudanças que queremos, mas tem um tentáculo lá.

Se essa mudança até hoje não ocorreu, isso se deve ao fato de ser um Governo de coalizão e de termos dificuldades, e a elite conservadora sabe que o trabalhador comum tem hoje um legítimo representante nesse Governo. Certamente, acumularemos forças para que, nesse Governo de disputa, nossas propostas sejam aplicadas para construirmos uma Nação soberana, onde, com certeza, a elite já está se sentindo incomodada. Por isso aponta toda sua artilharia para o nosso partido.

Por outro lado, querem socializar o Lula, apoderar-se dele como se fosse algo construído pelos partidos que estão a seu redor. Entretanto, torcem para o fracasso do Governo, o que se traduzirá como fracasso do PT.

Isso não irá acontecer. Conhecemos nosso partido e o José Dirceu. Sabemos como o partido foi construído. Nossos pilares são os da ética, da moralidade e do trabalho. Com certeza, as autoridades competentes mostrarão para a sociedade onde realmente aconteceu a ilicitude. Iremos, de maneira exemplar, penalizar os responsáveis, mas não faremos disso um fato fora do Governo nem criaremos uma CPI para parar o Brasil neste momento.

Repito que os Deputados que vêm ao microfone falar para a torcida têm representantes no Congresso Nacional. O PSDB tem um projeto próprio de governo, antagônico, mas não está coeso. Todos os outros têm representantes sensatos e corretos, que sabem que este não é o momento para uma CPI, pois o caso não nos leva a isso. Daremos toda a sustentação para que se faça uma investigação correta e profunda e para que se penalizem, de maneira exemplar, os responsáveis pelos erros cometidos.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - V. Exa. fez referência a meu nome como relator do "impeachment", e começarei meu aparte por aqui.

Quando aparteei V. Exa. ontem, defendi a CPI - processo para se apurar. No caso do "impeachment" do Governador Newton Cardoso, houve o processo, e agora negam até mesmo a abertura do processo. A situação é completamente diferente.

No processo de "impeachment" do Governador Newton Cardoso, fui designado relator. Não havia, e não há provas - desafio alguém a abrir o processo e mostrar o contrário - suficientes para que o relator desse o parecer favorável à cassação do mandato do Governador dado pelo povo de Minas Gerais. O relator tem a responsabilidade maior de dar um parecer técnico, o que fiz. E desafio V. Exa. e qualquer jurista a mostrar-me que, naquele processo instaurado contra Newton Cardoso, houvesse provas bastantes para se votar, à época, o "impeachment" do então Governador. Não há absolutamente nenhuma prova que atenda às exigências legais para se cassar o mandato de um Governador.

Se eu, irresponsável e demagogicamente, emitisse um parecer pela cassação, pelo "impeachment", no dia seguinte o Governador conseguiria uma liminar da justiça e retornaria ao Governo do Estado, desmoralizando a Assembléia Legislativa e o relator do processo. Por isso, emiti o meu parecer contra o "impeachment", amparado e estruturado nas provas colhidas no processo. Não seria porque Newton Cardoso tem fama disso ou daquilo que afrontaria a minha consciência, desafiando as provas do processo para emitir um parecer dessa ou daquela forma. Ao contrário, emiti o parecer na mesma época em que fui relator da Constituição de Minas Gerais. Sempre emiti os pareceres de acordo com a minha consciência.

Deputado Rogério Correia, voltando ao caso do Valdomiro Diniz, penso que não seja bastante a sua demissão. As pessoas podem ser demitidas sem motivo, ainda mais em se tratando de cargo de confiança, quando não há a necessidade disso. Mas a pessoa foi apanhada por meio de câmaras e de gravadores, em flagrante escandaloso de corrupção, como aconteceu, cometendo um crime de corrupção ativa, ao lado de corrupção passiva - o crime do bicheiro - e um crime de fraude à licitação. Esses crimes são de ação pública incondicionada e não dependem de o Presidente da República mandar instaurar inquérito. Se alguém mata uma pessoa, a polícia age sem ordem do Governador, pois tem essa obrigação, assim como o Ministério Público. Ao contrário, o crime de ação pública condicionada depende de representação. Um crime de ação pública privada, como sedução e atentado público ao pudor, depende de queixa da vítima. Esse caso não depende disso. No caso de crime de corrupção ativa e passiva e fraude à licitação pública, é obrigatória a instauração de uma ação pública incondicionada. A Polícia Federal tem o dever, não o direito, de, imediatamente, instaurar o inquérito. O Ministério Público também não necessita da ordem do Presidente da República para isso. Aquela ordem, a meu ver, foi demagógica, para se dar uma satisfação, mas não era necessária, pois havia provas e a perícia das fitas. A instauração do inquérito era indispensável.

Com relação à CPI, sua instalação é justificável, porque o Regimento da Câmara dos Deputados possui uma redação semelhante ao da Assembléia Legislativa. A instalação da CPI é justificada quando o fato praticado afronta ou agride a vida pública, a ordem econômica e a ordem social. Esse ato agride sem dúvida, justificando a instalação da CPI. Se ela é política ou técnica, trata-se de um outro problema. O PT não entendia assim. Durante todo o mandato do Fernando Henrique e outros em que era Oposição, o PT solicitava inúmeras CPIs. V. Exa. sabe disso. O Presidente Nacional do PT, José Genoíno, pediu inúmeras, e foi publicado na imprensa que ele falou com clareza: "Se procurarmos abafar uma CPI, há algo a esconder". Então, ele não entende que a CPI é política, ou não entendia. Às vezes, por causa da mudança, agora no poder, passou a ter outro entendimento, completamente diferente, do que é a CPI. Aliás, o PT mudou muito, tanto que convive muito bem com o José Sarney, com o Paulo Maluf, com o Michel Temer e assim por diante. Talvez tenha alterado também a sua hermenêutica, ou seja, a

interpretação do que seja uma CPI. Por isso, não deseja a CPI, mas o povo brasileiro deseja. Não podemos continuar mais com um Valdomiro Diniz, que detinha, até dias atrás, um cargo de subchefe de relações com os parlamentares e que recebe propinas de bicheiros. Que recomendação um homem desse possui? No "Bom Dia Brasil", ouvi um comentário interessante do Alexandre Garcia sobre as declarações do Ministro José Dirceu dizendo que, quando o Valdomiro Diniz praticou o ato, não pertencia ao Governo Lula.

Diz o Alexandre Garcia que era muito melhor que ele tivesse praticado o ato agora e viesse para o Governo de uma forma imaculada, sem manchas no seu passado. É verdade. O Governo não poderia jamais convidá-lo para participar da sua equipe, particularmente o Ministro José Dirceu, com a qualificação que aquele elemento tinha. Então, devido a isso, Srs. Deputados, pedimos a CPI. Não é por causa disso que V. Exa. vem me atacar, pelo fato de ter dado parecer contra o "impeachment" do Sr. Newton Cardoso, apenas porque eu, como Deputado Estadual de Minas Gerais, estou favorável à instalação de uma CPI para apurar um caso tão escabroso, que seguramente tem muita gente por trás. Jamais iria o Sr. Valdomiro Diniz exigir propinas daquele valor para sua campanha, porque ele não era candidato a nada. Era para a campanha das pessoas do PT já nominadas, como o candidato a Governador de Brasília; Benedita, candidata a Governadora do Rio de Janeiro, e outros.

O Deputado Rogério Correia* - Quem seriam esses outros, Deputado?

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Parece-me que a Rosinha... Aliás, li esses três nomes. Se havia outros, V. Exa. deve ter conhecimento, porque sabe melhor da situação do PT do que eu...

O Deputado Rogério Correia* - Achei que V. Exa. tivesse se esquecido do nome da Governadora Rosinha, já que citou apenas os nomes do PT...

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Ela e o marido sempre foram aliados aos partidos ligados ao PT...

O Deputado Rogério Correia* - Deputado, o meu tempo se esgotou. Apenas procurarei responder. Agradeço seu aparte. Apenas o citei porque ontem V. Exa. me desafiou a ver se algum fato importante teria sido, em alguma parte da história do Brasil, para sufocar um fato de tanta importância. Embora a benevolência de V. Exa. para com o Governo Newton Cardoso seja tão grande, julgo que a abertura de um processo de "impeachment" naquele caso parecia realmente necessário. E o parecer de V. Exa. tem a intenção de jogar o caso para o Plenário, em vez de a Comissão de Constituição e Justiça dar o resultado...

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Um minuto, Sr. Deputado. Não deturpe as minhas palavras. Houve a abertura, houve o processo de "impeachment", por meio do qual concluiu-se que não era necessária a cassação do mandato. Mas o PT não quer que haja sequer o processo. É diferente.

O Deputado Rogério Correia* - Deputado, eu poderia respeitar isso, se houvesse alguma coerência no discurso de V. Exa., que cobra coerência e vem aqui dizer que o PT está ao lado de José Sarney. Qual o problema? O Senador tem feito coisa errada agora? V. Exa. estava com o Newton Cardoso, que estava com o José Sarney? Isso é difícil e desqualifica o debate. Gostaria de conceder aparte ao Deputado Ermano Batista e responder ao Deputado Bonifácio Mourão, mas meu tempo já está encerrado. Como já havíamos anunciado a V. Exa., não há quórum na nossa reunião, motivo pelo qual peço a V. Exa. que termine de plano a reunião, o que não significa que não possamos continuar esse debate. Gostaria de responder ao Deputado porque ele suscitou essa discussão sobre o "impeachment" do Newton Cardoso ou sobre algum fato que pudesse não ter sido esclarecido em CPIs. Tinha vários outros exemplos a citar nos Governos Azeredo, Newton Cardoso, Hélio Garcia, quando várias CPIs não andaram nesta Casa e tiveram o voto de diversos Deputados. O problema da coerência e da incoerência não pode ser julgado dessa forma, para não ter um caráter demagógico.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/2/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alberto Bejani

exonerando Michelle Marina Silva Pereira do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

nomeando Ana Maria Cândida Malta para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Michelle Marina Silva Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Shirley Cruz Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Stand Up Consultoria e Assessoria em Comunicação. Objeto: prestação de serviços em consultoria e reportagem para a TV Assembléia. Objeto deste aditamento: quarta prorrogação contratual. Vigência: de 16/2/2004 a 15/2/2005. Dotação orçamentária: 33.90.39.00.

AVISO DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2004

Em 18/2/2004, os Srs. Presidente e 1º-Secretário ratificaram, nos termos do art. 26, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993, a Inexigibilidade de Licitação nº 1/2004, adotada com base no art. 25, I, da mesma lei, bem como autorizaram a despesa no valor de R\$6.037,50 em favor da empresa Maxetron - Serviços, Informações & Representações S/C Ltda., referente à renovação da assinatura anual do "Maxpress Mailing de Imprensa".